

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

-----**ATA NÚMERO SETE**-----

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Carla Cristina Ferreira Madeira e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Carla Cristina Ferreira Madeira). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Tabora Duarte Martins de Carvalho, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da

Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Manuel Ferreira, Nuno Miguel dos Santos Silva, José Roque Alexandre, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Margarida Afonso, Susana Maria da Costa Guimarães, Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Fernando de Oliveira Gonçalves, Nádía Alves Ribeiro Teixeira e Ruben Sanca.-----

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal:-----

----- Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Ana Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel Ferreira.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais.-----

----- Patrocínia César (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ruben Sanca.-----

----- Raul Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira.-----

----- Joana Margarida Durão Alegre Duarte (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva, Miguel Gaspar, Paula Marques, Ricardo Robles e Catarina Vaz Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro Costa, Carlos Moura e Ana Rita Guerra Costenla.-----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, peço que tomem os vossos lugares depois deste primeiro momento Natalício, agradecemos ao Gosdspell Colletive ter-nos vindo aqui fazer este pequeno Concerto de Natal.-----

----- Vamos dar início aos nossos Trabalhos, hoje temos um Sessão intensa, portanto, pedia para todos assumirem os seus lugares.-----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados temos quórum, estamos em condições de começar, há uma questão que eu vos queria solicitar, que é uma questão que eu já pedi a todos os representantes que exprimissem a sua opinião e já a obtive e a situação é esta: a meio da manhã de hoje eu recebi por *email* o Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o pedido de inconstitucionalidade, apresentado pelo Provedor de Justiça, relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil.-----

----- O Acórdão é no sentido de efetivamente declarar a inconstitucionalidade da norma e obriga naturalmente a Câmara agora a tomar as necessárias providências e esta Assembleia Municipal também uma vez que a Taxa foi aprovada pela Assembleia Municipal.-----

----- Sendo um assunto do interesse de todos eu mandei distribuir o Acórdão por todos os Senhores Representantes, informo todas as pessoas presentes e quem possa estar a assistir à Sessão que o Acórdão já está disponível no sítio da Assembleia Municipal de Lisboa, onde podem consultar.-----

----- Estava em condições agora de perguntar à Assembleia Municipal se podemos ver talvez destes Pontos prévios relacionados com o Expediente e com a Ata e depois irei pedir que a parte das propostas de PAOD haja aqui uma alteração na ordem da discussão, mas primeiro vamos dar rapidamente leitura ao Expediente e à aprovação da Ata.-----

----- A Senhora 2ª. Secretária vai ler o Expediente.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a leitura do expediente:-----

----- “Expediente:-----

----- Iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP, uma Proposta do PCP à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018- Autarquias Locais, trabalhadores, habitação, proteção civil e ambiente-----

----- Iniciativa do Grupo Parlamentar “Os Verdes”- 2- Pergunta ao Governo sobre a falta de Auxiliares na Escola Básica 1-2-3, com jardim-de-infância, Pedro de Santarém em Lisboa. -----

----- Pergunta ao Governo sobre a contratação de trabalhadores para o Metropolitano de Lisboa. -----

----- Ponto 2-2 Pergunta ao Governo sobre a falta de Assistentes Operacionais na EB1- O Leão de Arroios. -----

----- Da Assembleia Municipal de Sesimbra recebemos uma saudação à Luta dos Trabalhadores da Administração Pública, para dar conhecimento do Edital 143/2017, pediram-nos ainda para darmos conhecimento do Edital n.º 141/2017. -----

----- Da Câmara Municipal de Lisboa, Comissão de Boas Práticas, envio dois presentes Relatórios de setembro de 2017.-----

----- Da Federação Portuguesa de Táxis dar conhecimento através da carta do Senhor Primeiro-Ministro, o Futuro do Táxi no Serviço Público de Transporte.-----

----- Para Associações: do Fórum Cidadania Lisboa *email* dirigido à Provedora de Justiça, da queixa à Provedora de Justiça pela demolição total do edifício sito na Avenida João Crisóstomo, n.º 44- Lisboa. Queixa à Provedoria de Justiça pelos procedimentos administrativos que conduziram à aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa da alteração ao edifício sito no Bairro do Príncipe Real. Queixa à Provedoria de Justiça relativamente ao projeto de alterações, com ampliações, para os edifícios e logradouro do Palácio de Santa Helena, sito no Largo do Sequeira, n.º 7 em Alfama. -----

----- *Email* dirigido à Procuradoria-Geral da República, a queixa ao Ministério Público relativo à demolição do edifício sito na Alameda Dom Afonso Henriques n.º 64- Lisboa. *Email* dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa com o pedido de esclarecimento sobre a demolição do prédio sito na Rua do Meio à Lapa n.º 50/58 na Freguesia da Estrela. -----

----- Dar conhecimento da criação de bolsas de estacionamento em terrenos públicos abandonados na Graça.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, terminada a Leitura do Expediente vou pôr à consideração a Ata n.º 2, tinha um erro na parte inicial, já foi corrigido. -----

----- Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre a Ata n.º 2 e não vejo pedidos de palavra. -----

----- Vou pôr à votação **Ata 2 de dia 19 de dezembro de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 2, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 2 Sessão Extraordinária, realizada em catorze de novembro de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Manuel Ferreira (PS), Nuno Miguel Santos Silva (PS), Ana Margarida Morais (PS), Susana Maria Costa Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS), José Manuel Moreno (PS), Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Ruben Sanca (PSD), José Inácio Faria (MPT), Ana Margarida Carvalho (PCP), Fábio Sousa (PCP) e Fernando Oliveira Gonçalves (IND). -----

----- Senhores Deputados tenho agora que pôr à vossa consideração o seguinte: eu falei com todos os Membros da Conferência de Representantes no sentido de alterarmos a sequência das matérias agendadas para hoje, uma vez que tivemos conhecimento do Acórdão do Tribunal Constitucional, conforme eu já dei informação e certamente há sobre esta matéria, quer a Câmara quer as diferentes Forças Políticas quererão usar da palavra. -----

----- Sendo assim eu iria propor uma alteração da sequência das matérias agendadas para hoje antecipando o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, que tem a ver com a Informação Escrita do Presidente da Câmara e depois veremos a parte fiscal e só no fim é que vemos os documentos de PAOD, a parte fiscal também tem que ser vista com urgência, uma vez que o prazo limite para tomarmos decisões sobre esta matéria ocorre no dia 31 de dezembro a informação à Autoridade Tributária. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro faça o favor, eu ainda não tinha terminado mas faça o favor. -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente é exatamente nessa sequência que acabou de enunciar, porque o que nós aceitamos é que, contrariamente àquilo que decidimos na Conferência de Representantes, a Informação do Presidente passe, digamos, para o primeiro ponto, mas ultrapassar o PAOD é que nós achamos que não.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito bem. Senhores Deputados, então vamos dividir isto em duas partes. -----

----- A primeira questão que eu tinha solicitado era saber se o Ponto de Informação Escrita do Presidente pode passar para primeiro ponto para discutirmos hoje, e é esta questão só que eu vou neste momento pôr à vossa consideração. -----

----- Não há votos contra, não há abstenções, está **aprovado por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, vamos fazer o seguinte: vamos ver que tempo é que demora este ponto e em função do tempo a que chegarmos, da hora a que chegarmos na Sessão, eu porei a sequência dos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados não precisamos de deliberar isso já, em princípio, neste momento, só deliberámos antecipar o ponto 1, não deliberámos mais nada, portanto, a ordem normal dos acontecimentos é vermos a seguir o PAOD e depois a política fiscal. -----

----- Se entretanto a Mesa verificar que é muito tarde na Sessão e que nós precisamos de inverter eventualmente isto, a Mesa porá p programa ao Plenário. Neste momento não é necessário, estamos em condições de ver ponto 1. -----

----- Eu pedia aos Senhores Deputados, para não perdemos muito tempo nesta questão procedimental, porque vamos com certeza esgotar todos os tempos que temos hoje para discussão. -----

----- Faz favor Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, PAOD quer dizer Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Senhor Deputado mas eu sei! Eu tenho uma noção disso!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “ E portanto, nós opomo-nos a que ele seja ultrapassado pela Intervenção do Presidente. E portanto, acabou de repetir que de facto começa com a Intervenção do Presidente, com a informação, e depois é o PAOD, não! É PAOD primeiro. É só isso, clarificar!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor Deputado, então peço desculpa, mas não perceberam a votação que fizemos, a votação que fizemos e que eu pedi a todos, foi antes do PAOD, nós víssemos a Informação Escrita do Senhor Presidente. -----

----- Eu vou voltar a pôr à votação e os Senhores Deputados pronunciam-se contra, é uma Deliberação para alterar a sequência, é preciso uma é preciso uma maioria da Assembleia Municipal, portanto é isso que eu vou perguntar se existe ou não existe, portanto, foi isso que eu transmiti a todos, transmiti a todos, procurei transmitir a todos por *email* e por telefonema. -----

----- Oh Senhor Deputado desculpe-me, eu expliquei-me se calhar mal, eu se calhar não me expliquei bem, mas é isto que eu estou a pedir! Que haja, desde já, comecemos pelo ponto 1 da Informação Escrita do Senhor Presidente e depois veremos o resto das matérias da Sessão, é isto que eu estou a pedir, portanto, a votação anterior fica sem efeito, porque, pelos vistos não foi bem entendido o sentido daquilo que eu estava a pedir. -----

----- O que eu estou a pedir é que a Informação Escrita seja já apreciada no início os trabalhos, depois então a seguir veremos o PAOD e a política fiscal, é isto que eu estou a pedir e é isto que vou para a consideração dos Senhores Deputados.-----

----- Quem vota contra esta sequência que eu enunciei faz o favor de se pronunciar. O Grupo Municipal do Partido Comunista não participou na votação? Senhor Deputado eu estou a seguir o Regimento, o Regimento permite-me, não diz Ordem do Dia, o Regimento permite-me alterar a sequência. Eu peço desculpa, posso estar a ler mal, mas deem-me 30 segundos para eu procurar aqui assim o que está dito e o que é que diz o nosso Regimento e cumpriremos de acordo com o Regimento, a Assembleia é soberana e decidirá. -----

----- Estamos a falar do Artigo 48, “Período da Ordem do Dia”, nº. 5 dia “ A Sequência das matérias fixadas para cada Sessão pode ser modificada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Mesa, ouvida a Conferência dos Representantes”. -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro invoca que isto só se aplica ao Período da Ordem do Dia e não ao período do PAOD, mas de qualquer maneira a Assembleia é soberana pode sempre tomar esta decisão. -----

----- O Senhor Deputado entende que não! Senhores Deputados, estamos aqui numa circunstância um pouco melindrosa, porque temos uma quantidade enorme de matérias colocadas no PAOD, o que significa que ficará prejudicada a Sessão no que diz respeito à discussão da Informação Escrita, com a informação que tivemos hoje do Tribunal Constitucional, eu apelava ao vosso bom senso, mas se entendem que isto não é regimental, eu não posso ir contra o Regimento e, portanto, Senhores Deputados, peço 5 minutos de intervalo. -----

----- (Intervalo de 5 minutos)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados vamos retomar os nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados vamos retomar os nossos trabalhos, uma interpretação literal do nosso Regimento obriga a que o Período Antes da Ordem do Dia seja discutido antes do Período da Ordem do Dia como é normal, a norma regimental que eu invoquei diz apenas respeito ao Período da Ordem do Dia. -----

----- Eu solicitei a todos os representantes se podia alterar esta ordem, todos me disseram que sim, pelos vistos houve um equívoco na compreensão do meu pedido e, portanto, eu não quero não quero violar Regimento nem quero que invoquem qualquer espécie de nulidade nesta Sessão. -----

----- Vamos entrar no PAOD, peço aos Senhores Deputados que tenham consciência, eu peço aos Senhores Deputados que utilizem o vosso tempo mas se puderem sintetizar melhor será e cá estaremos para tomar as decisões que entendermos. -----

Vamos a isto e peço então desculpa deste lapso, não foi minha vontade, penso que era mais sensato a solução que eu tinha proposto, mas se não pode não pode ser! Vamos prosseguir e não perdemos mais tempo.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Peço desculpa mas eu não percebo o que é que o Senhor Deputado está a dizer, há um telefona na sala. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton pede uma interpelação à Mesa. -----

----- Oh Senhores Deputados, eu não vou prolongar este incidente, se não vamos perder a Reunião a discutir! Senhor Deputado, faz favor, tem direito de fazer uma Interpelação à Mesa, todos têm esse direito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, eu ia sugerir aos restantes Grupos Municipais, atendendo a que há uma matéria de maior urgência para a Cidade de Lisboa e para os munícipes de

Lisboa, que certamente estão interessados em conhecer o desenlace e aqui as várias posições dos Grupos Municipais da própria Câmara Municipal que, no âmbito da discussão do PAOD possamos restringir ao mínimo possível as interpretações que queiramos fazer para que depois possamos eventualmente a apresentação processo de votação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor Deputado agradeço a sua interpelação mas já tinha feito esse apelo no sentido de sermos mais sintéticos, não vamos perder mais tempo e vamos prosseguir com os nossos Trabalhos. Vamos dar a palavra à primeira pessoa inscrita no PAOD.---

----- A Mesa chama a atenção que não tem mais inscrições para o PAOD, se alguém quer inscrever-se no PAOD, façam o favor de fazer chegar essa informação à Mesa, porque eu fecharei as intervenções... Ah os telefones estão avariados! Então ajudam imenso!...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, nós queremos saudar em primeiro lugar a decisão do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil, nós sempre fomos contra esta Taxa e continuamos aqui e na Câmara contra e nem era preciso a decisão do Tribunal Constitucional para mantermos a nossa posição não era e mantemos ela, ao contrário de outros que estão de teatro! -----

----- A concessão do Maria Matos para a rentabilização da empresa, que política cultural é esta? De feira e do mercado? Nós vamos intervir na Informação do Presidente sobre esta matéria. -----

----- Quanto à Moção que apresentamos a exigir a manutenção dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central, a resolução do Conselho de Ministros número 178/17 de 28 de novembro confirma o encerramento de 6 hospitais: São José, Capuchos, Santa Marta, Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Cury Cabral. São hospitais de referência que abrangem a Cidade, a região e todo o país a nível de patologias mais complexas. -----

----- O funcionamento dos 6 hospitais é assegurado por 7100 trabalhadores, têm doze centros de excelência médica ou cirúrgica, 44 blocos operatórios, 1257 camas de internamento com 820 mil consultas que irão atingir 1 milhão em breve. -----

----- Receberam uma acreditação de certificação outorgada pela mais prestigiada entidade acreditadora do Reino Unido, os edifícios estão ameaçados de especulação imobiliária já se denunciou e combateu isto nesta Assembleia. -----

----- Os mais pobres ficam afastados da saúde pública, entretanto, os privados construir hospitais e clínicas onde podem, aqui na Cidade, propomos que a Câmara promova ações junto dos Órgãos de Soberania para reverter este processo de encerramento que só irá beneficiar os grandes grupos financeiros e as parcerias público-privadas de má memória e de prejuízo para o Estado. -----

----- Recomendação 07/03 - Obras urgentes de requalificação na Escola Secundária Camões, nos dias 10 e 11 de dezembro, uma tempestade provocou rubricada de parte

do telhado desta Escola, a Escola já foi classificada como Imóvel de Interesse Público, tem 1200 alunos do 10º ao 12º ano, incluindo o ensino noturno e cursos profissionais. -
-----Desde há anos que trazemos esta Assembleia propostas são aprovadas por unanimidade e até hoje não foram feitas as obras, o mesmo aconteceu na Câmara Municipal, é um escândalo! O Executivo da Câmara já foi várias vezes solicitado a intervir junto do Ministério da Educação, mais uma vez fazemos essa proposta na recomendação que apresentamos. Muito obrigado. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, boa tarde a todas e a todos. -----

----- Não vos tomando muito tempo, sabemos que a promoção do emprego com direitos e do combate à precariedade são a pedra de toque dos avanços que temos visto nos últimos 2 anos e vê-se e nota-se essa diferença com uma nova lei contra a precariedade, com o novo regime de contribuições dos recibos verdes e com um programa de regularização dos vínculos precários do Estado. -----

----- O Estado tem de dar o exemplo e o Poder Local tem de dar o exemplo também! O acordo entre o PS e o Bloco para a Câmara Municipal de Lisboa dá a garantia de que Lisboa será uma autarquia com precariedade zero, é por isso que temos pugnado! -

----- Em 2008 houve um processo de regularização dos trabalhadores e trabalhadoras precários da Câmara, que foi concluído e agora também isso vai acontecer em 2018, por isso afirmamos sempre essa luta contra a precariedade, é a nossa marca de água, mas porque pugnamos também pela transparência, defendemos que a Câmara Municipal de Lisboa deve apresentar toda a informação a esta Assembleia Municipal sobre o número de precários que tem no Município e no Setor Empresarial Local que tem neste momento, para que seja conhecido de todos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Dizer que relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil iremos intervir na Informação Escrita, não deixando de dar nota daquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente, mas daremos nota já daqui a pouco, não gostaria deixar passar este momento sem apresentar rapidamente as duas Recomendações do CDS e não intervindo sobre as restantes, tendo em conta que o interesse da matéria relativamente ao chumbo da inconstitucionalidade da Taxa de Proteção Civil que deixaremos agora para o próximo ponto. -----

----- Mas dizer que hoje o CDS traz dois documentos que têm a ver com segurança e com direito à habitação, o primeiro sobre o Lote 544 do Bairro do Condado na Avenida João Paulo João Paulo II, no Bairro do Condado, na Freguesia de Marvila que em 2015 sofreu intervenções por parte da GEBALIS a nível da pintura e da sua cobertura. O edifício neste momento tem fissuras de 15 a 30 centímetros, é algo que preocupa, como é óbvio, os seus moradores, mas também toda a zona envolvente e o impacto que pode ter no espaço público e, portanto, o que aqui trazemos muito rapidamente é solicitar à Câmara que apresente um Plano de Intervenção, sabemos que hoje a Gebalis fez uma intervenção, colocou um anúncio a junto à entrada do Lote

a dizer que ia intervier neste edifício, após queixas de quase um ano, não sei se foi por causa desta Recomendação que o CDS apresentou hoje, mas ainda bem, mas gostaríamos de ter explicações por parte da Câmara, até porque os relatórios do Regimento de Sapadores Bombeiros deixam-nos vários alertas e, portanto, importa responder o quanto antes. -----

----- Quanto ao Bairro São João de Brito, como sabemos e bem, a Câmara Municipal de Lisboa irá proceder à sua regularização urbanística, no âmbito do levantamento da zona de servidão aeronáutica e, portanto, obviamente, nos regozijamos e nos juntamos a esta proposta que é muito boa e muito positiva para estas pessoas que lutam há mais de 50 anos por um direito à habitação, a uma habitação condigna e à legalização da mesma, contudo foram deixadas de fora 22 famílias da Rua das Mimosas e é nesse sentido que nós queremos hoje que a Assembleia Municipal se juntasse a esta Recomendação da Assembleia, para que a Câmara de forma clara e inequívoca se junte a este pedido à Câmara para que a Câmara inclua a Rua das Mimosas, eventualmente na apresentação de um Plano de Pormenor para este Bairro. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes apresentam um voto de condenação no seguimento da intenção de transferência da embaixada norte-americana em Israel de Telavive para Jerusalém, pois é mais um ato de agressão ao povo palestiano que vive há décadas sob uma violenta ocupação dos seus territórios por parte de Israel. -----

----- O que propomos é que esta Assembleia tome posição, condenando a concretização desta decisão e manifestando a solidariedade com a Palestina, sendo urgente que Portugal reconheça o Estado da Palestina, respeitando as Resoluções que foram aprovadas na Assembleia da República, as Resoluções da ONU, os princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional. -----

----- Apresentamos também um voto de saudação ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado a 10 de Dezembro. -----

----- Apesar de alguns progressos significativos há ainda muito por alcançar, tendo sido lançada uma campanha pela ONU para que durante o ano de 2018 se homenageie a Declaração Universal dos Direitos Humanos. -----

----- Torna-se assim fundamental saudar esta data, exigir o respeito e o cumprimento dos Direitos Humanos e a Câmara deverá associar-se, durante o próximo ano, à campanha internacional promovida pela ONU. -----

----- Sobre as recomendações, trazemos uma proposta para que seja dada uma atenção especial a pessoas surdas, reforçando e agilizando o atendimento com intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, e implementando, nos vários serviços e empresas municipais, meios de contacto através de SMS ou de uma aplicação adequada à população surda. -----

----- Sabemos que a Câmara já tem implementadas algumas medidas mas é preciso ir mais longe e, por isso, apresentamos esta recomendação, pois a verdade é que há serviços e empresas municipais que continuam inacessíveis a munícipes, como a EMEL ou os Bombeiros, por exemplo, e é preciso atuar com vista ao pleno acesso aos vários serviços para a comunidade surda. -----

----- Depois, trazemos novamente a esta Assembleia a situação da Escola Básica Parque das Nações. Bem sabemos que foi feita mais uma apresentação do projeto para a conclusão da 2ª fase desta escola, mas não foram avançadas datas e este é um assunto que precisa de uma resolução urgente. -----

----- Esta 2ª fase deveria estar concluída no final de Agosto de 2011 mas, até ao dia de hoje, não foi construída, não existindo, por isso, as condições necessárias para o seu funcionamento. Esta escola não tem um refeitório, os alunos têm de tomar as refeições, embaladas e pré-confeccionadas com muita antecedência, num contentor, o espaço para recreio é insuficiente, não há um espaço próprio para o ginásio e o edifício não dispõe de sistema de circulação de ar a funcionar. -----

----- Ou seja, esta escola está inacabada e a funcionar de forma provisória e o que Os Verdes propõem é que a Câmara apele ao Governo para proceder imediatamente à abertura do concurso público para a construção da 2ª fase da Escola Básica Parque das Nações, solicitando a calendarização da execução da totalidade da obra e que, até lá, diligencie no sentido de serem resolvidos os problemas mais prementes, como a situação das refeições, do sistema de circulação do ar e do espaço de recreio. -----

----- Por fim, Os Verdes apresentam uma recomendação sobre a erradicação do uso do glifosato pelos riscos que representa. Numa altura em que o passo deveria ser, sob o princípio da precaução, adotar medidas que salvaguardem a saúde e o ambiente, a União Europeia aprovou a renovação da licença do uso do glifosato por mais cinco anos, ponderando estender esta autorização por mais dez anos, numa clara cedência às multinacionais. -----

----- Desta forma, consideramos importante que a autarquia repudie esta decisão, que defenda a redução dos riscos da utilização de produtos fitofarmacêuticos perigosos para a saúde humana, os animais e o ambiente, que recorra a alternativas mais seguras, que promova campanhas de sensibilização e que caminhe no sentido de se tornar uma autarquia sem glifosato. -----

----- São estas as propostas que Os Verdes apresentam a este plenário, convictos de que a sua aprovação e implementação serão uma mais-valia para todos, sendo mais um passo para a defesa da paz, dos direitos humanos, da educação, do ambiente e de uma sociedade sem discriminações.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas permitam-me antes de mais agradecer pelo momento de convívio que tivemos antes de iniciarmos esta Sessão na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PAN traz hoje aqui a deliberação, uma recomendação que visa precisamente reforçar os direitos humanos, nomeadamente combater todas as formas de

discriminação e violência que são hoje um obstáculo para os direitos da humanidade e para uma vida plena, visa precisamente promover e proteger os direitos da humanidade que é uma responsabilidade partilhada por todas e todos nós, sobretudo pelos diversos níveis da gestão política, defendemos assim que devido à proximidade que existe entre a população e o Poder Local, as Autarquias são as melhores colocadas para proceder à análise e o respeito pelos direitos humanos, defende assim identificar os problemas e traçar as opções adequadas no sentido de erradicar todas as formas de discriminação e promover o avanço da igualdade de direitos para todas as pessoas e tal como noutras matérias também a inclusão, a não discriminação e a igualdade têm que ser alcançadas de uma forma educativa e da qualidade de vida para crianças e jovens que ensine a tolerância e que ela própria não discrimine as alunas e os alunos independentemente da sua verdadeira ou aparente orientação sexual e a sua identidade de género pelo que também para que isto seja uma realidade, não só no emprego, na rua nos edifícios públicos ou em todos os locais nosso quotidiano defendemos que Lisboa deve aderir à rede de Cidades Arco-Íris que tem como objetivo, precisamente promover a inclusão das pessoas LGBTI, partilhando não só experiências com conhecimento ou fomentando as ações que visem, de facto, combater a discriminação.

----- Para além desta nossa recomendação, queríamos referir em relação à recomendação do Partido Monárquico, Recomendação 7 para habitação temporária das pessoas em situação de sem-abrigo, parece-nos que há aqui alguma confusão de conceitos, portanto, para que votássemos a favor, teria de haver aqui uma referência à previsão de edificado que tivesse disperso no património da Autarquia, uma vez que a colocação de contentores para habitação temporária, parece-nos que vai promover a exclusão, sendo contrário ao conceito do princípio *Housing Force* que pretende precisamente a reintegração social dos indivíduos e não a sua exclusão, obviamente que uma coisa seria se este projeto estivesse incluída em planos de contingência, nomeadamente na época do frio ou de outro tipo de intempéries, mas como uma solução permanente ainda que temporária teremos que nos abster se, de facto, não houver aqui abertura para esta reformulação pelas aquilo que é definido pelas associações é, de facto, que haja a previsão de casas incluídas em prédios de habitação para que qualquer pessoa possa voltar a estar reintegrada socialmente. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente.-----

----- Para esta Sessão ao PAOD, o Partido da Terra submete à consideração deste Plenário a aprovação de uma Moção referente à defesa de Sustentabilidade do rio Tejo.-----

----- Esta moção visa sobretudo manifestar a nossa preocupação pela situação de degradação ambiental do Rio Tejo bem como pelos incidentes recentemente ocorridos que têm provocado a morte a milhares de peixes.-----

----- A verdade é que, não obstante as diligências tomadas pela Assembleia da República, nomeadamente a constituição de uma Comissão de Acompanhamento que elaborou um relatório divulgado em Novembro de 2016 que vem confirmar a precaridade ambiental do Rio Tejo e que alerta para as fontes de poluição e as respetivas consequências ambientais, em Outubro de 2017 voltou a ocorrer um novo desastre ambiental no Tejo. -----

----- Neste contexto, e perante os indícios da fraca qualidade da água e da evidente degradação ambiental do Rio Tejo, o Partido da Terra entendeu solicitar a esta Casa que apele ao Governo da República para que averigue as causas que estão na origem destes fenómenos, e divulgue publicamente toda a informação e estudos de que disponha de modo a encontrar alternativas para a gestão dos efluentes da indústria existente ao longo do trajeto do rio que banha Lisboa. -----

----- Quanto aos documentos submetidos pelas diversas forças políticas, o Partido da Terra considera que o Voto de Condenação do PEV ao “Reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel” se encontra erradamente formulado uma vez que não se trata de um reconhecimento do Estado Norte-Americano a Jerusalém como capital do Estado Hebraico, mas sim a um mero ato administrativo de execução da Administração Norte Americana dando provimento a uma Lei do Congresso americano de 1995, pese embora o acrescido peso político que tal ato representa, aliás dei disso conta ontem à Senhora Deputada Cláudia Madeira. -----

----- Trata-se, assim, de um ato de execução de uma lei aprovada pelo Congresso Americano há 22 anos atrás, mais precisamente em 1995, que estatua, aí sim, o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado israelita e a transferência da Embaixada Norte Americana de Tel Aviv para Jerusalém até 31 de Maio de 1999, sob pena de sanções ao Poder Executivo. -----

----- Face ao exposto, e embora concordando com grande parte dos argumentos utilizados pelo PEV para protestar contra este recente ato da Administração norte americana, o Partido da Terra não poderá acompanhar favoravelmente o voto em apreciação por este se basear em pressupostos errados e estar 22 anos atrasado. -----

----- No que respeita aos restantes votos de saudação, gostaria de salientar o Voto 007/04 (PS) - *Lisboa como Capital Europeia do Desporto para 2021*, e aproveitar este momento para congratular os lisboetas e as instituições de Lisboa que proporcionaram a atribuição desta menção. -----

----- Relativamente ao Voto 007/03 (PS), e não obstante alguns dos impactos negativos que o turismo possa coloca à urbe e às suas populações, é com grande satisfação que vemos a *Nossa Lisboa* ser distinguida entre as várias cidades do mundo como o “*melhor destino mundial para o City Break*”. No entanto, o Partido da Terra reitera que a promoção da cidade através da disponibilização de novos equipamentos, de oferta cultural e gastronómica, entre outros, não deve ter como objetivo primordial satisfazer as necessidades de quem visita a capital portuguesa, mas antes, e primeiramente, beneficiar quem nela vive e/ou trabalha. -----

----- No que respeita aos Votos, gostaria ainda de saudar muito especialmente o 25º Aniversário da Associação Sol e o excelente trabalho que esta IPSS tem vindo a

desenvolver ao longo dos últimos anos em prol de uma população tão carenciada e necessitada como é aquela que esta associação defende. -----

----- Num momento em que o trabalho meritório das IPSSs se encontra tão desacreditado, fruto da ganância de alguns na utilização abusiva de dinheiros que deveriam ser destinados ao cuidado dos necessitados, é com agrado que continuamos a verificar que ainda há pessoas e Instituições que se preocupam com as camadas da população mais carenciadas de cuidados e continuam a desenvolver projetos sem comprometer as suas necessidades. Neste contexto, e por considerar o trabalho da Associação SOL tão meritório, o Partido da Terra não poderia deixar de se associar a este Voto de Saudação.-----

----- Por último, e no que toca à Recomendação 007/06 apresentada pelo PEV, gostaria de referir que o Partido da Terra no Parlamento Europeu tem vindo a questionar a Comissão Europeia sobre esta questão, tendo votado contra a renovação da autorização da utilização deste herbicida por considerar que, face à polémica divergência da avaliação científica entre a IARC, da Organização Mundial de Saúde, e a EFSA, os estudos científicos existentes não são conclusivos e, por entender que existem alternativas menos danosas para o ambiente e para as pessoas. -----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra lamenta que o Governo Português não tenha votado contra a renovação da utilização deste herbicida e que, “tendo em conta os resultados existentes não serem conclusivos”, como diz o Senhor Ministro da Agricultura, ter optado antes por se abster. Muito obrigado e é tudo o que tenho para dizer neste momento.-----

----- Por tudo isto, e porque considerarmos que a posição do Comité de Recurso da União Europeia, ao aprovar a renovação da licença por mais 5 anos do uso do glifosato, ponderando a sua extensão por mais 10 anos, constitui uma séria ameaça para a saúde pública de milhões de cidadãos da União Europeia bem como para o ambiente em geral, associamo-nos ao PEV no repúdio da decisão mencionada, subscrevendo esta Recomendação e votando a favor. Muito obrigado e é tudo para dizer neste momento.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.-----

----- Voltamos a apresentar hoje uma Moção sobre a situação no Metro que de facto na nossa observação não tem melhorias e também não há notícia delas, pelo menos por agora. Por medidas urgentes que garantam um serviço de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa seguro e de qualidade. -----

----- A atual situação de degradação do serviço público de transporte prestado pelo Metro, consequência direta da política implementada pelo anterior Governo exige à Administração do Metro e do atual Governo respostas urgentes, nomeadamente o prometido aumento do número de trabalhadores e a garantia de verbas para a manutenção e reparação dos comboios e da infraestrutura. -----

----- Da atual degradação do Metro resulta a imobilização de 31 das 111 unidades triplas, avarias constantes dos comboios, escadas mecânicas, elevadores, tempos de espera impróprios, interrupções de circulação e atrasos constantes. -----

----- Os lisboetas precisam e merecem um sistema público de transporte com qualidade, a Câmara Municipal de Lisboa não pode continuar a assistir passivamente à degradação do Metropolitano de Lisboa e deve assumir o seu papel de representação e defesa dos munícipes exigir do Governo e Administração do Metro medidas urgentes que reponham a normalidade e segurança do serviço. Propomos exigir do Governo e da administração do Metro que se concretize a entrada urgente dos novos trabalhadores, que se assumam no caso concreto, nomeadamente os 30 novos maquinistas, que se assumam medidas que promovam o transporte público melhorando a oferta do serviço, reduzindo os preços dos títulos de transporte e implementando os parques de estacionamento dissuasores gratuitos na periferia da Cidade, perto das estações do Metro. -----

----- Propomos ainda que o Metro divulga através do seu sítio na Internet de informação rigorosa do calendário estabelecido para a recuperação de todos os comboios, mantendo essa informação atualizada semanalmente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde a todos e a todas, o Bloco de Esquerda recomenda a resolução célere do processo de cedência de instalações ao ginásio do Alto Pina, no cumprimento da deliberação desta Assembleia Municipal 145 de 2004. -----

----- O ginásio do Alto Pina é uma instituição centenária que este ano celebrou 106 anos, amplamente reconhecido pelo seu passado desportivo cultural e recreativo. O ginásio do Alto Pina foi precursor do ciclismo em Portugal bem como da marcha atlética sendo que ao nível desportivo têm sido campeões em diversos escalões do ténis de mesa e no atletismo, prestam igualmente o fundamental papel social na comunidade local. -----

----- Nos últimos 30 anos, as condições da sede arrendada têm-se degradado muito e, estando atualmente em situação de risco! Este tema já passou por esta Casa, pela Assembleia Municipal, bem como pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia e neste âmbito destaca-se a deliberação 145 de 2004, na qual se aprovava a cedência ao ginásio do Alto Pina a um espaço a para instalação de equipamentos no lote municipal número 2002-11, no entanto, até aos dias de hoje a este processo não avançou e a Associação encontra-se atualmente numa situação em que recebeu notificação de despejo e tem a sede com condições físicas cada vez mais incompatíveis com a realização dos eventos desportivos e culturais que lhes são correspondentes. -----

----- O Bloco de Esquerda vem desta forma recomendar que se proceda a todas as diligências necessárias à conclusão do processo iniciado com esta deliberação com vista à cedência de um espaço com todas as condições de segurança e salubridade para a continuação do trabalho desta instituição e também que garanta em articulação com a Junta de Freguesia da Penha de França e o Ginásio do Alto Pina, uma solução

transitória se necessário para evitar o encerramento da Associação por causa da notificação de despejo. -----

----- O Bloco de Esquerda também faz aqui um voto de saudação pelo passado dia 25 de Novembro, Dia da Luta pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, esta foi uma data instituída em 1999 pela ONU para mobilizar a sociedade em todo o mundo contra este flagelo. -----

----- Em Portugal desde 2004 até finais de 2017, o Observatório de Mulheres Assassinadas, um projeto da UMAR, contabilizou 454 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares e 534 tentativas de homicídio. -----

----- A nível internacional os números dizem que uma em cada 3 mulheres já foi ou será vítima de algum tipo de violência, deste modo temos mesmo de meter a colher e ser definitivamente intolerantes para com este tipo de violência. A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade sexista e desigual em que vivemos. -----

----- Deste modo o Bloco de Esquerda saúda as milhares de mulheres e homens que marcharam no passado dia 25 de Novembro em Lisboa e, no resto do País, pelo fim da violência contra as mulheres e reitera o compromisso pelo fim da violência e a favor da igualdade de género.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, houve aqui um pequeno lapso da Mesa e nós deixámos um dos Deputados Independentes, que devia ter intervindo na 1ª ronda para agora, portanto, tenho 2 Deputados Independentes seguidos e são as duas últimas inscrições que temos, eu pedia-vos a maior concisão, porque o tempo de ambos é de 3 minutos e 30, portanto, a Senhora 2ª Secretária vai dar a palavra ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, antes de fazer a minha intervenção queria só fazer uma Interpelação à Mesa muito rápida. É relativamente ao documento que está em votação, que é a Recomendação da Escola do Castelo que apresentámos, não está no *site* e nem foi distribuída a última versão. Nós entregámos uma segunda versão que tinha 3 pontos deliberativos e eu julgo que está na Ordem de Trabalhos apenas um com um ponto deliberativo, nós já vamos entregar neste momento em papel na Mesa, mas....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Qual é o número da Recomendação?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Ora o número da Recomendação é a 07/12, sim, exatamente, é a Recomendação 12, que está aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu:

----- “Então terá que ser lida da Mesa a nova versão. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito obrigado. Relativamente a esta Recomendação queríamos antes de mais indicar que esta escola se localiza no centro de Lisboa. É um projeto de Bartolomeu Costa Cabral e é uma escola que configura através do seu espaço as primeiras abordagens determinados princípios pedagógicos da escola moderna, onde a criança se assume como sujeito ativo e independente, o que se passa é que ao longo dos anos, este equipamento foi alvo de diversas intervenções, nas quais o seu autor nem sempre foi consultado e, por isso recomendamos não só a classificação desta escola com património municipal, mas também a reavaliação das alterações já introduzidas em articulação com o autor do projeto e o envio à Assembleia Municipal de um relatório deste processo de classificação e reabilitação e avaliação das alterações.-----

----- Além desta Recomendação que apresentamos, gostaríamos de deixar também aqui Expresso, por parte dos Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa, que a não iremos votar contra a Moção número 2 do PCP, que exige a manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central, não porque sejamos contra a utilização destes hospitais, mas simplesmente o seu desmantelamento e a não transformação noutros equipamentos que são necessários, parece-nos uma ideia que é defendida por esta Recomendação com o qual não concordamos, aliás, no plano de desenvolvimento de saúde, qualidade de vida e bem-estar está precisamente marcado que a Cidade de Lisboa tem apenas 47 camas para cuidados continuados e precisávamos no total do conjunto 754 e por isso fazemos também este apelo e votaremos contra esta moção do PCP. -----

---- Como também votaremos contra as Recomendações do CDS por apresentarem um conjunto de pontos que já se encontram compridos e porque achamos que esta prática de vir aqui aprovar nesta Assembleia pontos que já estão em comprimento ou estão executados configura com uma prática que é demagógica e, por isso, votaremos contra. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se a Câmara quer intervir neste período do PAOD, não vejo sinais nesse sentido. Senhora Deputada, faça favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Somos lembrados diariamente pelo drama dos refugiados e pelas ameaças da vaga nacional populista dos últimos tempos, da importância de não abrandarmos a luta pela tolerância, pela inclusão e pelos direitos de todos os seres humanos.-----

----- Hoje os textos da Hannah Arendt sobre o totalitarismo, os refugiados e os apátridas são cada vez mais fonte de inspiração e conforto, mantendo-se atuais e de leitura urgente. -----

----- Entre Janeiro e Maio de 1941 Hannah Arendt passou por Lisboa, enquanto refugiada fugindo da França ocupada pelo nazismo, os Deputados Municipais Independentes do Livre assinalam os 42 anos do desaparecimento da Hannah Arendt a 4 de Dezembro de 2017 e o Dia Nacional dos Direitos Humanos a 10 de Dezembro propondo que esta Assembleia homenageie uma das grandes vozes do século 20 e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que dê permanência à memória de Hannah Arendt e da sua passagem por Lisboa, através da instalação de uma placa de um simples monumento junto ao prédio ou na rua onde viveu, na Rua da Sociedade Farmacêutica na Freguesia de Santo António.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, mais uma vez parabéns pela sua capacidade de síntese. -----

----- Vamos entrar agora no período das votações, Senhores Deputados há várias Propostas que foram alteradas, a Mesa irá dando conhecimento caso a caso e outras que têm pedidos para votar por pontos, mas há aqui questões prévias, a primeira questão prévia, o Voto número 007/08 de homenagem à atriz Amélia Rey Colaço e as Recomendações, eu vou só dizer o número de ordem desta Sessão, as Recomendações 15 e 16 votos, o voto era do PPM e as Recomendações 15 e 16, uma do CDS-PP e outra do PPM entraram fora de prazo, depois de termos apreciar isto em Conferência de Representantes, o Regimento é para cumprir e portanto, demos entrada, mas não vão ser votados hoje, ficarão agendados com próxima Reunião, portanto, o Voto de 007/08 PPM, a Recomendação 007/15 CDS-PP e a Recomendação 007/16 PPM ficarão para uma próxima reunião. -----

----- Temos ainda um apelo da Conferência de Representantes aos subscritores das Recomendações sobre as questões de segurança e vida noturna na cidade de Lisboa, é a Recomendação 007/11 dos Independentes e a 14 do MPT, há um pedido da Conferência de Representantes para que estas 2 Recomendações deem entrada, mas em vez de serem votadas hoje aqui baixem à 8ª Comissão para serem incorporadas e no Relatório Final que vai ter que se fazer sobre o Debate da Segurança da Vida Noturna e não estarmos a antecipar as Deliberações desse Debate com votações aqui, portanto, eu peço que todos aceitem este princípio para tal o resultado dos nossos trabalhos, portanto, essas duas também não serão votadas hoje. -----

----- Vamos agora pôr à votação as que temos que votar. -----

----- Começamos pelos Votos, vou só dar o número que está em segundo lugar no nome do voto, porque é mais fácil, portanto será o Voto que tem o nº1 do PEV, que foi apresentada uma nova versão. -----

----- **Voto Nº 007/01 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – Voto de Condenação“ Do Reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como Capital de Israel”.** -----

----- (O Voto de Saudação 007/01 fica anexado a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu:

----- “ Ninguém pede a separação por Pontos? O Senhor Deputado Miguel Santos está a pedir a palavra para? Pedir votação em pontos separados, qual? O Ponto 3º. autonomamente. Então vamos pôr à votação os Pontos 1 e 2 do Voto 1 do PEV. -----

----- Os **Pontos 1 e 2 do Voto de Saudação n.º 007/01** foram **aprovados por maioria**, votos contra do CDS-PP e PPM, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, 8IND. -----

----- O **Ponto 3 do Voto de Saudação n.º 007/01** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP e PPM, abstenções do MPT, PAN e PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, 8IND.-----

---- O **Ponto 4 do Voto de Saudação n.º 007/01** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP, abstenções do PPM e MPT, votos a favor do PS, PSD,PCP, BE, PAN, PEV, 8IND. -----

---- Como sempre não pomos à votação o último Ponto relativo ao envio às entidades. -----

-----No final haverá declarações de voto do PS por escrito, do PSD de forma oral e do CDS-PP, Deputado Diogo Moura declaração de voto por escrito, muito bem.-----

----- **Voto de Saudação Nº 007/02 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – Voto de Saudação “Dia Internacional dos Direitos Humanos”**.-----

----- (O Voto de Saudação 007/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/02** foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Voto de Saudação Nº 007/03 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PS) – Voto de Saudação “Melhor Destino Mundial Para City Break”**. -----

----- (O Voto de Saudação 007/03 fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/03** foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PPM, 8IND. -----

----- **Voto de Saudação Nº 007/04 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PS) – Voto de Saudação “Distinção de Lisboa Capital Europeia do Desporto”**.-----

----- (O Voto de Saudação 007/04 fica anexado a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/04** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Voto de Saudação Nº 007/05 – (apresentada pelo Grupo Municipal do BE) – Voto de Saudação “25 de Novembro Dia de Luta Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”**.-----

----- (O Voto de Saudação 007/04 fica anexado a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/05** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Voto de Saudação N.º 007/06 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PSD) – Voto de Saudação “41 Anos de Poder Local Democrático em Portugal”.** -----

----- (O Voto de Saudação 007/06 fica anexado a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/06** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Este último voto tem aqui uma alteração, que eu queria dar conhecimento a todos, na remessa que nós não poremos à votação, o Ponto 2 acrescentar “e aos órgãos sociais da Associação Sol”, é apenas isto. -----

----- **Voto de Saudação N.º 007/07 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PSD) – Voto de Saudação – “25 Anos da Associação Sol”** -----

----- (O Voto de Saudação 007/07 fica anexado a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- O **Voto de Saudação n.º 007/07** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Vamos passar agora para as Moções. -----

----- **Moção N.º 007/01 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) – Moção “Por Medidas Urgentes que Garantam um Serviço de Transporte Prestado Pelo Metropolitano de Lisboa, Seguro e de Qualidade”.**-----

----- (A Moção 007/01 fica anexado a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Moção tem um pedido de votação em separado do Ponto 2 e vamos pôr à votação o ponto 1 desta Moção. -----

----- O **Ponto 1 da Moção n.º 007/01** foi **aprovado por maioria** não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PPM e MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, 8IND. -----

----- O **Ponto 2 da Moção n.º 007/01** foi **rejeitado**, votos contra do PS, abstenções do PPM, PSD e BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, 8IND. -----

----- O **Ponto 3 da Moção n.º 007/01** foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8IND. -----

----- **Moção N.º 007/02 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) – Moção “Exigir a Manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central”.**-----

----- (A Moção 007/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) . -----

----- (**Recomendação n.º. 007/02 (apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP) – Recomendação “Uma Solução Justa para todo o Bairro São João de Brito.”** ----

----- (A Recomendação 007/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Moção n.º 007/02 foi rejeitada**, votos contra PS, IND, abstenções do CDS-PP, PSD, PPM, BE, votos a favor do PCP, PAN, PEV, MPT.-----

----- Os Deputados Independentes posteriormente farão uma Declaração de Voto sobre esta Moção.-----

----- Vamos passar agora à Moção que tem o n.º.007/03-MPT, uma nova versão sobre a sustentabilidade do Rio Tejo.-----

----- **Moção N.º 007/03 – (apresentada pelo Grupo Municipal do MPT) – Moção “Pela Defesa da Sustentabilidade do Rio Tejo”.**-----

----- (A Moção 007/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Moção n.º. 007/07 foi aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Recomendação n.º. 007/01 (apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP) – Recomendação “ Risco na Estrutura e perigo para a saúde e segurança. Em edifício gerido pela Gebalis/ Bairro do Condado.”**-----

----- (A Recomendação 007/01 fica anexado a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- Há aqui um pedido do PS para que os Pontos 1, 2 e 5 sejam votados separadamente.-----

----- **Ponto n.º. 1 da Recomendação 007/01 foi rejeitado**, votos contra dos IND e PS, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM.-----

----- **Ponto n.º. 2 da Recomendação 007/01 foi rejeitado**, votos contra dos IND e PS, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM.-----

----- **Pontos n.º 3 e 4 da Recomendação 007/01 foram aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Ponto n.º. 5 da Recomendação 007/01 foi rejeitado**, votos contra dos IND e PS, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM.-----

----- Quanto ao Ponto 6 é a Remessa, não precisamos de o votar.-----

----- O Senhor Deputado Independente Miguel Graça faz sinal para fazer uma Declaração de Voto.-----

----- **Recomendação n.º. 007/02 (apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP) – Recomendação “ Uma Solução Justa para todo o Bairro São João de Brito.”**-----

----- (A Recomendação 007/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- Há alterações que eu vou passar a ler: no Ponto 2 onde estava “envide a articule esforços junto da Freguesia de Alvalade pela contínua limpeza e segurança da zona em apreço de modo a garantir aos seus moradores a continuação de uma habitação digna e tranquila” há um pedido de aditamento que tem o seguinte teor “e a defesa de

uma intervenção que reduza o impacto da presença da 2ª. Circular, barreiras sonoras por exemplo”, é um aditamento ao Ponto 2. -----

----- Ao Ponto 3 há uma alteração, a frase final do Ponto nº. 3 onde estava “ao ficarem naturalmente nas habitações que lhes pertençam por direito”, tirar esta expressão e colocar o seguinte: ”passe por ficarem nas suas habitações, sendo esta a sua vontade ou por solução alternativa, desde que devidamente discutida com os respetivos moradores e por eles aceite.”-----

----- Portanto, são estas duas precisões, retificações que foram feitas na Recomendação e a Mesa vai pô-la à votação. -----

----- **Pontos nº 1 e 2 da Recomendação 007/02 foram aprovados por maioria**, votos contra do PS, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Pontos nº 3 e 4 da Recomendação 007/02 foram rejeitados**, votos contra do PS e IND, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM. -----

----- Há uma Declaração de Voto dos Deputados Independentes. -----

----- **Recomendação nº. 007/03 (apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) – Recomendação “Pela urgente intervenção d obras de requalificação na Escola Secundária de Camões.”** -----

----- (A Recomendação 007/03 fica anexado a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação nº 007/03 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Impedimento do Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE) na votação desta Recomendação.-----

----- **Recomendação nº. 007/04 (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – Recomendação “Acesso pleno a serviços e empresas municipais para a comunidade surda.”** -----

----- (A Recomendação 007/04 fica anexado a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação nº 007/04 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Recomendação nº. 007/05 (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – Recomendação “ Conclusão da 2ª. fase da Escola Básica Parque das Nações .”** -----

----- (A Recomendação 007/05 fica anexado a esta Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- Este Recomendação tem uma pequena alteração que eu vou passar a enunciar, no Ponto 1 deliberativo onde está “apelo ao Governo no sentido de proceder imediatamente à abertura de concurso público” substituir-se “imediatamente” por “urgentemente”.-----

----- A **Recomendação nº 007/05** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Impedimento do Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE) na votação desta Recomendação.-----

----- **Recomendação nº. 007/06 (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – Recomendação “Pela Erradicação do uso do glifosato.”** -----

----- (A Recomendação 007/06 fica anexado a esta Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- Tem uma alteração no 4º. Ponto deliberativo, onde está “dando prioridade a métodos não químicos, acrescentar a palavra “eficazes”, e no Ponto 5 onde estava “com a erradicação do glifosato” é substituir a palavra “com” pela seguinte expressão “dando continuidade à política de” e depois segue “erradicação do glifosato”. -----

----- **Ponto nº 1 da Recomendação 007/06** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP e 2 IND (Paulo Muacho e Patrícia Gonçalves), abstenções do 5 IND, votos a favor do PSD, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM. -----

----- **Pontos nº 2, 3, 4 e 5 da Recomendação 007/06** foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Recomendação nº. 007/07 (apresentada pelo Grupo Municipal do BE) – Recomendação “Para resolução célere do processo de cedência de instalações ao Ginásio do Alto do Pina (GAP), no cumprimento da Deliberação 145/AM/ 2004.”** -----

----- (A Recomendação 007/06 fica anexado a esta Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação 007/07** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Recomendação nº. 007/08 (apresentada pelo Grupo Municipal do BE) – Recomendação “Recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a submissão de informação sobre o PREVPAP da autarquia.”** -----

----- (A Recomendação 007/08 fica anexado a esta Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação 007/08** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- Há uma Declaração de Voto do Grupo Municipal do PCP. -----

----- **Recomendação nº. 007/09 (apresentada pelo Grupo Municipal do PAN) – Recomendação “Adesão de Lisboa à Rede de Cidades Arco Íris.”** -----

----- (A Recomendação 007/09 fica anexado a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação 007/09** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Recomendação n.º 007/10 (apresentada pelo Grupo Municipal do PPM) –
Recomendação “Habitação Temporária”.**-----

----- (A Recomendação 007/10 fica anexado a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz
parte integrante)-----

----- Impedimento do Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE) na votação desta
Recomendação.-----

----- **A Recomendação 007/10 foi aprovada por maioria**, não há votos contra,
abstenções do PCP, IND, PEV e PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT,
PPM.-----

----- Existem pedidos de Declaração de Voto do PEV, dos IND e do PAN. -----

----- **Recomendação n.º 007/12 (apresentada pelo Grupo Municipal do IND) –
Recomendação “Pelo Reconhecimento e Classificação da escola do Castelo (EB1
n.º 10) como Património Municipal”.**-----

----- (A Recomendação 007/12 fica anexado a esta Ata como **Anexo XXI** e dela faz
parte integrante)-----

----- Esta nova versão tem aqueles pontos que o Senhor Deputado Miguel Graça já
disse, eu recordo, além da classificação da Escola do Castelo como Património
Municipal, a reavaliação das alterações já introduzidas pelos pelouros da Cultura,
Urbanismo, Educação e em colaboração com o autor do projeto e o envio à
Assembleia Municipal por parte da Câmara Municipal de um relatório
consubstanciado processo de classificação e avaliação das alterações introduzidas. -----

----- **A Recomendação 007/12 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra,
não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV,
PPM, 8IND.-----

----- **Recomendação n.º 007/13 (apresentada pelo Grupo Municipal do PSD) –
Recomendação “Pela Defesa dos Moradores da Picheleira e Alcântara”.**-----

----- (A Recomendação 007/13 fica anexado a esta Ata como **Anexo XXII** e dela faz
parte integrante)-----

----- Tem duas alterações, uma num considerando e outra na parte deliberativa, é na
primeira página no último parágrafo a primeira página onde diz “tais alterações têm
implicado sérias perturbações às condições habituais de 720, nomeadamente aqueles
que morando nos bairros de Alcântara e da Picheleira veem a sua oferta reduzida, é
cortada a última frase uma vez que está ultrapassada pelos acontecimentos, o “sendo
completamente anulada aos fins de semana”, etc., essa frase é cortada, está
ultrapassada pelos acontecimentos, e na parte deliberativa a mesma coisa “recomendar
à Câmara que inicie a revisão urgente da carreira 27 para bem dos seus e cortada a
parte final, “que sejam repostos os horários” porque também está ultrapassada esta
parte. -----

----- **A Recomendação 007/13 foi rejeitada**, votos contra do PS e IND, não há
abstenções, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM. -----

----- Impedimento do Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE) na votação desta
Recomendação.-----

----- **Recomendação nº. 007/17 (apresentada pelo Grupo Municipal do 2 IND) –
Recomendação “ Recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que dê
permanência á memória de Hannah Arendt, filósofa, ensaísta, apátrida e
refugiada, e da sua passagem por Lisboa, assinalando o aniversário da sua morte
e o Dia Internacional dos Direitos Humanos”.**-----

----- (A Recomendação 007/17 fica anexado a esta Ata como **Anexo XXIII** e dela faz
parte integrante)-----

----- **A Recomendação 007/17 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra,
não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV,
PPM, 8IND.-----

----- Senhores Deputados, terminámos esta maratona de votações, há um Senhor
Deputado que vai fazer uma declaração de voto oral agora. Esta última proposta que
foi votada foi aquela Recomendação sobre a Annah Arendt que nós solicitámos que
fosse alterada e foi alterada, não foi alterada a redação, foi alterado o cabeçalho.-----

----- Foi alterada também a redação, Senhores Deputados, a nova versão está no *site* e
ficam esclarecidos nesta fase, e a Recomendação está aprovada com a votação que já
foi anunciada.-----

----- Senhores Deputados terminámos, eu agora só preciso de saber, parece-me que
era o PSD, o Senhor Deputado Luís Newton, que queria fazer uma Declaração de
Voto oral.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de
Voto:**-----

----- “ *Senhora Presidente, relativamente ao Voto nº. 1, apresentado pelo PEV, dar
nota que apesar de discordarmos profundamente e de entendermos que de certa
forma alguns dos considerandos são até violentos do ponto de vista daquilo que é a
verdade histórica, a verdade é que o que para nós é mais relevante são as propostas
deliberativas e nessas como nos revemos porque entendemos que a estabilidade
daquela zona é a estabilidade do Mundo. Entendemos também que aqui votar
favoravelmente à consequência e ignorar os erros na parte dos considerandos. Muito
obrigado, mas não queríamos deixar de o salientar.*”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de
Voto:**-----

----- “*Muito obrigada Senhora Presidente. Nós sobre o Voto 07/03 do PS abstivemo-
nos porque consideramos que de certo modo enaltece um turismo de curta duração e
vem ocultar todos os males que daí resultam, desse turismo de curta duração e,
portanto, daí a nossa abstenção.*-----

----- *No Voto 07/04 também do Partido Socialista a distinção de Lisboa para Capital
Europeia do Desporto, estamos de acordo, votámos favoravelmente, mas lembramos
que muitos dos projetos anunciados, como o Volvo Ocean Race, nada têm a ver com a
democratização e o acesso à cultura.*-----

----- *Sobre as Recomendações, A Recomendação 07/01 do CDS/PP “risco na
estrutura do edifício da GEBALIS” rejeitada esta matéria que já passou por esta
Assembleia e que carece de solução o Grupo Municipal do PCP por diversas vezes*

questionou o Executivo Camarário e manifestou preocupação com a situação relatada tanto na Câmara como na Assembleia Municipal e apesar de tudo há matérias que são rejeitadas. -----

----- A Recomendação 07/08 do Bloco de Esquerda, que reclama à Câmara Municipal a submissão de informação sobre o PREVPAP da Autarquia, o Grupo Municipal lembra que o PCP já fez aprovar uma proposta este ano de pedido desse estudo e que esses dados já foram facultados. Muito obrigado.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto:** ---

----- “Voto 007-01 (PEV) Voto de Condenação do reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel.-----

---- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram **contra** na votação acima referenciada por considerarem que:-----

----- O “Voto de Condenação do reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel” da autoria do grupo municipal do PEV é o exemplo acabado de manipulação e falsificação histórica ao serviço de uma política anti-semita que acusa Israel e os judeus de todos os males que acontecem há quase 70 anos no Médio Oriente.-----

----- Porque de ignorância não se trata, só por má-fé se pode escrever que “em 1948 iniciou-se o conflito entre Israel e Palestina, com a espoliação do povo palestino das suas terras e dos seus recursos, por parte de Israel.”-----

----- O Estado de Israel foi criado através de um processo pacífico e legal pelas Nações Unidas. Não foi constituído a partir de terras palestinas, mas sim a partir do que havia sido o Império Otomano, dirigido durante 400 anos pelos turcos que o tinham perdido depois de terem sido derrotados na 1ª Guerra Mundial. Não havia território “da Palestina” pela simples razão de não haver quem se reclamasse palestino: os árabes que viviam na região da Palestina consideravam-se sírios. Foi só após a 1ª Guerra Mundial que os atuais Estados da Jordânia, Síria, Líbano e Iraque foram também artificialmente criados a partir do Império Turco, pelos vencedores franceses e ingleses. A Jordânia foi constituída em 80% do que era o Mandato da Palestina, que originalmente havia sido designado pela Liga das Nações como fazendo parte do lar judaico. Em 1947, o plano de partilha da ONU determinou a criação de dois Estados nos restantes 20% do Mandato da Palestina: o Estado de Israel para os judeus e outro para os árabes. Estes rejeitaram o seu Estado e 5 países desencadearam uma guerra contra Israel: Egipto, Líbano, Jordânia, Síria e Iraque, com o apoio de contingentes militares da Arábia Saudita e Iémen.-----

----- Se não tivesse havido agressão árabe, guerra ou invasão por exércitos árabes cujo intento era claramente a destruição e o genocídio de Israel, desde 1948 que existiria um Estado da Palestina na Margem Ocidental e em Gaza. -----

----- Israel conquistou territórios no decorrer da guerra. Na ausência de um tratado de paz entre os beligerantes, a lei das nações permite que, após um conflito, seja anexado território do agressor. Neste caso o território em questão pertencera a turcos e a vencedores da 1ª GM. Ainda assim Israel ofereceu-se para devolver as terras ocupadas enquanto se defendia da agressão árabe, em troca de uma paz

formal. A oferta foi feita durante as conversações para o armistício, em Rodes, e na conferência de Lausana de 1949. Os dirigentes árabes recusaram as terras pois queriam manter o estado de guerra que conduzisse à destruição do Estado judaico. Se a oferta de Israel tivesse sido aceite, teriam sido solucionados com prontidão e justiça todos os problemas que desde então assolam a região. A mentira intencional persiste no voto do PEV quando se lê “Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, Israel alargou a ocupação a todo o território palestino, num manifesto e claro desrespeito pelo direito internacional e do reconhecimento da liberdade e autodeterminação do povo da Palestina”. -----

----- Ao contrário do que afirma a propaganda anti-judaica, Israel foi novamente vítima da agressão genocida árabe na guerra de 1967 quando foi novamente atacado pelo Egipto, Jordânia e Síria com o apoio de inúmeros Estados árabes. Na resposta militar defensiva Israel derrotou os exércitos destes países que ameaçavam a sua existência e ocupou a Margem Ocidental, a Faixa de Gaza e Jerusalém oriental reunificando a cidade. -----

----- O Direito Internacional é muito claro. Se o agressor tivesse sido Israel a ocupação daqueles territórios seria ilegal, como ilegal seria a qualquer instalação de população israelita nestes territórios. -----

----- Contudo, como vítima de agressão, a posição legal de Israel é exatamente a oposta. -----

----- Imediatamente a seguir à guerra, Israel prontificou-se a devolver o território conquistado em troca de uma paz formal. As nações árabes rejeitaram esta hipótese como já tinham feito anteriormente. Israel podia ter anexado os territórios conquistados, mas decidiu não o fazer na esperança de que, com o tempo, as nações agressoras acabassem por revelar algum bom-senso. Nessa eventualidade Israel devolveria alguns dos territórios em troca de um tratado de paz. -----

----- Foi o que acabou por acontecer com o Egipto, devolvendo a totalidade do Sinai na sequência dos acordos de Camp David, em 1979. Nestes acordos, o líder egípcio Anwar es-Sadat recusou aceitar de volta a Faixa de Gaza, preferindo que os palestinianos que ali viviam se mantivessem sob a soberania israelita. Quando a Jordânia concordou com o tratado de paz, em 1994, o Rei Hussein excluiu expressamente das negociações a Margem Ocidental. Em 2000, nas negociações de Camp David, Yasser Arafat recusou a entrega de parte de Jerusalém Oriental para ser a capital do futuro Estado palestiniano. -----

----- Se os árabes tivessem querido a paz com Israel, um Estado Palestino teria existido desde 1947, ou ainda em 1949 e nunca teríamos tido o problema dos refugiados árabes. Se a liderança árabe tivesse querido a paz com Israel, em 1967 e de novo em 2000 nunca teria sequer havido soberania israelita sobre a Margem Ocidental, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. -----

----- Israel é a única democracia que no Médio Oriente elege os seus chefes em sufrágio livre, a única que garante direitos aos seus cidadãos e respeita esses direitos. Cerca de um milhão e meio de árabes vivem como cidadãos em Israel,

elegendo os seus representantes no Parlamento israelita e gozando de mais direitos do que qualquer cidadão árabe em qualquer Estado árabe. -----

----- No entanto também reconhecemos que a realidade local nem sempre é a mais correta ou adequada de acordo com os parâmetros civilizacionais das democracias ocidentais. -----

----- Reconhecemos que no decorrer de um processo conflituoso e delicado existem erros de parte a parte que só encontraram solução nos últimos anos por via de uma musculada e sensível ação diplomática. Esta estabilidade diplomática que levou décadas a construir trouxe um benefício para a paz mundial e tem permitido criar novas gerações locais mais tolerantes. -----

----- Atitudes irrefletidas que possam colocar em perigo esta conquista devem ser evitadas. -----

----- Somos pelo diálogo inter-religioso que permita assentar uma convivência administrativa e social na cidade Santa de Jerusalém. Essa maturidade diplomática e civilizacional permite uma partilha tolerante da cidade que é ela própria segmentada em quatro quarteirões religiosos que coabitam. Primeiro que uma capital administrativa, pretendemos preservar Jerusalém como capital do mundo passível de ser vivida por todos. -----

----- O CDS faz votos para que os dirigentes palestinianos, responsáveis e moderados, ergam brevemente um Estado palestiniano próspero e pacífico e que Israel e a Palestina vivam em paz e cooperação”.-----

*----- **O Grupo Municipal dos IND** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

----- “Moção nº 007/02/ PCP – Exigir a manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa votaram contra, considerando o Hospital de proximidade já negociado para substituir o Hospital S. José e a grave carência de unidades de cuidados continuados na cidade de Lisboa; os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa propõem que a Câmara Municipal de Lisboa retome a negociação dos restantes Hospitais existentes na Colina de Santana tendentes a contribuir para a resolução das 600 camas de cuidados continuados que a cidade de Lisboa necessita, num estudo técnico efetuado entre a CML e a ARS LVT.”-----

*----- **O Grupo Municipal dos IND** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

----- Declaração de Voto - Recomendação nº 007/10/ PPM – Habitação Temporária.--

----- Os Deputados Municipais do Movimento Cidadãos Por Lisboa abstêm-se de votar esta recomendação porque o projeto apresentado não substitui e não constitui uma alternativa ao modelo “housing first” como é sugerido, modelo esse que terá 150 casas até 2019 segundo o previsto no PMPSA e que pressupõe uma inserção de forma dispersa na comunidade, recorrendo a habitação de mercado com o objetivo de promover uma integração social mais facilitada. -----

----- A CML e o Estado têm obrigações e responsabilidade no financiamento a estes projetos não devendo ser substituídos por entidades privadas, quanto muito complementares.”-----

----- **O Grupo Municipal dos IND** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “**RECOMENDAÇÃO N.º 7/10/PPM –HABITAÇÃO TEMPORÁRIA DECLARAÇÃO DE VOTO DO GM/PEV.**-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Recomendação n.º 7/10/PPM - Habitação temporária -, apresentada na 7ª reunião de 19 de Dezembro de 2017, pelas seguintes razões:*-----

----- *A habitação é um direito constitucional que deve ser garantido a todos os cidadãos (Art 65º da Constituição da República Portuguesa: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”), e está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Social Europeia, que Portugal subscreve e deve cumprir.*-----

----- *Neste contexto, o problema das pessoas sem-abrigo deve ser urgentemente resolvido através de habitações condignas e não em contentores, recuperando-se, por exemplo, edifícios de habitação para centros de alojamento.*-----

----- *Esta proposta n.º 7/10/PPM, que não resolve o problema da habitação na cidade de Lisboa, levanta-nos ainda reservas relativamente à possibilidade de se tornar permanente e não provisória, como frequentemente sucede.*-----

----- *Os Verdes defendem que o combate à pobreza e à exclusão social exige políticas sérias e integradas e que a CML deverá promover habitações para os sectores mais carenciados da sociedade, a par de efetivas medidas de integração.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora sim, creio que chegámos ao fim do PAOD, agradeço a todos a colaboração para conseguirmos fazer isto num tempo recorde, acho que é a primeira vez que conseguimos fazer um PAOD num espaço tão curto de tempo, mas está pronto, está terminado e vamos agora entrar no ponto primeiro da Ordem do Dia, não há nenhuma alteração de sequências, a sequência era a que estava prevista e tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;**-----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Nesta minha primeira intervenção neste Mandato, quero saudar todas as Senhoras e Senhores Deputados, principalmente aqueles que exercem agora funções pela

primeira vez e desejar a todos um bom mandato e uma palavra da Câmara no sentido de as melhores relações institucionais com a Assembleia Municipal e com todos os grupos parlamentares e todos as Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Nesta minha primeira intervenção terei que adotar, pela circunstância de os tempos, um registo diferente daquele que é habitual na apresentação da Informação Escrita, porque hoje foi conhecido um acórdão do Tribunal Constitucional relativamente a uma matéria com importância para a vida da Cidade e para o seu futuro, que entendi utilizar este tempo para a clarificar e esclarecer. -----

----- O Tribunal Constitucional em acórdão hoje conhecido veio declarar inconstitucional a Taxa de Proteção Civil aprovada pela Câmara Municipal e por esta Assembleia, há alguns anos atrás. -----

----- Gostava de sobre esta matéria de tecer três considerações: a primeira é de que a Câmara acatará, na íntegra e sem qualquer reserva, a decisão do Tribunal Constitucional. Pedi que fosse devolvida o Regulamento de Taxas aprovado em Câmara para o próximo ano, bem como o Orçamento aprovado em Câmara, para que possamos fazer as adaptações resultantes desta decisão e decidimos também que nas alterações que vamos promover, não vamos introduzir para o ano de 2018, não vamos propor nenhuma alteração ao quadro fiscal que tem vigorado no Município até agora. -

----- A segunda decisão é que dei orientações para começarmos desde já os procedimentos para proceder à devolução integral dos valores liquidados e cobrados a título da Taxa Municipal de Proteção Civil, significa isto que a partir de meados de janeiro, estará disponível, no cumprimento da Lei a possibilidade de todos os municípios e todas as entidades poderem solicitar à Câmara de Lisboa, as verbas que foram liquidadas e pagas e assim a Câmara de Lisboa irá também comunicar diretamente com todos aqueles que foram alvo desta liquidação e cobrança para que possam exercer o seu direito e possamos regularizar esta situação. -----

----- Quero frisar, o Tribunal Constitucional não é adversário da Câmara de Lisboa nem é nenhuma força de bloqueio, o Tribunal Constitucional exerce a sua competência e a nossa competência hoje e acatarmos esta decisão, mas há um terceiro ponto. -----

----- A decisão do Tribunal Constitucional convoca-nos, Cidade de Lisboa, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, mas também o País, a Assembleia da República, os partidos políticos e o Governo para uma reflexão profunda e para novas decisões relativamente ao financiamento do sistema de Proteção Civil e do financiamento geral das Autarquias do País. -----

----- Permitam-me que recue um pouco no tempo, a Taxa de Proteção Civil nasce no nosso país dos grandes incêndios que o país registou no ano de 2005. Para aqueles que se recordam dos incêndios de 2005, que assolaram o País e que se traduziram numa das maiores áreas ardidadas, até ao infeliz ano de 2017 que vivemos, no rescaldo de todo esse processo o Estado tomou importantes decisões relativamente à reorganização e à profissionalização do sistema de proteção civil revendo significativamente a Lei de Bases da Proteção Civil, num sentido de aumentar os recursos afetos ao sistema de

proteção civil e num sentido de um aumento significativo das responsabilidades dos Municípios pelo sistema de proteção civil do país. -----

----- Foi esse o espírito da Lei, é essa a letra da Lei e essa Lei de Bases da Proteção Civil aprovada em 2016 teve uma Lei em sequência, que foi a adaptação do Regime Geral de Taxas Locais, prevendo expressamente a criação de Taxas Municipais de Proteção Civil. -----

----- A questão que se colocou em 2016 de resposta ao surto dos incêndios de 2005 e à necessidade de reforçar os dispositivos de proteção civil no país foi pedir aos municípios maior participação e mais responsabilidade na proteção civil, como contrapartida e com uma contrapartida do financiamento para esse reforço de infraestruturas, de homens, de meios ser feito através da criação de Taxas Municipais de Proteção Civil. Foi por essa razão que vários Municípios ao longo desta década, foram criando as suas taxas proteção civil. Foi por esta razão, aliás, que em Lisboa tomámos a mesma decisão.-----

-----Ora a questão que hoje o acórdão do Tribunal Constitucional coloca, nos termos em que o coloca, não é só uma apreciação sobre uma aplicação e sobre uma modalidade de criação desta taxa, mas é que coloca em causa verdadeiramente os fundamentos e a possibilidade de criação de taxas municipais de proteção civil, ora, e o acórdão di-lo expressamente, a própria previsão ou a previsão da lei, numa lei da Assembleia da República da existência destas taxas não é suficiente para que elas sejam classificadas como taxas e não como imposto, que deve ser reserva da Assembleia ou como contribuições que não estão legisladas.-----

----- É isto bem indicativo de que estamos num momento novo, não há hoje, na minha opinião condições para o Município de Lisboa ou outro município, aliás, poder avançar depois deste acórdão com a tentativa de resolver os desafios colocados pela Lei de Bases da Proteção Civil de 2006, através da criação de taxas municipais específicas para este fim. -----

----- Ora, isto implica duas coisas, em primeiro lugar um diálogo muito claro com a Assembleia da República e com o Governo sobre o desafio do financiamento da capacitação das estruturas da Proteção Civil, não só aquela que foi exigida pela Lei de 2006, mas certamente aquela que hoje o País exige, em função dos resultados e da situação dos incêndios de 2017. -----

----- Se há hoje consenso na sociedade portuguesa é que todos nós precisamos e queremos ter mais serviços de proteção civil, melhores serviços de proteção civil, com mais recursos humanos, com mais meios afetos, com mais investimento em equipamentos de deteção de proteção de combate a incêndios, com equipamentos modernos, com instalações adequadas e que, no fundo, que nós tenhamos todos uma infraestrutura capaz de nos assegurar condições de segurança e tranquilidade nas nossas vidas, creio que não sou abusivo na interpretação do espírito do País se puder dizer que se há algo que todos extraímos de forma unânime da tragédia que assolou o País durante este ano é precisamente a vontade e a necessidade do País de reforçar e profissionalizar de forma significativa o seu sistema de Proteção Civil. -----

----- Ora, isto leva-me ao ponto, é que os instrumentos que a Lei previa a que os municípios o fizessem estão depois deste Acórdão esgotados. -----

----- Ora é tempo de ter um debate com o Parlamento e com os vários partidos políticos e com o Governo, no sentido de na revisão da Lei das Finanças Locais questionar precisamente de que forma é que se entende que deve ser feito o financiamento do sistema de Proteção Civil nas cidades, no geral do País e, em particular na Cidade de Lisboa. -----

----- A segunda nota que gostava de dizer é que esta decisão que hoje tomamos e aquilo que hoje temos obrigação de fazer e a decisão que hoje tomamos, também, de manter inalterado o quadro fiscal que vigorava na Cidade, que vigora na Cidade desde 2012, implica que tenhamos ao longo do ano de 2018, um debate muito claro, muito frontal sobre o quadro global de financiamento do Município da Cidade de Lisboa. ----

----- Tenho dito com a mesma clareza de sempre, dos tempos mais difíceis aos tempos mais positivos, que hoje vivemos do ponto de vista financeiro, tenho tido sempre o cuidado de nunca me confundir nem com as conjunturas negativas e nem me deixar iludir com a temporalidade das conjunturas positivas. -----

----- Nós hoje vivemos uma circunstância financeira na Cidade de Lisboa que decorre muito de uma conjuntura do mercado imobiliário, que não tem, que não se pode contar com esta conjuntura e a sua perenidade para explicarmos, para financiarmos estruturas fundamentais dos Serviços do Município da Cidade de Lisboa, seria um erro! E tenho a nosso crédito, temos a nosso crédito um crédito importante! É que passamos uma campanha eleitoral inteira sem nunca ceder à tentação de que para ganharmos o benefício deste ou daquele grupo, deste ou daquele agrado, termos feito uma campanha a prometer qualquer diminuição da tributação ou das taxas no Município de Lisboa e não o fizemos precisamente com a consciência de que o tempo que vivemos é um tempo de excecionalidade do ponto de vista das receitas, que verdadeiramente deve ser usado para reduzir a dívida estrutural do Município de Lisboa, que deve ser utilizado para resolver carências de investimento, mas seria um erro degradarmos esta excecionalidade das receitas, aumentarmos despesa estrutural ou a não provirmos adequadamente de financiamento os Serviços do Município de Lisboa!-----

----- Quero neste início de mandato ser claro, nós devemos rever o quadro global de financiamento da Cidade de Lisboa, que basicamente está estruturado em duas grandes decisões, uma decisão de um acordo político alargado entre o PS e o PSD relativamente à carga fiscal assumido em 2012 e uma política relativamente à taxaçaõ que uma Lei de Finanças Locais obriga das principais áreas de serviço da Câmara ou datada em 2014. -----

----- Ora, é para esta reflexão e é para a tomada consequente das medidas daqui decorrentes, naturalmente adaptadas ao ciclo que vivemos, adaptados aos novos desafios que a Cidade tem, adaptadas às necessidades que temos de dar resposta aos novos desafios e de não investirmos na resolução ou recursos que nos são escassos ou incentivar os políticas que hoje podem não ter tanta necessidade na Cidade de Lisboa, estaremos todos convocados para durante o ano de 2018 fazermos essa reflexão e para

tomarmos as medidas que se impõem durante o ano de 2018 e relativamente ao orçamento de 2019.-----

----- O que posso hoje dizer é o seguinte: cumprimos na íntegra, escrupulosamente, a decisão do Tribunal Constitucional como nos compete. Não promoveremos nenhuma alteração para o próximo ano do quadro fiscal sobre o qual nos colocarmos, mas não nos furtaremos à liderança do debate político que a Cidade exige relativamente a dotarmos a Cidade de Lisboa dos meios necessários, termos bons serviços públicos, em particular na área da Proteção Civil. -----

----- Quero terminar, reafirmando este ponto, nós estamos hoje em condições de cumprir a devolução da taxa que o Tribunal determinou, de o poder fazer não comprometendo a qualidade dos serviços públicos e somos capazes de o fazer, porque até agora, tivemos uma gestão responsável, uma gestão de rigor, uma questão de prudência, mas uma gestão que nunca se deu ao facilitismo de querer dar tudo a todos descapitalizando a base financeira do Município. É na base destes princípios que atuamos e é na base destes princípios que vamos atuar. Muito obrigado.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Temos vários Senhores Deputados inscritos, vamos naturalmente agora dar a palavra aos senhores Deputados inscritos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Caro Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caro Público. -----

----- O inevitável aconteceu, o Tribunal Constitucional emitiu o acórdão a declarar inconstitucional a Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

----- Desde a primeira hora que o CDS aqui também na Câmara invocou a sua inconstitucionalidade, gostaríamos de não termos que estar aqui hoje a lamentar a surdez do Executivo neste assunto. -----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil é e sempre foi ilegal, inoportuna e inconstitucional, votámos contra a sua criação, era claro para nós, pelo menos para a maioria, que sendo a Proteção Civil um serviço público indispensável ao bem-estar e segurança dos lisboetas que o seu financiamento devia ser feito através de dotações orçamentais do Município e não através de uma taxa cobrada aos lisboetas.-----

----- Das fragilidades já existentes no sistema de Proteção Civil, o PS deliberadamente decidiu aprofundá-la ainda mais colocando o investimento nesta área pendente de uma taxa que sempre levantou dúvidas!-----

----- Em reunião de Câmara do passado dia 14 e cumprindo a promessa que fez, o CDS apresentou uma Proposta de revogação da taxa, chumbada com o voto de qualidade do Senhor Presidente, face aos votos favoráveis do CDS, PSD e PCP e a abstenção do Bloco. O PS insistiu em taxar os lisboetas no valor que representa um adicional ao IMI, asfixiando milhares de proprietários, a que se juntou a decisão do Governo e a Sede de Orçamento de Estado criar diversos encargos aplicados o património imobiliário. -----

---- Para a maioria era claro, mas para o PS continuava a não ser! Tal como formulada no Regulamento Geral de Taxas, a Taxa de Proteção Civil configura-se de uma remuneração de serviços meramente potenciais, serviços que os sujeitos passivos poderão nunca beneficiar, não constituindo assim a contrapartida de prestação concreta de um serviço público providenciado pelo Município, pelo que nunca poderia ser classificada como Taxa e o Tribunal Constitucional veio novamente confirmar essa nova posição.-----

----- Senhor Presidente, todos queremos mais investimentos na Proteção Civil, penso que não há dúvidas, queremos estruturas preparadas, mas que se baseiem em instrumentos viáveis e não é preciso falar dos fogos deste ano, saborosos para alguns, basta olhar para a vulnerabilidade sísmica e para a geografia da Cidade de Lisboa. ----

----- Quando olhámos para a Proposta de Orçamento e vimos a inclusão da Taxa Municipal de Proteção Civil percebemos que estávamos à beira novamente de mais um erro e da aplicação de uma taxa que era inconstitucional.-----

----- A teimosia do Senhor Presidente em manter a taxa levou-nos a mais um caso desnecessário ao dia de hoje, que teria sido evitável. É momento de analisarmos com pormenor a decisão do Tribunal e aguardar com urgência as diligências da Câmara. ----

----- Ouvimos as declarações do Senhor Presidente e algumas das notícias que vimos deixaram-nos um bocado perplexos com a ligeireza com que foi tratado este assunto. --

----- Sabemos também e já o disse hoje à comunicação social que pretende devolver os 58 milhões de euros que foram cobrados aos lisboetas. Fala o Senhor Presidente da criação do Balcão Municipal para que os lisboetas solicitem o ressarcimento das verbas já pagas e nós perguntamos, Senhor Presidente mais burocracia? -----

----- Perguntamos também, foi a Câmara tão diligente na cobrança e não consegue encontrar outro mecanismo de devolução do dinheiro? Sem criar mais procedimentos e mecanismos do lado dos lisboetas? -----

----- Deixo-lhe esta sugestão e este pedido e acima de tudo esta pergunta. Em suma, a Câmara não pode ser taxada, mas ainda exige aos lisboetas que peça o dinheiro que indevidamente lhes foi cobrado, não podemos deixar de lamentar que a teimosia da sua equipa, Senhor Presidente, tenha parado durante todo este tempo, fazendo ouvidos moucos às posições da oposição, de fiscalistas e de constitucionalistas. -----

---- Ficamos à espera que o Senhor Presidente nos dê as explicações, além daquelas que já nos deu, nomeadamente esta questão do Balcão Municipal, se não existem alternativas? E perguntar-lhe também, designadamente ao Orçamento, qual é que será o novo *timing* e as alterações que são feitas para o Orçamento 2018. -----

----- Quanto ao orçamento 2019, como sempre, numa postura que o CDS tem construtiva, cá estaremos para discuti-lo no tempo oportuno. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente de Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente. -
----- Em primeiro lugar o PSD quer salientar que desde 2014 que temos vindo consecutivamente a assinalar a inconstitucionalidade desta Taxa. É na realidade um imposto encapotado, e ela existe sobretudo e aqui novamente temos que lamentar, porque o Partido Socialista ao longo destes 10 anos de governação da Cidade foi incapaz de manter os níveis de investimento nos equipamentos de Proteção Civil e necessitou, em determinado momento de encontrar verbas adicionais para a reposição desses mesmos equipamentos. -----
----- Aqui tenho que dizer e reforçar, o PSD sempre foi contra esta Taxa, não somos como por exemplo o Bloco de Esquerda, que em público diz que é contra a Taxa e que depois em privado inviabiliza o fim dessa mesma Taxa! Consideramos isto uma vergonha! Nós não podemos estar em público a afirmar uma posição e depois em privado vir defender o seu oposto! -----
----- Tenho que dizer que relativamente a esta matéria me parece evidente que os Senhores do Bloco de Esquerda, que estão no Poder, ficam do lado errado da história!-
----- Em segundo lugar, Senhor Presidente, dizer-lhe que o financiamento da Proteção Civil resultou, como tem resultado de sempre em todo o lado, da gestão orçamental da própria Câmara Municipal, aliás, prova da sua teimosia e da teimosia do Partido Socialista nesta matéria é o facto de ser capaz, neste momento, dizendo que não há redução do nível de serviço e do investimento a fazer, de reintegrar isso no próprio orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, mas Senhor Presidente, há uma coisa com a qual eu não concordo consigo, mais uma, esta decisão vem reforçar a necessidade de aprofundar a descentralização e não tanto uma questão de reforçar novamente a discussão de excecionalidade que existe à volta do modelo de gestão autárquica das Finanças Locais, sobretudo para a Cidade de Lisboa. -----
----- Aliás, ficámos todos a saber que, para o Partido Socialista excecionalidade é o novo termo para austeridade e, portanto, este é um outro aspeto que queria também destacar, porque a ação responsável das Finanças em períodos excecionais é a capacidade de manter a retenção e a capacidade de adquirir novas verbas. -----
----- Depois há outra questão que eu também quero aqui salientar, diz o Senhor Presidente que, com um ato de grande disponibilidade por parte da Câmara Municipal, de enorme abertura para a população, que a Câmara Municipal vai devolver a Taxa de Proteção Civil destes anos, ora, Senhor Presidente não é a Câmara Municipal que decide que vai devolver, a Câmara Municipal faz duas coisas muito interessantes, a primeira é compreender que, pela primeira vez o Tribunal Constitucional aqui não fecha a opção da retroatividade da ressarção da própria taxa, o que obriga e que cria a possibilidade para as pessoas poderem solicitar essa taxa de volta, mas o Senhor Presidente faz uma coisa extraordinária, para além de criar mecanismos complexos para a obtenção dessa taxa, há uma outra matéria que eu gostava de dizer, Senhor Presidente, se, de facto, há o objetivo daqui da Câmara é um objetivo de boa-fé e de estar ao lado da comunidade no que diz respeito a não tributação errada ou sobre tributação, neste caso, então faça uma coisa Senhor

Presidente, devolva com juros, porque ao longo destes dois anos, a taxa foi retida ilegalmente e, portanto, aí sim, era um ato de boa-fé e um ato de abertura para com a comunidade, dizer-vos, “pedimos desculpa, apesar de termos sido alertados por quase todos os partidos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, nós fomos lá retirar-vos o dinheiro e, portanto, como vos retirámos erradamente e não nos tendo apercebido que o estávamos a fazer erradamente, porque isso ainda pode acontecer, nós vamos-vos devolver, mas vamos devolver com juros que os Senhores não tiveram durante estes anos, quando nós vos tirámos o dinheiro”. -----

----- E por fim, Senhor Presidente, eu diria que há aqui uma matéria com a qual nós temos que rapidamente, e aí sim Senhor Presidente, aí é de facto necessário uma concertação importante, tão ou mais importante do que a organização neste momento, do próprio orçamento para 2018, há aqui uma matéria que me parece ser a de maior relevância, nomeadamente no que diz respeito à própria capacitação de investimento parte da Câmara Municipal e esta está inevitavelmente centrada naquilo que é uma apresentação de um plano de reinvestimento e reequipamento da Proteção Civil, porque é claramente a instituição aqui que parece que quis beneficiar encapotadamente aqui dos impostos da população da Cidade de Lisboa, mas que para a qual é muito necessário, de facto, o seu reequipamento! E porque a população da Cidade de Lisboa precisa de uma Proteção Civil, Bombeiros, ambulâncias que tenham condições para responder a toda e qualquer catástrofe! -----

----- Vendo bem, o desafio que há aqui é como é que nós agora vamos resolver algo que já poderia estar a ser resolvido há dois anos atrás e há três anos atrás e que podia ter sido feito em consonância com aquilo que toda a gente estava a dizer, mas que o Senhor Presidente entendeu que deveria continuar a seguir um caminho, que era um caminho que era evidente para todos nós que era um caminho incorreto.-----

---- Eu terminaria, Senhor Presidente, com uma reflexão, eu ainda sou do tempo, um governo recente do PSD, em que sempre que havia matérias em que havia dificuldades de acerto constitucional entre a visão do Governo e a visão do próprio Tribunal Constitucional, lá vinha o PS saltar e acudir a dizer que não podia governar, este partido não podia governar, porque estava contra o Tribunal Constitucional! -----

---- Por isso, Senhor Presidente, eu não lhe digo isso, porque eu acho que, de facto, estas matérias merecem ser obviamente de acerto, mas deixo aqui um apelo ao Partido Socialista. Esta situação começou toda por uma exposição feita pelo Senhor Provedor de Justiça e eu não gostava de ver o Deputado Galamba a vir agora dizer que, se calhar a culpa disto tudo é do Provedor de Justiça. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo Camarário, caro público presente, trabalhadores da Câmara.-----

----- Congratulamo-nos pela decisão do Tribunal pela inconstitucionalidade, por uma taxa que o PCP sempre condenou. Além disso, eu esperava ouvir do Senhor Presidente da Câmara alguma coisa sobre um documento que eu li da frente para trás

e de trás para a frente, porque me interessava alguns temas que não foram ali relatados. -----

----- E da leitura deste documento tinha alguma expectativa e alguma esperança de verificar que sobre um problema que está na ordem do dia sobre a saúde, porque é sobre a saúde que se trata, em relação ao encerramento de seis hospitais e que surpreendentemente eu ouvi nas campanhas todas as forças políticas diziam e confirmavam que defendiam plenamente o Serviço Nacional de Saúde, a resposta às necessidades reais desta população, o que não se verifica aqui nesta Assembleia. -----

----- Há uma política destrutiva da capacidade instalada no público e isto com o encerramento de seis hospitais em troca de um público-privado, sabendo nós já os problemas que estas parcerias público-privadas têm apresentado, portanto, não há mais nem menos que a redução de um terço, um terço das camas hospitalares que, neste momento existem. -----

----- Eu pergunto aos Senhores Deputados se consideram que, neste momento, nós temos uma saúde completamente com uma resposta capaz para as necessidades que a nossa população apresenta. -----

----- Se não temos essa situação resolvida como é que ficará a situação com menos um terço de camas, 40 por cento dos blocos operatórios, e aqui verificamos, por exemplo, que nós ouvimos dizer que as cirurgias estão muito atrasadas, as cirurgias é o grande negócio do público- privado, portanto, aqui é a prova de que o encerramento destes hospitais dará mais um punhado de euros e bastante largo a este privado. -----

----- Portanto, não há dúvida que com esta política é clara a prática da transferência da prestação de cuidados de saúde do setor público para as unidades privadas de saúde. ---

----- Também fica claro e não me parece que seja possível escamotear esta situação, da especulação que existe exatamente com a localização central destes hospitais e, por isso e podemos verificar que destes 6, 3 estão exatamente colocados na Colina de Santana, em que nós sabemos já os negócios existentes para estas áreas. -----

----- Para isso eu pergunto: como pode o Município de Lisboa permitir que matéria desta ordem, com a importância para a população do país e de o Município de Lisboa seja decidida centralmente, sem levantar uma voz e sem dizer nesta Assembleia, aquilo que apregoa quando há as eleições. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Caros Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- Relativamente à questão do dia, a Taxa da Proteção Civil gostaríamos de saudar a Câmara pela sua decisão de devolver os valores cobrados desta taxa, cumprindo as orientações expressas na declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional, mas com o compromisso de manter inalterado o quadro fiscal do Município e lançar a discussão sobre o quadro global de financiamento da Cidade de Lisboa, facto que consideramos positivo, ou seja, não degradando, mas mantendo a qualidade e o nível de serviço público na área da Proteção Civil. -----

----- Para além disso, os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa, gostariam de realçar, no âmbito da Informação Escrita do Presidente da Câmara, que é que não esqueçamos o tema de hoje, as seguintes iniciativas durante o período de outubro a novembro deste ano. O facto de ter sido apresentada uma Proposta de Orçamento do Município, de onde se destaca a manutenção de uma política fiscal mais favorável, a mais favorável aliás da Área Metropolitana de Lisboa, o aumento em 15 por cento do investimento, a redução da dívida e 85 milhões de euros e a valorização dos trabalhadores através do descongelamento das carreiras, da reposição salarial, da abertura de novos concursos e do rejuvenescimento dos seus quadros. -----

----- Também o facto de se realizar pela segunda vez em Lisboa a Web Summit, a maior Conferência Internacional de Tecnologia, o maior evento Empreendedorismo e Inovação do planeta. Em Lisboa, os números voltaram a impressionar, mais de 20 mil empresas, 1500 investidores e 100 oradores. -----

----- Também o facto de Lisboa ter vencido a candidatura a Capital Europeia do Desporto 2020, a conclusão de várias obras do Programa Uma Praça em Cada Bairro, no Largo de Alcântara, Largo do Calvário e o Largo das Fontainhas, Quinta de Santa Clara, Alameda das Linhas de Torres e Praça Verde. -----

-----Igualmente a abertura da 16ª edição do Programa de Renda Convencionada, que inclui fogos nas Freguesias de Marvila, Olivais, Parque das Nações, Santa Clara e Santa Maria Maior. -----

----- A abertura da 14ª Edição do Subsídio Municipal de Arrendamento, no qual foram submetidas mais de 100 candidaturas. -----

----- Todos estes factos gostaríamos de realçar então nesta Informação Escrita que hoje nos foi apresentada. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Caros Vereadores, Caros Colegas Deputados, público presente.--

----- Hoje, sem dúvida, o tema do dia é a Taxa de Proteção Civil, a Lei de Bases da Proteção Civil quando foi aprovada em 2005, na sequência dos graves incêndios que tinham ocorrido, desafiava as Câmaras Municipais a encontrarem forma de financiar e assumir a responsabilidade de profissionalizarem os seus sistemas de Proteção Civil, através desta taxa foi feito um enorme investimento, um investimento sem precedentes na Cidade de Lisboa, 33 milhões de euros para remunerar os serviços assegurados nos domínios da proteção civil e no combate a incêndios e na garantia e segurança de pessoas e bens, que foram feitos investimentos na área dos fardamentos, 750 novos equipamentos de proteção individual que custam cerca de 800 euros cada um, 15 novas viaturas, 2 novos Quartéis na Alta de Lisboa e no Martim Moniz, que está quase a ser concluído, 45 novos Sapadores Bombeiros, sendo que, neste momento já está em curso a contratação de mais 100 Sapadores Bombeiros para a Cidade de Lisboa, este foi o investimento da Taxa de Proteção Civil. -----

----- O Tribunal Constitucional veio considerar esta taxa inconstitucional, uma decisão aqui assumida hoje pelo Presidente da Câmara como indiscutível, e que será acatada

com a devolução e sem qualquer reserva, com a devolução de todas as verbas pagas até ao momento, no entanto, terá que ser agora com a Assembleia da República e que o Governo, devemos encontrar soluções para procurar clarificar o que é que se pretendia com aquela Lei de Bases e o que se pretende fazer nesta matéria, tendo em conta e, sobretudo aquilo que está na nossa recente memória dos incêndios de 2017. ---

----- Sem dúvida, estes incêndios vieram colocar a descoberto a falta de investimento durante anos feito por parte dos Municípios e até dos Governos sucessivos, sem dúvida, é preciso perceber o que é que queremos dos Municípios e o que é que pretendemos que os Municípios façam nesta matéria, mas uma coisa é certa, como dizia também o Presidente dos Bombeiros, “ há um antes e um depois dos incêndios de 2005 e isso levou à criação da Lei de Bases da Proteção Civil; há um antes e um depois da criação da Taxa de Proteção Civil em que a Cidade fez um investimento de 33 milhões de euros e há um antes e um depois dos incêndios de 2017, que nos convocam a todos nesta grande responsabilidade de profissionalizar os nossos sistemas de resposta”. -----

----- A Cidade assumiu sem dúvida um compromisso sério em matéria de garantia intransigente para com a segurança de pessoas e bens na Cidade e agora estamos todos de acordo, creio que foi isso que percebi aqui de todas as forças políticas, que precisamos de continuar a garantir um Serviço de Proteção Civil com bons equipamentos e boa prestação de socorro, com mais efetivos ajustados às necessidades, garantindo assim uma na resposta pronta e célere e eficaz. -----

----- Sem dúvida este Orçamento para 2018 também nos traz esta responsabilidade e hoje o Senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer que vai manter os níveis de investimento nesta área, estamos a falar do investimento na ordem dos 38 milhões de euros. Muito acima daquilo que rende a Taxa de Proteção Civil, como bem estarão lembrados, no entanto, também hoje, como já aqui alguns Senhores Deputados tiveram a oportunidade de dizer, há mais vida para além da Taxa Municipal, e hoje analisamos aqui todo o trabalho que a Câmara Municipal tem feito, porque a Câmara Municipal não pára. -----

----- Lisboa é hoje uma cidade moderna, com história e virada para o futuro, somos conhecidos e reconhecidos como uma das melhores cidades para viver, estudar, trabalhar, sendo que as múltiplas distinções internacionais são provas disso. -----

----- Foi o caso recentemente do Prémio que distinguiu Lisboa como Melhor Destino Mundial para *City-Break*, pela primeira vez uma cidade europeia entra e vence estes prémios do *World Travel Awards*. -----

----- Com o Partido Socialista à frente dos destinos do Município, a última década foi de viragem, tendo Lisboa aproveitado os fluxos da economia e do turismo para gerar emprego e reinvestir na Cidade. Com uma gestão cuidada e rigorosa na última década conseguimos investir de forma ímpar na Cidade em várias áreas estratégicas e, a par disso, diminuirmos a dívida Municipal para mínimos históricos. -----

----- Para 2018 a Câmara aposta mais uma vez numa política fiscal favorável para as famílias, com o valor do IMI mais baixo e a devolução de 50 por cento do IRS e hoje congratulamo-nos com aquilo que ouvimos aqui do Presidente da Câmara que, apesar

da evolução da Taxa de Proteção Civil, estas verbas não vão ser alteradas, uma decisão obviamente que saudamos! -----

----- O Orçamento do próximo ano é o reflexo de uma Cidade que quer crescer e que está a crescer a pensar nas pessoas, nas que aqui vivem, nas que aqui estudam ou trabalham e também nas que nos visitam. -----

----- O Partido Socialista continua a cumprir os programas eleitorais, pelos quais foi eleito, a habitação é claramente uma das nossas prioridades, não estamos apenas a falar de habitação municipal no seu conceito mais tradicional. Em Lisboa com Fernando Medina iniciámos uma nova política municipal de habitação, uma visão para habitação que não se esgota na construção e gestão de bairros municipais, mas que vá mais longe, querendo-se alcançar uma política de habitação plena e global, que além dos Bairros Municipais incluía e proteja as famílias da classe média através de vários programas e incentivos ao arrendamento a custos controlados. -----

----- O Programa Renda Acessível é um desses exemplos e mostra que a vontade política pode verdadeiramente transformar a vida das pessoas! Ao contrário de outros Partidos que não acompanham a vida da Cidade e as dificuldades que muitas famílias atravessaram e continuam a atravessar e que acham que 1300 euros são valores de arrendamento acessíveis, o Partido Socialista avança que o seu programa de habitação disponibilizando-se e propondo-se disponibilizar 6 mil fogos com valores até aos 400 euros. -----

----- Igualmente para quem vive na Cidade, mas também para quem cá trabalha ou estuda é a política de mobilidade, no mandato passado a mobilidade foi uma marca da gestão socialista, tendo sido aprovado o Plano de Acessibilidade Pedonal e promovida uma verdadeira mudança na forma de fazer Cidade. -----

----- Hoje olhamos para Lisboa e vemos que a nível da Acessibilidade Pedonal temos menos barreiras! -----

----- Ainda na mobilidade suave Lisboa conta já com um novo serviço, a Gira, uma rede de bicicletas partilhadas, com mais de 400 bicicletas e 43 estações, estarão espalhadas por toda a Cidade, este era um projeto há muito aguardado e que continuará a crescer, em breve teremos mais de 1400 bicicletas, muitas delas elétricas. -----

----- Outra área fundamental para a mobilidade na Cidade é o transporte público, a Cidade de Lisboa assumiu a gestão da Carris, sendo agora fundamental para a melhoria da rede de transportes a aquisição de mais autocarros e a contratação de mais motoristas, que já se encontra em marcha, acreditamos como sempre afirmámos que a Câmara Municipal é a entidade melhor posicionada para gerir a política de transportes da cidade e que o futuro da Carris será aquele que melhor poderá servir a Cidade de Lisboa e a Cidade e as pessoas. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Assembleia, apesar de estarmos no início de mandato esta Informação Escrita mostra claramente que Lisboa é uma Cidade que não para, a dinâmica em Lisboa é o resultado de vários fatores internos e externos, mas não é independente do trabalho e da ação da Câmara Municipal de Lisboa. As diversas políticas municipais da última década favoreceram as de forma ímpar a dinâmica da Cidade aproveitando um grande capital humano, o

ambiente empreendedor que se vive na academia e a vontade de criar mudar e transformar as nossas empresas.-----

----- Esta dinâmica transversal a todas as áreas valeu a Lisboa a distinção no passado dia 6 de Dezembro de “Capital Europeia do Desporto 2021”, é o reconhecimento da relação da Cidade de Lisboa com o desporto materializada no património histórico das suas coletividades, algumas delas centenárias e responsáveis pela formação cultural desportiva e humana de várias gerações de jovens e atletas. -----

----- O compromisso do Município com a política desportiva de combate ao sedentarismo e promoção de programas desportivos sectoriais e celebração de protocolos, desenvolvimento estratégico com instituições nacionais e internacionais de referência, são alguns dos pontos que fazem de Lisboa uma cidade de referência. ---

----- Nos últimos anos a atividade desportiva da Cidade envolveu mais de 900 utilizadores, 223 mil pessoas, perdão, 900 entidades 223 mil pessoas, traduzindo-se isso num impacto financeiro positivo de cerca de 200 milhões de euros, receitas diretas e cerca de 100 milhões de euros de receitas indiretas.-----

----- Também a nível internacional, mas na esfera da tecnologia, Lisboa voltou a receber o WebSummit, o maior evento internacional de tecnologia, empreendedorismo e inovação. -----

----- Em 4 dias mais de 60 mil pessoas, 20 mil empresas, 1500 investidores e 1200 oradores, com nomes tão relevantes como António Guterres, Al Gore e o Cientista Steve Hopkins. A Câmara Municipal, em parceria com a Startup Lisboa, Investe Lisboa voltou a aproveitar a oportunidade para proporcionar um encontro entre várias *Startups* da Cidade com potenciais investidores e clientes no espaço *Made of Lisboa*. --

----- Além do impacto económico superior a 300 milhões de euros, que um evento desta envergadura tem para a Cidade entre hotelaria, restauração, empresas e fornecedores parceiros do evento, há ainda um impacto ao nível da promoção e divulgação da nossa cultura. -----

----- Toda esta dinâmica, todos estes momentos trazem a Lisboa mais de 20 milhões de pessoas por ano, são números incríveis e que representam cerca de 80 mil empregos diretos e um valor económico mais de 6 mil milhões de euros em vendas, muitos destes visitantes chegam pelo ar, mas muitos também chegam por mar, para esses Lisboa tem hoje uma nova resposta, há um mês inaugurou o novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa, uma obra de Carrilho da Graça, uma obra que permitirá à Cidade receber mais e receber melhor, é uma porta de entrada na cidade que nos deve orgulhar.-----

----- Já ao nível Local, que também nos enche de orgulho, a Câmara Municipal de Lisboa em colaboração com a Trienal de Lisboa voltou a atribuir o Prémio Valmor, o Prémio Valmor com mais de 115 anos de história, atribuído pela última vez em 2012 a Carrilho da Graça, o prémio voltou este ano. Temos à ETAR de Alcântara, o Museu do Dinheiro do Banco de Portugal, os Terraços do Carmo e o Cineteatro do Capitólio como premiados entre as 967 obras avaliadas, a qualidade destas obras permite-nos ver que a Cidade se está a transformar e valoriza os seus ativos.-----

----- Esta é a primeira Informação Escrita do mandato, corresponde, portanto, a um período que tradicionalmente deveria ser calmo, pós-eleitoral, início de mandato, tomada de posse, no entanto, pela natural transição das pastas e período eleitoral, não é isso que esta Informação Escrita reflete! A manter esta tendência, este será o mandato vivo e transformador, à imagem do Presidente da Câmara Fernando Medina, será a confirmação das políticas municipais, a recolha de frutos e a afirmação de novos programas transformação da Cidade nos próximos anos.-----

----- Estamos certos e esta Informação Escrita mostra que os lisboetas fizeram, mais uma vez a escolha certa, em confiarem em Fernando Medina para liderar os destinos da Capital. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Começando pela Taxa Municipal de Proteção Civil de Lisboa, o Tribunal Constitucional deliberou que é inconstitucional, decisão que Os Verdes saúdam.-----

-----Obviamente agora a Câmara Municipal De Lisboa terá de atuar em conformidade com esta decisão. -----

----- Esta taxa começou a ser cobrada em 2015 e, desde o início da sua discussão, alertámos para a possibilidade de estarmos perante uma taxa inconstitucional. O executivo ignorou e avançou com a sua aplicação. Da nossa parte, sempre nos opusemos e votámos contra. -----

----- Não fazia qualquer sentido cobrar esta taxa que não era um serviço fornecido aos munícipes, é uma obrigação da Câmara Municipal! A proteção civil é uma das funções gerais do Estado, não devendo por isso ser financiada por taxas pagas pelos munícipes.-----

----- Por tudo isto e por ser desproporcional e desadequada, deveria ter sido revogada. E há apenas cinco dias houve essa possibilidade com a proposta apresentada pelo PCP em reunião de Câmara mas que foi chumbada com os votos contra do PS, a abstenção do BE e o voto de qualidade do Presidente da Câmara Municipal. Portanto, se até agora a taxa ainda não tinha sido revogada, foi por pura falta de vontade política.-----

----- Passando agora à análise da Informação Escrita do Senhor Presidente há um conjunto de assuntos que Os Verdes consideram necessário abordar: -----

-----Apesar de encontrarmos nesta Informação Escrita três breves referências ao problema dos solos contaminados, nada é dito relativamente à Comissão Técnica de monitorização de obras em solos contaminados, da qual a Câmara Municipal de Lisboa faz parte, e que foi constituída em Fevereiro, portanto há dez meses, para acompanhar as obras do Hospital da CUF Descobertas e outros casos semelhantes.---

----- Entretanto, foi iniciada mais uma obra para construção de um edifício destinado a habitação e comércio em frente ao terreno da CUF, e Os Verdes consideram que é fundamental evitar qualquer situação que coloque em risco o ambiente e a saúde das populações, sendo necessário garantir que todos os procedimentos foram e estão a ser rigorosamente cumpridos.-----

-----Assim, gostaríamos de ser esclarecidos sobre as medidas que foram definidas por esta Comissão Técnica e que acompanhamento está a ser feito pela autarquia em relação à nova obra no Parque das Nações, de forma a evitar os problemas registados aquando do início das escavações para a construção do parque de estacionamento subterrâneo da CUF.-----

----- É igualmente importante sabermos se antes do início destas novas obras foram realizadas análises aos solos e qual foi o seu resultado.-----

-----Os Verdes recordam que no anterior mandato trouxeram várias vezes este assunto a este plenário, e foram aprovadas várias medidas propostas pelos Verdes como a elaboração de uma listagem das obras que estão a decorrer com risco de conterem solos contaminados, a divulgação dessa lista assim como dos documentos relativos às medidas adotadas em caso de contaminação de solos e a apresentação do caderno de encargos dos concursos lançados e a lançar para as obras municipais em solos suscetíveis de se encontrarem contaminados. -----

-----Senhor Presidente e Senhores Vereadores, a informação que nos tem chegado, e aos munícipes, é pouca ou nenhuma pelo que relembramos a necessidade de toda a documentação ser enviada a esta Assembleia com a maior urgência.-----

----- Na área da cultura, soube-se há dois dias, pela comunicação social, que a Câmara estaria a repensar a rede de teatros municipais e que era intenção do executivo entregar a gestão do Teatro Maria Matos a privados, tal como sucedeu com o Capitólio, depois de ter sido reabilitado com fundos públicos. Ou seja, mais uma vez estamos perante a externalização e a privatização de serviços que são competência da Câmara. -----

----- Para Os Verdes, estamos perante exemplos demonstrativos de uma conceção para a área da cultura com a qual é preciso romper, o que passa pela reversão do esvaziamento do pelouro da Cultura que se tem registado nos últimos anos.-----

----- O PEV opõe-se a esta posição por parte da Câmara que nem sequer foi alvo de discussão. Estará, por exemplo, o executivo em condições de informar este plenário sobre qual a opinião dos agentes culturais, dos trabalhadores e da população? Foram, em momento algum, ouvidos para definir a política cultural? Mais uma vez, o PS apresenta-se como um evidente favorecedor do interesse privado, orientação que Os Verdes rejeitam e que é o caminho errado. -----

----- Relativamente ao projeto Refeições Saudáveis, que tem como objetivo melhorar os estilos de vida e o consumo alimentar das crianças e das suas famílias, chegou-nos a informação de que teria sido extinto na Escola Básica Santa Clara (antiga Escola do Convento do Desagravo), que foi pioneira neste projeto. Gostaríamos portanto que a Câmara nos esclarecesse sobre o motivo para esta decisão, tendo em conta a importância deste projeto e que a ideia seria alargá-lo a todas as escolas do município, tal como foi afirmado pela então Senhora Vereadora da Educação, em Junho de 2016.-

-----A este propósito, o Agrupamento de Escolas informou os encarregados de Educação do seguinte: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente só soube desta alteração perto do início do ano letivo, e contava que o projeto tivesse continuidade

este ano letivo. Quem decidiu a extinção do projeto foi a Câmara Municipal de Lisboa”. -----

----- Ora, esta situação parece-nos lamentável e sobre isto, na Informação Escrita, nem uma vírgula! -----

----- Como se não bastasse, as refeições deixaram de ser confeccionadas no local por meios próprios, para passar a ser contratada uma empresa para esse efeito, quando ainda no dia 21 de Novembro esta Assembleia aprovou uma recomendação para se estudar a possibilidade de reverter o fornecimento de refeições escolares por empresas privadas, privilegiando a confeção no local. -----

----- Sobre o Arquivo Municipal, recordamos que este arquivo integra alguns dos mais importantes e antigos documentos da história da cidade, e que parte do acervo está em garagens, sujeito a humidade e infiltrações, correndo-se o risco de perder para sempre parte deste património. -----

----- Nos últimos meses, tem-se trabalhado na recuperação das instalações do Alto da Eira, com o propósito de reinstalar o Arquivo Municipal. Convém lembrar que o Arquivo já ali esteve alojado, mas estas instalações foram abandonadas por serem provisórias e precárias e acabaram por ser fechadas depois de Instituto Ricardo Jorge as ter considerado impróprias em termos ambientais e de saúde pública. -----

----- A informação que encontramos neste relatório refere-se à requalificação das Torres do Alto da Eira através de várias empreitadas mas sem especificar o que foi ou vai ser feito. Por isso mesmo, gostaríamos de saber em que ponto de situação se encontra este processo, qual a calendarização prevista e em que condições estão estas instalações para receber o Arquivo Municipal e os seus trabalhadores. Gostaríamos também de saber que medidas estão a ser implementadas no sentido de recuperar e manter o acervo do Arquivo Municipal.-----

----- Para terminar, sobre a Carris e numa altura em que passou um ano da sua transferência para a autarquia, seria fundamental que o executivo explicasse por que razão as queixas dos utentes são diárias. -----

----- E não são apenas Os Verdes que o dizem. No dia 21 de Novembro saiu uma notícia no Jornal Público com o seguinte título “Eles querem mudar tudo e não conseguem mudar nada”. -----

----- De facto, os utentes chegam mesmo a dizer que ouviram anúncios acerca das medidas que iam ser tomadas, mas não sentem qualquer melhoria no serviço. Aliás, é quase unânime a opinião de que nada parece ter melhorado e basta ser utilizador dos transportes para perceber isso: o sistema está na mesma, os tempos de espera são longos e grande parte dos painéis informativos não funcionam. -----

----- Portanto, mais do que os habituais anúncios que andam a ser repetidos há mais de ano, e relembro que o Senhor Presidente da Câmara nessa altura garantiu que haveria melhorias “já no primeiro semestre de 2017”, Os Verdes gostariam de ouvir o executivo sobre a razão pela qual, contrariamente a tudo o que foi dito e prometido, estamos no final do ano e as queixas em relação à Carris são permanentes.-----

----- Para os utentes, promessas vãs mantendo esta situação são insuportáveis! Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

-----Acaba hoje a querela constitucional sobre a Taxa de Proteção Civil. Acho que devemos todos nos dar por felizes, porque podemos finalmente começar a falar da proteção civil! -----

----- E a questão da proteção civil é que proteção civil e bombeiros não são a mesma coisa e nós temos andado a falar sobre financiamento, financiamento dos Bombeiros, fornecimento, portanto, dos Sapadores a e de uma série de estruturas e esquecemos de qual é a função da proteção civil e a proteção civil tem outras funções para além de coordenação dos bombeiros, tem função eu diria primordial de preparar a Cidade para que, no evento de qualquer acontecimento, a Cidade e os cidadãos possam estar preparados para se protegerem em primeira linha e saberem que existem a pontos de proteção que sabiam, que existem meios, porque também hoje em dia sabe-se que nas primeiras horas de uma catástrofe não são os bombeiros, nem são outras instituições, ou auxílio estrangeiro que vão socorrer as populações, as populações devem ter mecanismos de auto-organização, e aquilo que se falou a sobre a proteção civil era apenas se a taxa ou não é constitucional, nós defendemos que a questão da constitucionalidade era para o Tribunal Constitucional, esse tempo acabou e agora é preciso resolver como é que se arranjam meios financeiros para financiar aquilo que for necessário de proteção civil, e essa é uma outra discussão, é uma discussão que tentámos no mandato passado encetar de uma forma mais eficaz e não conseguimos, consideramos mesmo que foi um mandato perdido nessa matéria, vemos com alegria que o Senhor Presidente da Câmara neste momento, é o Vereador responsável pela proteção civil e, portanto, poderemos mais facilmente, se calhar, interpela-los e tentar arranjar novos caminhos, portanto, relativamente à taxa de proteção civil queria só referir que uma vez que o Tribunal Constitucional ditou a sua inconstitucionalidade, acho que a Câmara devia devolver de forma pró-ativa aos cidadãos aquilo que lhes cobrou indevidamente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Nádia Teixeira (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- É para mim uma enorme honra, encontrar-me perante vós, nesta que é a primeira intervenção do Partido da Terra, relativamente à Informação Escrita do Presidente da Câmara de Lisboa, do mandato em vigor, o que não inclui a Taxa de Proteção Civil, apesar de estar na ordem do dia, no entanto, não quer deixar passar esta oportunidade para congratular o Tribunal Constitucional pela decisão tomada hoje de considerar a Taxa de Proteção Civil inconstitucional. -----

----- Relativamente às atividades desenvolvidas no período correspondente ao intervalo entre o dia 26 de outubro e o dia 30 de novembro de 2017, o Grupo Municipal do Partido da Terra, gostaria de se manifestar, no que diz respeito a alguns temas. -----

----- O MPT não queria deixar de saudar a Câmara Municipal de Lisboa pelo empenho que tem demonstrado na concretização e expansão do Projeto Corredores Verdes, projeto que teve como mentor o Arquiteto Gonçalo que Ribeiro Telles, fundador deste partido, e que ultimamente foi agraciado com a Comenda da Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique por uma vida dedicada ao serviço a Portugal.-----

----- Sendo ecologia uma questão central na sua ideologia política, o Partido da Terra promove e valoriza a relação entre os cidadãos e o ambiente, os corredores verdes desempenham na cidade de Lisboa, um papel de destaque reforçando a sua estrutura ecológica e promovendo o contacto dos cidadãos com a natureza. Bem como a sensibilização para as questões ambientais.-----

----- Acreditamos que o aumento da Mancha Verde é um trunfo para o desenvolvimento da Cidade de Lisboa constituindo igualmente uma mais-valia no aumento da qualidade de vida dos seus cidadãos. -----

----- O livro “Lojas com História” publicado no passado mês de novembro serve a divulgação do programa homónimo que surgiu em 2015 com o objetivo de preservar os estabelecimentos de comércio local, que constituem património histórico e cultural da Cidade de Lisboa, afirmando-se como promotor da dinamização e reativação da atividade comercial e, portanto, como motor para a geração de emprego. -----

----- No entanto, desde então, das 300 lojas identificadas e integradas no Programa Lojas com História mais de 120 fecharam a porta. Apesar da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, que prevê entre outras medidas de apoio à atribuição de apoios financeiros a estes estabelecimentos, os lojistas deparam-se com cada vez mais obstáculos à manutenção da sua atividade comercial. A Lei dos Arrendamentos, por exemplo, facilita o despejo de inquilinos de longa data, esta situação é mais notória num centro histórico, cada vez mais fustigado pela massificação do turismo, que se traduz no surgimento de alojamento local, hotéis e restaurantes.-----

----- A elevada rentabilidade do mercado hoteleiro em Lisboa é altamente aliciante para os proprietários, o que tem motivado o despejo de lojistas que não conseguem acompanhar a crescente valorização do metro quadrado em Lisboa. -----

----- Simultaneamente e com as mesmas causas, a Cidade para se com uma invasão de lojas de recordações que têm vindo a descaracterizar a Baixa de Lisboa do seu comércio tradicional. -----

----- Desde 2012, o número de lojas de recordações na Baixa Lisboeta aumentou de 12 para 93, estimando-se que a tendência de crescimento se mantenha proporcional à procura turística de que a Cidade tem sido alvo. Acreditamos que, quando os turistas visitam a cidade de Lisboa procuram descobrir a sua identidade, o que a distingue das demais capitais europeias, em Lisboa, cidade portuária, o comércio teve sempre um papel de destaque não só económico, mas também social e cultural, o comércio tradicional constitui, portanto, um fator determinante da singularidade da cidade,

apesar de reconhecer o valor de iniciativas desta natureza, o Grupo Municipal do Partido da Terra entende que urge encontrar soluções que protejam, de facto, os comerciantes que promovem a identidade e a cultura que definem a cidade de Lisboa, ao invés de ser entregue a turistas. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Lisboa deverá acima de tudo pertencer aos lisboetas! O Programa Uma Praça Em Cada Bairro” representa o compromisso assumido pela Câmara para com os seus cidadãos e trabalhadores no sentido de lhes devolver a Cidade, através do usufruto de espaços públicos. -----

----- O Jardim Nun'Álvares, em Santos, localizado no coração de um dos bairros mais movimentados da Cidade sofreu durante anos as consequências da proximidade de estabelecimentos de diversão noturna. Em Julho de 2017, o Jardim foi encerrado sob o pretexto de vir a ser intervencionado ao nível da recuperação de espaços verdes, sistemas de rega elementos monumentais e zonas de circulação pedonal. -----

----- Seis meses depois, o acesso ao Jardim permanece vedado aos lisboetas sem que haja uma explicação por parte da Câmara Municipal de Lisboa ou previsão de data de abertura. -----

----- O Partido da Terra apela, portanto, a que se tomem as medidas necessárias ao avanço das obras de reabilitação para que também este espaço possa ser devolvido aos moradores deste bairro com a maior brevidade possível. -----

----- O Programa de Renda Convencionada surgiu com o objetivo de criar um mercado intermédio de arrendamento de habitação permanente para os cidadãos de Lisboa que não sendo elegíveis para habitação social se encontra em estado de carência habitacional, consideramos contudo, questionável a forma como se processa a seleção dos candidatos, se o objetivo do programa é aplicar rendas mensais inferiores à média praticada pelo mercado de arrendamento privado, assume-se que agregados familiares com rendimentos mensais mais baixos, deveriam ser considerados prioritários na atribuição da habitação este programa contudo permite que esta atribuição seja obra do acaso procedendo-se ao sorteio de um candidatos para cada uma das habitações que a Câmara Municipal de Lisboa é proprietária. Na sua perspetiva humanista o Partido da Terra considera que o processo de seleção dos candidatos, aleatório, não constitui um método que promove a igualdade de acesso a bens essenciais, neste caso a habitação. Muito obrigada a todos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, senhores funcionários, público presente. Boa tarde. -

----- Estamos muito satisfeitos com a decisão do Tribunal Constitucional, esta Taxa de Proteção Civil foi incontestavelmente uma taxa que nunca deveria ter sido cobrada e que terá agora de ser devolvida. -----

----- Congratulo o Senhor Presidente por ter acatado a decisão do Tribunal, a justiça está ou tem de estar acima de qualquer interesse e com este novo dado no destaque que dá à sua Informação Escrita, onde falava do aumento em 15 por cento do

investimento, a redução da dívida e 85 milhões de euros, se calhar, deverá agora acrescentar, em estilo de errata, que há ainda um aumento da dívida do Município de Lisboa no valor de 58 milhões de euros a devolver aos municípios cumpridores, que pagaram a Taxa Municipal de Proteção Civil e que lhes foi indevidamente cobrada. ----

----- Ora, o aumento em 15 por cento do investimento e a redução da dívida e 85 milhões de euros seria já de si um exercício financeiro hercúleo, embora de saudar, e agora com esta justa devolução de 58 milhões de euros como será? Compensada por quais receitas? Será com a privatização do Teatro Maria Matos e de outro património da Câmara Municipal de Lisboa? Ou alguma engenharia imobiliária? Aguardamos para ver as suas capacidades de gerir a Cidade sem ter de recorrer a mais ilegalidades.-

----- Em relação ao IMI e a sua taxa de execução de 75 por cento face ao previsto, tratando-se este do segundo imposto com maior receita, esta percentagem de execução é preocupante. O que se passa com o encaixe deste valor?-----

----- Já agora no capítulo da Direção da Auditoria Interna em que citamos “verificação da conformidade dos dados inseridos da aplicação ACCP, controlo dos ajustes diretos”, lembramos que a Assembleia é órgão de fiscalização do trabalho da Câmara Municipal de Lisboa e poderíamos ter também nós acesso aos resultados de alguns destes trabalhos realizados por este Departamento onde são detetadas muitas vezes falhas, riscos e oportunidades de melhoria, gostaríamos de saber em pormenor dados sobre estes ajustes diretos.-----

----- E já que a Informação Escrita do Presidente não é só taxas, queríamos lembrar um dos seus projetos relevantes, a ampliação do Palácio dos Condes da Ribeira Grande. Tendo este Palácio sido alvo de vandalismo e delapidação, de total abandono, apesar de ser parte histórica da Cidade de Lisboa, perguntamos se este projeto será mais uma destruição do nosso património ainda não classificado? É mais uma descaracterização da nossa Cidade? E já agora, o que se passa realmente com o Palácio de Santa Helena? Em que até trabalham em feriados para demolir fachadas, sendo azulejos históricos retirados dos seus locais próprios? Será por já terem vendido um desses apartamentos ao ator famoso por 2 milhões de euros? Mesmo não cumprindo inteiramente com as regras do PDM? Num bairro histórico? O que tem a dizer sobre isto?-----

----- Ou esses azulejos prometem reaparecer em sonhos, com certeza, como aconteceu com a fachada Neogótica da Avenida 24 de Julho, que foi retirada para fazerem o prédio da EDP, com a promessa de que iria ser mantida e nunca mais ninguém a viu? Senhor Presidente, porque é tratado assim o património?-----

----- Quanto ao livro sobre “Lojas Com História” é um projeto muito interessante, embora já terem desaparecido quase metade das lojas que supostamente estavam no programa e mais algumas estão em risco de fechar. Essas lojas, como aqui já foi lembrado, caracterizam a Cidade de Lisboa e lhe dão um charme tão procurado pelos turistas e tão identificativo para os nossos munícipes e ficam assim cristalizadas no papel ironicamente! Se não é assim o que tem feito o Senhor Presidente para agilizar as rendas destas lojas históricas? Quais são as ajudas reais que elas recebem? Ou é só

da venda do livro que vão conseguir algum contributo? São estas as nossas principais preocupações. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos dar então a palavra à última pessoa inscrita para esta ronda, é o Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda. -----

----- Senhores Deputados, para vossa informação, todas as forças políticas usaram ou vão usar da palavra nesta primeira ronda e o Senhor Presidente da Câmara quer responder. -----

----- Temos numa segunda ronda inscritas 4 forças políticas e ainda temos uma força política inscrita para a terceira ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e demais presentes. -----

----- Hoje é um dia de profunda satisfação para o Bloco de Esquerda! O Bloco de Esquerda desde a primeira hora, é preciso que se diga, advogou a inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil e fê-lo sublinhe-se não só com uma declaração de voto, como fizeram as demais forças políticas, mas trazendo por duas vezes a esta Assembleia, uma Proposta de declaração de ilegalidade das normas que foram agora julgadas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, fizemo-lo em 2015 e fizemo-lo novamente num, segundo momento, em 2017, quando esta Assembleia teve de responder ao Tribunal Constitucional sobre essa matéria e, portanto, achamos, de facto, imensa graça a alguns comentários que foram aqui sendo feitos sobre o comportamento do Bloco de Esquerda em torno desta taxa, é que é preciso lembrar uma coisa, o Bloco de Esquerda não mudou nunca de opinião em relação à Taxa Municipal de Proteção Civil e o Bloco de Esquerda como se costuma dizer, como se costuma dizer mais a norte “não corre atrás de foguete de sardinha” e, portanto, o Bloco de Esquerda logo no início deste mandato veio a esta Assembleia trazer uma Proposta para a suspensão dessas normas que julgávamos inconstitucionais. -----

----- E suspensão porquê? Senhoras e Senhores Deputados, suspensão por se revogássemos corríamos o risco que o Tribunal Constitucional não devolvesse as quantias passadas, como, aliás, aconteceu no Município de Portimão, onde a taxa foi revogada e não julgada inconstitucional, Senhoras e Senhores Deputados e os Portimonense das quantias que receberam não receberam agora nenhuma, portanto, em relação às críticas que aqui foram feitas, mais especificamente pela bancada do PSD, a quem não conhecia sequer este tipo de descuidos nesta matéria, mas também em relação a críticas que foram feitas no âmbito do combate político Municipal pelos Senhores Dirigentes e Vereadores do CDS e do Partido Comunista Português, é para lhes dizer que se as vossas Propostas fossem aprovadas e se o Tribunal Constitucional

entretanto não se pronunciasse, sendo revogada a taxa os lisboetas hoje nós subiu 53 milhões de euros! E essa é a diferença entre quem quer assumir as suas responsabilidades perante a justiça e perante a Cidade e aqueles que andam aqui a fazer chicana política com esta matéria e com o bolso dos lisboetas, é preciso que este fique muito claro hoje. -----

----- Agora, nós Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Devo-lhe dizer que o Senhor Presidente conseguiu a rara proeza de criar um amplo consenso no Tribunal Constitucional, é que mesmo o único juiz que apresentou declaração de voto se pronunciou pela inconstitucionalidade de boa parte destas normas. E isso Senhor Presidente tem um significado claro e ainda bem que veio esta decisão. Tem o significado que andámos coletivamente e pese embora os votos contra, andámos mal na adoção desta taxa, tem o significado de prevenir que de futuro não se podem criar novas figuras tributárias deste género que tributa em sendo verdadeiros impostos e, portanto, fico aqui balizada a ação da Câmara Municipal e fundamentalmente têm o condão de finalmente e, de alguma forma reconciliar o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda nesta matéria, porque outra coisa não seria de esperar! -----

----- E outra coisa também de si, Senhor Presidente, não seria de esperar que não fosse a devolução das quantias e o acatamento da decisão do Tribunal Constitucional, mas permita-me um conselho, Senhor Presidente, veja bem essa questão da devolução com juros pedida pelo PSD, é que parece que houve aí uma série de juros negativos e, portanto, pelo menos que se devolva o dinheiro integralmente aos lisboetas, não se vá por lá seguindo o conselho do Senhor Deputado Municipal Luís Newton, ter de devolver menos do que aquilo que os lisboetas pagaram, por via dos nos terem sido negativos a dado momento, portanto, acautelemos isso. -----

----- Finalmente dizer o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara Municipal convocou-nos, convocou-nos para um novo pensamento sobre a política fiscal do Município de Lisboa e nós já respondemos antes de saber esta decisão, respondemos com Propostas de alteração aos impostos municipais na Câmara Municipal e respondemos novamente aqui hoje com um pacote de Propostas que, entre outras coisas, Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, corta alguma despesa fiscal indevida da Câmara, por exemplo, a isenção fiscal e IMT em aquisição de imóveis destinados à reabilitação com um valor ilimitado, achamos perfeitamente sensato limitar a 300 milhões de euros e não andar propriamente a conceder benefícios fiscais a imóveis que ainda que transacionados na sequência da reabilitação urbana e para a habitação própria e permanente possam ser entendidos como habitação de luxo, respondemos já a isso Senhor Presidente, porque essa nossa preocupação é independente de qualquer decisão unânime do Tribunal Constitucional sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil, é que nós, ao contrário de outros, não andamos a apregoar o aumento da despesa sem apresentar medidas do lado da receita e essa diferença é já feita hoje nesta Assembleia quando discutirmos o pacote fiscal. Disse Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado.-----
----- O Senhor Presidente tinha assinalado que queria falar no fim da primeira ronda, chamo a atenção de qualquer modo, que ainda tem mais uma segunda ronda, mas vamos a isso Senhor Presidente.-----
----- Peço desculpa, há aqui um pedido de palavra do Senhor Deputado Luís Newton para? Um protesto relativamente à intervenção que acabou de ser feita.-----
----- Tem a palavra para um Protesto o Senhor Deputado, o Senhor Deputado Rui Costa se quiser contra protestar serão 3 minutos para cada um e de qualquer maneira têm tempo e podem fazê-lo.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----
----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----
----- O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda trouxe aqui dois argumentos novos que nós não conhecíamos para justificar o injustificável, de facto o Vereador que fazia a diferença podia ter feito a diferença e não a fez!-----
----- Quando há oportunidade e aqui há uma questão que quer dizer, usa em primeiro lugar o medo como argumento, eu acho delicioso Senhor Vereador “Ah porque nós ficámos na expectativa” e critica o Partido Social Democrata por causa desta matéria, eu não posso aceitar nem ninguém da Bancada do Partido Social Democrata pode aceitar duas questões fundamentais da sua intervenção. -----
----- A primeira e a razão do protesto é o medo ou eventual decisão de uma instância não deve condicionar a ação política, isso que fique muito claro, Vossas Excelências quando estão no poder têm uma atitude, que é nova.-----
----- A segunda questão muito importante, e se calhar é uma questão de desconhecimento, Senhor Deputado, eu compreende, mas convém não enganar também os lisboetas sobre esta matéria nem fazer piadas sobre isto, eu sei que o senhor Deputado tem uma aversão às instituições financeiras, e o Bloco de Esquerda de uma forma geral tem, mas no entanto quer comparar os lisboetas com instituições financeiras, a Lei é clara Senhor Deputado, a taxa de juro é 4 por cento, percebe? Nós não somos, nós não somos uma instituição financeira Senhor Deputado!”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Pergunto se o Senhor Deputado Rui Costa quer contra protestar? O microfone ao Senhor Deputado Rui Costa e depois sim ao Senhor Presidente.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez o seguinte contraprotesto:-----
----- “Senhora Presidente, Senhor Deputado Luís Newton, com toda a consideração que tenho por si, surpreende-me o teor do seu protesto, é que pelos vistos o Senhor não percebeu rigorosamente nada do que ali foi dito, aquilo que lhe foi dito, que não foi por ser por receio, nós não receamos o Tribunal Constitucional, os Senhores noutras alturas talvez o receassem e tiveram que pagar bem por isso, mas adiante, a questão não é de receio Senhor Deputado, a questão é de responsabilidade para com

os bolsos dos lisboetas, é que se houvesse uma mera revogação e pergunte aos seus companheiros, pergunte aos seus companheiros de Portimão, se houvesse uma revogação os montantes indevidamente pagos em anos anteriores, não eram, não eram reembolsados e o Senhor Deputado, vou ter de lhe avivar a memória, que no dia 14 de novembro, nesta sala votou uma Proposta do Bloco exatamente com esses fundamentos, e votou favoravelmente, votou e que previa a suspensão! -----

----- Oh Senhor Deputado Luís Newton, fale com os seus Vereadores, entende-se com eles e veja o que é que eles apresentam na Câmara, porque se com certeza na Câmara Municipal tivessem apresentado uma Proposta de suspensão teriam o nosso voto favorável, até a Senhora Vereadora Assunção Cristas perceber isso!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado Luís Newton para interrompa por favor! O Senhor Deputado estava no uso da palavra!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra prosseguiu o seu contraprotesto: -----

----- “Portanto, Senhor Deputado Luís Newton, para concluir, veja melhor o que aprova, dialogue melhor com os Vereadores eleitos pelo PSD, evite vir para aqui dizer essas coisas, fica-lhe, mal fica-lhe mal!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, terminámos este protesto contra protesto, e agora sim tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Gostava de começar pelo seguinte, o pior que pode acontecer no debate público é os partidos mudarem de posição simplesmente, pelo facto, de representarem bancadas de poder ou bancadas da oposição e tentar fazer sobre todos os debates, estas críticas e esta e estes ataques, ou as defesas consoante estão nessa posição e não verem de forma estratégica e de forma profunda o que é que acontece com este tema. -----

----- É que a história sobre a criação da Taxa de Proteção Civil e desenvolvimento da Taxa de Proteção Civil tem exatamente esta história que eu relatei, resulta da alteração da Lei de Bases da Proteção Civil de 2006, resulta da alteração do regime das taxas locais de 2006 e é por esta razão que os Senhores Deputados encontrarão Taxas Municipais de Proteção Civil criadas por Municípios de várias cores políticas, aliás, a taxa que foi considerada inconstitucional imediatamente antes da de Lisboa foi a de Vila Nova de Gaia, que foi criada no tempo de uma presidência PSD. -----

----- Como a Câmara Municipal de Sintra tinha uma taxa de proteção civil suspensa na sua aplicação, criada no tempo da governação PSD. Como a Taxa Municipal existente em Portimão tinha sido criada pelo executivo do Partido Socialista. Como a taxa ainda existente na Madeira foi criada pelo executivo do Movimento Juntos Pelo Povo, etc., etc., etc., o que acontece neste país é que o trato, o acordo, a forma como o Estado decidiu pela opção do reforço dos meios da proteção civil do país após os

incêndios de 2005 foi reforçar as exigências e as competências das Câmaras Municipais e a troco disso dizer que isso deveria ser pago através de taxas, e Senhores Deputados, aceito todas as críticas das opções políticas, mas coloquemos o campo do debate da opção política onde ele foi colocado primeiramente aos Municípios. -----

----- É que a Lei número 53 é de 2006 da nossa Assembleia da República, do nosso Parlamento Nacional, do nosso Parlamento Nacional diz o seguinte: artigo 6º, incidência objetiva. Número 1- as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios designadamente. E na sua alínea f) - pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil.-----

----- E, por isso, quando eu ouço os Senhores Deputados, todos ilustres juristas, todos ilustres constitucionalistas falarem do alto da sua cátedra, eu acho que em primeiro lugar deveria haver uma convocação ao Parlamento da República e perguntar: “Bom, mas, aliás, afinal, que é que se passa com todo o modelo de financiamento da proteção civil que desde 2006 assenta nesta base para os municípios e que cada vez que o município pretende avançar é dito que esta norma não é constitucional” e, por isso se retirarmos a “partidarite” de lado e a “clubite” de lado veremos hoje principalmente a partir do Acórdão de Lisboa, que é um acórdão diferente dos outros, porque é um acórdão que de certa forma altera recuando a jurisprudência do Tribunal Constitucional relativamente a taxas, e considera, aliás, de forma explícita que a Lei da Assembleia da República, pelo facto de estar terminada assim, não classifica automaticamente como taxa aquilo que venha a ser criado, independentemente, aliás, depois da sua configuração, isto é, fecha a porta a este tipo de solução! Bom, nós temos aqui uma questão que não é só uma questão, é uma questão geral sobre o financiamento dos sistemas de proteção civil.-----

----- Há os Senhores Deputados que não estão preocupados com isto, não estarão preocupados com isto, agora é bom que estejam, porque os Municípios ganharam responsabilidades a partir de 2006, que têm que saber providir e os Municípios vão ser chamados, parece-me uma evidência do debate que está a acontecer no país depois de 2017 e é bom saber como é que vamos providir, e este debate tem que ser feito com clareza e com e com frontalidade é, por isso, aliás, que eu a reajo sobre as afirmações que são feitas relativamente ao CDS, porque eu gostava de ver o mesmo grau de velocidade com que atacaram e criticam a questão de oportunidade política da taxa, gostava mesmo de ver esse grau de velocidade, quando aqui discutirmos as medidas necessárias ao financiamento do sistema de proteção civil e outros da Câmara!-----

----- É porque é assim no primeiro ato desta Câmara, neste executivo, em matéria orçamental, as Propostas do CDS perante um quadro que nós temos um aumento conjuntural da receita foram Propostas de diminuição de 36 milhões de euros da receita estrutural do Município de Lisboa, bom, entendamo-nos! Entendamo-nos porque dizer que isto se acomoda nas receitas gerais, gostaria depois de perceber bem qual vai ser o grau de iniciativa e de coragem política do CDS relativamente a esta matéria.-----

----- Terceiro aspeto que é colocado é que nós consideramos fundamental prosseguir a política de investimento nesta área, é que o que está a acontecer na Proteção Civil da Cidade e a Proteção Civil, Senhor Deputado do PAN, tem no Regimento de Sapadores Bombeiros a sua força principal, o seu o seu pilar fundamental do ponto de vista dos recursos que lhe estão afetos, tem sido alvo de uma atenção muito particular da nossa parte, porque consideramos que é prioritário para o futuro da Cidade e não ficámos à espera de nenhum evento para nos chamar a atenção daquilo que era preciso fazer, aliás, por isso, é que o Senhor Deputado tem na área da Proteção Civil porventura, uma área que não é muito comum o Senhor Deputado ver noutras áreas, que é área em que os próprios profissionais do setor reconhecem o esforço que foi feito e até defendiam a taxa como instrumento de financiamento do setor, porque lhe era consignada, é por isso que nós ao longo destes anos, nós já temos mais 50 bombeiros e vão entrar mais 100 profissionais no Regimento Sapadores Bombeiros, 2 novos Quartéis, um já aberto na Alta de Lisboa e o outro que vai abrir no Martim Moniz, mais 46 viaturas do Regimento de Sapadores Bombeiros, 9 viaturas a mais no sistema Municipal de Proteção Civil, os fardamentos, os equipamentos de proteção contra incêndio, etc., etc., num esforço que nós vamos prolongar para o ano de 2018 e por isto, temos investido, queremos continuar a investir e por esta razão é que consideramos e aprovamos a taxa na boa-fé de quem segue o que é aquilo que a República determinou que era a forma adequada de nós financiarmos o sistema de Proteção Civil da Cidade.-----

----- E por isso, Senhores Deputados, um pouco mais de rigor e um pouco menos de “partidarite” e verão que estamos precisamente numa daquelas áreas em que há um debate a fazer entre a Administração Local e a Central, porque esta decisão hoje veda um conjunto de portas. -----

----- Dizem a seguir os seus Deputados, o financiamento da proteção civil deve ficar dentro da gestão global do Orçamento da Câmara pago pelo sistema de impostos, oh Senhores Deputados vamos ver, vamos ver é uma boa opinião, respeito-a, é uma opinião totalmente defensável, agora ela será totalmente defensável se for acompanhada da devida consequência, porque dizer isto como frase vazia e ao mesmo tempo defender que nós que tenhamos os impostos no mínimo e que o imposto que não está no mínimo, continue a descer, Senhores Deputados, isto não é seriedade política, isto é pura e simplesmente o eleitoralismo e a vontade do populismo político para não responder a nenhum problema. -----

----- Para aqueles que defendem que tudo isto deve ter financiamento geral dentro do sistema de impostos municipais ou há uma proposta coerente de alteração à Lei de Finanças Locais reivindicada por unanimidade no Município de Lisboa, junto à Administração Central ou Senhores Deputados aguardo com toda a serenidade e toda a calma o arrojo, a coragem das Propostas do CDS e do PSD sobre essa matéria. -----

----- Último ponto sobre a questão da devolução, eu fui inequívoco na questão da devolução, como é obrigação do Município, inequívoco e fui inequívoco sobre a proatividade da Câmara nessa devolução. A criação do balcão e o envio de comunicações a todas as pessoas que liquidaram a carta é para sermos expeditos nesta

devolução! Oh Senhor Deputado Luís Newton e desculpe uma coisa, se há representante de Partido do qual eu não aceito ouvir nada sobre esta matéria é mesmo do representante do PSD, sabe porquê? Porque a questão se neste momento, tivéssemos uma governação do PSD confrontada com o mesmo problema, nós porventura, teríamos uma de duas respostas, a primeira é que nós não estávamos a falar de devolução, estávamos a falar de uma invenção qualquer como fizeram quando estiveram no Governo para criar uma meia taxa a seguir para justificar que não devolvessem rigorosamente nada a ninguém, e estariam a fazer tudo para não cumprir com a diligência que é necessária perante uma obrigação que nós temos pela frente.-----
----- É por isso que eu termino nesta parte da Proteção Civil reafirmando que o seguinte: a Câmara de Lisboa agiu de boa-fé, de boa-fé no quadro legal que o país colocou à disposição, agiu com a determinação e com a coragem de enfrentar um desafio que sentimos partilhado por toda a Cidade, que é termos um serviço de Proteção Civil de excelência, não pactuamos com a politiquice de dizer que a taxa criada pelos outros é má, mas a minha é boa, aliás, os Senhores Deputados, espero bem que, do PCP, espero bem que tenham guardado na íntegra as vossas declarações e que façam esta transcrição e façam chegar à Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Espero bem que o façam com rapidez, aliás, a tempo do Orçamento da Câmara de Setúbal, rapidinho e em força que é para não haver equívocos e continuar-nos-emos a bater de temos uma opção que legalmente é indiscutível, pelo órgão que tem que tem qua atuar, acatamo-la com o respeito democrático, sem a questionar, sem a apoucar, cumprimos na íntegra e cumprimos com diligência e não desistiremos de continuar a procurar as soluções necessárias nas quais eu acredito de proteger o orçamento da Proteção Civil dos ciclos económicos oscilantes que as receitas do Município de Lisboa têm, particularmente oscilantes que as receitas do Município de Lisboa têm.-----
----- O segundo conjunto de questões que queria responder de forma muito telegráfica às várias questões colocadas e irão, certamente faltar a que algumas, mas ainda terei uma última ronda. -----
----- A primeira questão sobre a questão da Carris, a Senhora Deputada Cláudia Madeira tem, referiu uma afirmação que veio transcrita... Oh Senhor Vereador Carlos Moura, se se importar. Só que eu estou a falar com a Senhora Deputada que está em frente a si! Referiu a afirmação da Carris de que algo não estaria a mudar ao ritmo certo, gostava de ser muito claro, se nós alguma vez tivéssemos seguido o conselho da Senhora Deputada era não mudar nada para que tudo ficasse pior. -----
-----Era neste momento, termos uma empresa a ser gerida pelo Ministério das Finanças e nós não termos poder nenhum porque o que a Senhora Deputada sempre mostrou aqui que era a posição dos Verdes é que, em vez de correr os riscos de aceitar gerir uma empresa e melhorar a empresa, preferia estar sentada na bancada a reclamar com o Governo do momento de que a empresa não funcionava bem! -----
----- Ora, nós aceitamos a decisão de gerir a Carris e a Carris está a melhorar e a Carris vai melhorar e a Carris que nós vamos ter no final deste mandato é indiscutivelmente melhor do que aquela que tínhamos no início deste mandato! Só por

demagogia é que alguém poderia pensar que sem sequer correr o prazo necessário por Lei para nós temos concursos públicos de aquisição de viaturas, nós poderíamos compensar num ano aquilo que não foi compensado e que foi destruído durante muitos anos, a não ser Senhora Deputada de que afinal todo o seu discurso sobre o carácter público do serviço de transportes fosse uma coisa mais ou menos para inglês e para turista ver, é porque não há muitas alternativas a quem aposta na valorização do serviço público, nós temos que contratar trabalhadores, nós temos que comprar autocarros, nós temos que fazer concursos públicos melhorar o serviço, nós temos que fazer concursos públicos para manter sistemas de informação, nós temos que fazer concursos públicos para manter o *hi-fi* nos autocarros, nós temos que fazer um investimento grande para termos introdução na via pública e melhoria dos pontos negros de estrangulamento. -----

----- Senhora Deputada, o serviço está melhor, a Carris começou a recuperar passageiros, nós baixámos os tarifários, as melhorias estão a ser sentidas, Senhora Deputada querer mais e querer mais rápido, com franqueza, fazer essa exigência como faz só por desconhecimento do que são as regras de funcionamento do Estado ou então por uma vontade de uma crítica fácil que não se traduz em nenhuma melhoria na qualidade do serviço. -----

----- Segunda nota relativamente à questão dos teatros, oh Senhor Deputado, eu vejo muita confusão e muita e fico surpreso, aliás, com os comentários que vejo, porque a grande notícia que resulta do processo de reorganização dos teatros da Cidade de Lisboa é a manutenção do Teatro da Cornucópia dentro da esfera do Município da Cidade de Lisboa que não havia e a abertura do Teatro Camões, do teatrinho. Essas são as duas grandes verdadeiras notícias e o que é que nós fazemos para que isto aconteça? Temos os meios reafectados... Oh Senhor Deputado, eu estou a falar para si, porque nesta matéria leve mais a sério da Senhora Deputada relativamente a esta esta matéria, levo relativamente ao CDS com franqueza. A crítica seria por entregar a privados por entregar a pelo que seria por qualquer um dos motivos não interessa, estaremos a responder, estamos aqui a discutir a filosofia sobre a gestão municipal. A grande notícia é que a cidade vai ganhar dois teatros e vai ganhar dois teatros de gestão direta agora, qual é a objeção a que seja contratualizada a gestão de um equipamento Municipal, mas eu pergunto o Senhor Deputado tem alguma coisa contra o Teatro Aberto? Mas o Teatro Aberto é um mau teatro? A Comuna é um mau Teatro? Passo nome, aliás, numa é, mas é um mau ao teatro? Eu peço desculpa, são teatros que não são geridos diretamente pela Câmara de Lisboa que são da Câmara de Lisboa na qual existem contratos onde há companhias que desenvolvem de atividades mais meritórias do país e não têm uma gestão direta feita por diretores artísticos da Câmara de Lisboa! Mas isto, qual é a questão sobre isto? Qual é o ónus da privatização da concessão do receio do temor, o que é isto Senhor Deputado? Não percebo, com franqueza não percebo, e gostava, aliás, dever salientado o fundamental, é que a Cidade vai ganhar 2 novos teatros e um património particularmente importante que era o do espaço simbólico e afetivo da Cornucópia vai se manter na cidade de Lisboa por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa! -----

----- A Senhora Deputada Aline do PPM colocou várias questões, não conseguirei, neste momento, de questões de pormenor terei que depois noutra altura ou até responder por escrito, mas gostava de lhe dar duas notas, Oh Senhora Deputada, não se inquiete relativamente ao IMI, não se inquiete relativamente ao IMI. Eu acho que o regime legal do IMI não deve ter mudado desde os tempos que a Senhora Deputada exerceu aqui funções em mandatos anteriores, é que o IMI é liquidado e é cobrado não pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Administração Tributária e por um calendário determinado em 3 períodos do ano e, por isso é normal, que se calhar, no mês errado, tenha taxas de execução baixas, se calhar, em Fevereiro, por exemplo, te zero, se chegar a Novembro, admito que deve ter 75 por cento e se chegar a Dezembro terá cem, porque são 3 vezes por ano, é quando a Administração Tributária liquida, é quando a administração tributária cobra, é quando as pessoas pagam e é quando esse dinheiro é transferido para a Câmara de Lisboa, não tem segredo, não tem invenção, aliás, não tem participação da Câmara de Lisboa, nós simplesmente somos destinatários de um imposto que é totalmente tratado pela Administração Tributária e, aliás, sobre a qual pagamos uma comissão ao Estado que não é propriamente pequena, tudo isto consta da Lei de Finanças Locais. -----

----- Senhora Deputada, relativamente à questão das lojas com história gostava de precisar que não houve nenhum encerramento de uma das lojas, quero-lhe agradecer a sua palavra de preocupação com o programa. As palavras de incentivo ao programa, espero que os seus Colegas de Coligação não se tenham sentido atingidos pela crítica direta que se pode intuir das suas palavras sobre o que o anterior regime de arrendamento não corrigido, fez às lojas históricas e que esse sim permitiu, infelizmente que várias fechassem na Baixa de Lisboa, felizmente, graças à intervenção da nossa Presidente da Assembleia Municipal e de um conjunto vasto de Deputados na Assembleia da República, esse problema está ultrapassado e nós vamos continuar e vamos prosseguir o programa das lojas históricas não como um espaço só de preservação do passado, mas, fundamentalmente, como uma realidade económica, com um futuro na cidade de Lisboa. -----

----- Quero por último dar uma palavra à intervenção da Deputada Inês Drummond e para lhe agradecer o facto de nos ter posicionado bem sobre aspetos fundamentais que aconteceram à vida da cidade nos últimos meses e factos da maior relevância, porque, na verdade, nós podemos ver em múltiplas áreas a Cidade a avançar, a progredir e a afirmar-se! Senhores Deputados é bem revelador do debate político que hoje temos na Cidade, não ouvi um único Senhor Deputado de nenhuma bancada da oposição ter uma palavra sequer para dizer que, durante este período Lisboa foi considerada o melhor destino turístico do mundo pelos mais de 200 mil profissionais que participaram na votação transformando na melhor Cidade de destino turístico! E refiro isto porque isto é um elemento da maior importância, não é só um elemento para o nosso orgulho próprio, não, este é o argumento central para a economia da cidade, este é um argumento central para os empregos daqueles que aqui vivem, daqueles que aqui trabalham, daqueles que aqui investem, este é um elemento central para o nosso futuro e que nos vai convocar para novos desafios sobre a sustentabilidade do turismo,

sobre o desenvolvimento da nossa base económica, mas nós conquistamos um galardão que poucas cidades no mundo têm, o Galardão de Melhor Destino Turístico do Mundo e se há algo que nos deve mobilizar também e como é que nós vamos conseguir no futuro manter as condições para preservar este Galardão melhorando as condições de vida de todos aqueles que aqui habitam e trabalham. -----

----- Mas este foi também o tempo de outros eventos de reforço da nossa projeção global, foi durante este período que nós organizámos a Web Summit, foi durante este período que nós conquistamos o Galardão de Lisboa Capital Europeia do Desporto 2021. Mais uma vez, o reconhecimento externo do nosso país, a projeção da nossa Cidade continuam a avançar e são hoje um ativo da nossa afirmação económica, mas também da afirmação política externa dos valores de abertura da tolerância do cosmopolitismo que são a marca da Cidade de Lisboa. -----

----- Não poderei ir de forma mais exaustiva a todos os temas, mas gostava de destacar um, que é a notícia da abertura do concurso para a construção do novo Hospital Central de Lisboa. E é surpreendente ouvir nesta Assembleia, como é que o único pronunciamento sobre o sistema de saúde passa ao lado, o único do cimento até agora sobre o sistema de saúde passa ao lado do que é a decisão estratégica mais importante dos últimos anos tomadas nesta Cidade, que a decisão de avançar para a construção do novo Hospital Central da Cidade de Lisboa, eu quero destacar este facto aqui, quero saudar o Governo por esta decisão e quero congratular todos na Cidade de Lisboa por finalmente, termos que este processo de novo a avançar e ter a esperança de que ele não tenha sobressaltos e que ele não volta atrás, como já que infelizmente aconteceu no passado, porque se há coisa que a Cidade de Lisboa precisa é de um novo, de um moderno, de um amplo hospital público, público capaz de responder às necessidades da população da Cidade de Lisboa. -----

----- Senhores Deputados, não quero escamotear as diferenças que há entre o PS e a bancada do PCP sobre esta matéria, os seus Deputados do Partido Comunista entendem que em matéria de hospitais, o principal objetivo deve ser manter os atuais 6 hospitais abertos como estão e acham que o segundo objetivo e a segunda política é manter essa sim, ainda é a primeira, é totalmente, é criticável do meu ponto de vista pela qualidade dos serviços de saúde, mas a segunda posição que os Deputados do PCP, espelham é a seguinte “Não, nós estamos de acordo com os novos, mas queremos os atuais todos a funcionar mesmo quando nos abrir”, Senhores Deputados esta uma posição indefensável por qualquer critério, em particular pelo critério dos cuidados de saúde, não há médicos, não há enfermeiros, não há doentes que justifiquem um conjunto tão vasto de hospitais, em particular e diria o novo com os antigos agora o que nós defendemos sim é que o património que ali está afeto aos atuais hospitais possa ser utilizado para fins públicos em particular, fins públicos nas valências de saúde no qual a Cidade ficará com carências, ainda depois de construído o novo Hospital Central, em particular, a rede de cuidados continuados, a rede de cuidados continuados é uma prioridade que a Cidade tem que não encontrará resposta com a construção do novo Hospital Central e que terá que ter resposta e pode ter resposta em alguns dos espaços libertados da Colina de Santana, é esse o

compromisso político e Câmara, é essa a vontade política deste executivo e é isto, porque nós nos vamos bater pelo Governo e junto do Estado, nunca podendo fazer a defesa de uma posição que não faz qualquer sentido em matéria de saúde pública que é a manutenção de todas as infraestruturas, tal qual elas estão. -----

----- Por último Senhora Presidente, quero terminar com uma só referência, ou meu com duas referências ao avanço em uma área que nos é particularmente querida de qualificação do espaço público e da qualidade de vida. A escolha, a apresentação dos projetos candidatos à reformulação da Praça de Espanha, que será seguramente um dos maiores programas de qualificação do espaço público será seguramente o maior deste mandato que agora se inicia e um dos maiores de sempre dos últimos anos na Cidade de Lisboa e também as nossas muito queridas bicicletas partilhadas que depois de tantas e tantas e tantas tentativas no Município de Lisboa estão hoje a rolar estão hoje a girar na cidade de Lisboa com grande qualidade e para grande entusiasmo dos muitos milhares de lisboetas que já as experimentam. Muito Obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos dar então início à 2ª Ronda. -----

----- A Mesa informa que nesta 2ª. ronda estão inscritos 6 Senhores Deputados e há ainda uma inscrição do PCP para uma 3ª ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Mais uma vez boa-tarde. Oh Senhor Presidente, eu não tinha intenção de voltar a falar na Taxa de Proteção Civil, apesar de ter sido a minha intervenção de estreia nesta Assembleia e no mês de Novembro e, portanto, congratulo-me muito especialmente pelo desfecho e pelas razões que já foram aqui referidas, mas se o Presidente uma pergunta: em 308 municípios portugueses quando se aplicam ou aplicaram a taxa de proteção civil essa, de facto, é uma razão. Quantos é que aceitaram este repto legislativo ou taxativo que o Governo lançou em 2005? Que eu saiba Senhor Presidente não chegaram a 10 em 308 municípios portugueses, não chegaram a 10. Lisboa, Gaia, Portimão. Lisboa aconteceu hoje, Gaia já tinha acontecido, Portimão suspendeu, aboliu depois de protestos. A Horta nos Açores com uma taxa de 5 euros anuais, 44 cêntimos por mês, Sintra que julgo está suspensa, Santa Cruz na Madeira com uma taxa de 60 cêntimos por mês e Setúbal, Senhor Presidente, Setúbal que o que disse foi uma meia verdade. -----

----- Setúbal tem uma Taxa de Proteção Civil imposta pela Ministra Maria Luís Albuquerque na sequência da situação financeira em que a Câmara estava e por razões muito especiais, Setúbal não tributa os munícipes, Setúbal tributa com o regulamento adequado as empresas em função do risco, para manutenção de um veículo combate aos incêndios químicos que tem responsabilidades acrescidas naquela área, portanto, o em Setúbal os munícipes não são tributados. Quem é tributado são as empresas em função do risco, aliás, resta lembrar que ainda ninguém disse aqui hoje que a taxa de Proteção Civil de Lisboa nasce curiosamente, quando desaparece uma coisa chamada Taxa de Esgotos que obrigatoriamente a Câmara teve que deixar de cobrar, porque

havia e há no recibo da água uma coisa chamada taxa de saneamento, que essa sim paga de acordo com o consumo da água à Simtejo o correspondente serviço que é prestado a cada uma das habitações, dos fogos dos munícipes, portanto, são coisas completamente diferentes, a taxa de proteção civil aparece com valores, eu não tenho essa confirmação exata, com valores muito idênticos à taxa de conservação de esgotos, portanto, foi uma forma do Município manter receitas quando perdeu uma taxa criando a outra, portanto, em 308 municípios, Senhor Presidente, 10 no máximo, eu acho que nem chegue a 10, aceitaram o repto do Governo da altura de avançar com a Taxa de Proteção Civil e por aquilo que, e, portanto, sobra a Horta, Santa Cruz na Madeira e Setúbal com as especificidades que eu há pouco referi. -----

----- Os outros terão abolido, portanto, isto não é propriamente uma coisa que se generalizou e existe proteção civil, aliás, na Área Metropolitana de Lisboa só a estava a aplicar Lisboa em 18 municípios não é? -----

----- Portanto, esta questão fica por mim esclarecida Senhor Presidente. Eu hoje não vinha, não estava à espera desta situação e, portanto, uma das questões que nos trazia aqui em termos da bancada do PCP era exatamente a questão dos transportes e da mobilidade, a propósito que não foi aqui falada, o Relatório escrito à Câmara falava na Gira, nas bicicletas. Eu pessoalmente confesso que já não tenho idade para o modo suave da bicicleta para mim é mais “suável” do que suave, mas não tem nada contra as bicicletas. Mas Presidente, a questão que continua a preocupar, porque tenho é gente que eu conheço dentro da minha própria casa que utiliza todos os dias os transportes públicos, nomeadamente o Metro e a Carris é o que é que se passa, de facto, com a Carris? Já ouvi uma parte da resposta, mas há, de facto, aqui qualquer coisa que não se consegue perceber, onde é que estão essas melhorias? Já lá vão 2 anos desde que se conseguiu parar com a privatização da Carris, que tinha sido extremamente prejudicada pelas políticas do Governo PSD/CDS e nós não esquecermos isso, visando a privatização, portanto, a empresa sofreu aquilo que sofreu como o Metro sofreu, as consequências ainda estão à vista, mas há um ano quando foi a até quando foi assinado o memorando de entendimento entre a Carris e a Câmara, mais exatamente no dia 21 de Novembro 2016, o Senhor Presidente garantiu que haveria melhoria já no 1º semestre de 2017. -----

----- Enfim, à exceção da redução da tarifa para idosos e para crianças até 12 anos, que foi uma ótima medida, estamos completamente de acordo com ela, ainda não percebi onde é que está a efetiva melhoria da qualidade de serviço prometida. O tempo de espera dos autocarros continua a ser enorme, nas paragens não há informação ou aqui há por vezes é errónea. Nem toda a gente é obrigada a ter um telemóvel e enviaram a SMS ou ter uma aplicação para consultar o horário da Carris, faria e faz todo o sentido, seria um ótimo sinal para os utentes e os utentes não são só de Lisboa são de toda a Área Metropolitana de Lisboa, são de todo o país e neste momento, são de todo o mundo, enfim, porque a procura também hoje em dia há que acrescentar toda a procura dos turistas, particularmente, mas zonas mais centrais e nos elétricos. -----

----- Como estava a dizer o tempo de espera continua enorme, eu acho que até aumentou, eu admito que as pessoas exagerem porque tinham expectativas, essas expectativas foram goradas e as pessoas acham que está pior, eu não de e que esteja pior, mas não melhorou 100 por cento. -----

----- A velocidade de circulação continua baixa, até baixou ligeiramente, 14 quilómetros hora. O serviço da Carris é pouco confiável e instável e, portanto, as pessoas e eu conheço casos concretos, acabam por ir a pé, para não correrem o risco de chegarem atrasados. Ora isto é uma coisa deveras lamentável, pelo menos os painéis de informação e há pouco tempo eram mais de 100, segundo veio a público que estavam avariados pelo menos estes painéis deviam ser reparados era, pelo menos uma cortesia para com as pessoas, é evidente que depois lemos os títulos dos jornais e vemos Comissão de Trabalhadores a dizer que a Carris está melhor, eu acredito que possa estar melhor em termos da relação com os funcionários, agora dizer que a Carris está melhor mas as pessoas não têm noção, é passar um atestado aos utentes, isto é dito à Lusa recentemente, por alguém, pelo responsável da Comissão de Trabalhadores, dizerem que as pessoas têm que ter paciência, mas paciência, a paciência tem limites. Afinal, porque é que foi preciso chegar ao final do mês de Dezembro e é essa, digamos, a promessa que está em cima da mesa, para contratar 101 novos motoristas? Não era fácil ter contratado mais cedo? Afinal, porque é que é preciso esperar por 2018, já disse que é preciso fazer os concursos públicos. OK até 2020 chegam 250 autocarros. Em 2021 chegam os elétricos, Senhor Presidente, isto é muito tempo, tem que haver aqui um sinal, tem que haver um sinal nem que seja um sinal de comunicação que também não tem havido muita, para que os utentes confiem no serviço, confiem na Carris, porque Lisboa sem a Carris dificilmente será uma Cidade com mobilidade, será uma Cidade inclusiva a Carris tem um papel essencial e já agora, uma circulação que se pretende, em que as pessoas consigam ir no autocarro uma das medidas e o hi-fi, eu acho muito bem que os autocarros possam ter o hi-fi, agora eu pergunto, sardinha em lata, quem é que consegue consultar o hi-fi? Eu acho que as pessoas já não são transportadas, não é como animais porque há o PAN e há a legislação adequada para transporte dos animais, as pessoas são transportadas às vezes, parece mais como lixo, porque vão compactadas dentro dos autocarros e, portanto, isso, de facto, é uma falta de respeito pelos utentes, é preciso haver mais comunicação menos promessas, menos apontar para o futuro, passaram 2 anos, um do Governo e um de Câmara e, de facto, os resultados não são visíveis, pelo menos que se tente ganhar a confiança. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Melo Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, permita-me que nesta minha primeira intervenção neste mandato a cumprimente a si e na sua pessoa todos os Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu venho aqui ainda relativamente à Taxa de Proteção Civil e, desde logo a clarificar e esclarecer uma coisa, o PSD em Reunião de Câmara fez aquilo que se tinha comprometido perante o eleitorado e quando foi o momento ideal ou oportuno

apresentámos propostas de revogação da taxa e simultaneamente viabilizámos outras propostas de outras forças políticas que iam nesse sentido, já outros partidos não o fizeram e podiam ter feito, optaram por não fazer e o Senhor Deputado Rui Costa, com a amizade e a consideração que sabe que tenho por si, foi ali num exercício difícil de querer justificar o injustificável. -----

----- Eu não questiono o seu exercício ou o seu raciocínio em relação à questão da revogação versus suspensão, agora o que os Senhores podiam ter feito em sede de Câmara era ter apresentado a proposta de suspensão, coisa que não o fizeram, podiam-no ter feito em Câmara e não o fizeram e, portanto, nós se o Tribunal não se tivesse pronunciado entretanto, nós estamos confrontados com mais um ano de Taxa Municipal de Proteção Civil, é que do Bloco de Esquerda, nós tivemos em tempos em Lisboa, há uns anos atrás, um Vereador que ficou conhecido como “o Zé que fazia falta”, haviam uns cartazes do Bloco de Esquerda se bem se recordam do Zé que fazia falta, nós hoje não temos o Zé que faz falta, mas nós hoje temos no Executivo Camarário, “o Ricardo que faz a diferença”, agora para poder fazer a diferença é preciso que esteja lá e que siga os compromissos eleitorais e designadamente esta bandeira da Taxa de Proteção Civil que era, de facto, uma bandeira do Bloco de Esquerda e, por isso seu exercício ali foi completamente injustificável.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde novamente, temos para além obviamente da Taxa de Proteção Civil que já foi hoje amplo de objeto debate, a Informação Escrita do Senhor Presidente para analisar e deliberar o que nos traz de facto aqui alguns aspetos não só positivos como também que nos apresentam alguma preocupação. -----

----- Nesse sentido, eu começava logo por referir a questão do Plano de Eficiência Hídrica, pode ser falha nossa mas não encontrámos qualquer referência, inclusive no site da Câmara Municipal ao dito Plano, o qual se propõe e saudamos obviamente duplicar para 35 por cento a redução do consumo de água potável com a utilização da água reciclada para lavagens e regas nos próximos 5 anos, porém era importante percebermos onde é que está a ser utilizada esta mesma água da rega e até mesmo, se em termos de objetivos existem já alguns indicadores ou não relativamente às taxas de aproveitamento existentes. -----

----- Em relação à fiscalização das obras realizadas neste período do relatório a verificamos que foram propostos 30 embargos, mas que foram apenas executados 13 embargos. É importante saber porque o relatório também não clarifica se foram ou não despachados estes embargos, nomeadamente se foi dado cumprimento ao se as obras estavam vazias, e no caso não existir um acatamento da ordem da Autarquia, as medidas que foram encetadas. -----

----- Começamos também por referir aqui assim que há aspetos obviamente positivos que destacamos não temos qualquer pudor em felicitar, fizemo-lo publicamente quando Lisboa recebeu a distinção do de melhor destino turístico do mundo e aqui reiteramos, obviamente, as nossas congratulações à Autarquia. -----

----- Há também outras iniciativas que gostaríamos muito de destacar, desde logo a assinatura do protocolo da Câmara e dos Serviços Sociais com a Associação de Alzheimer Portugal e Sonae Sierra, sobretudo, porque se tivermos em conta as previsões que existem para o aumento exponencial de pessoas que vão ter Alzheimer é muito importante que se aposte neste tipo de iniciativas sobretudo para a sensibilização e prevenção destas doenças. Assim como o projeto Selo Saudável avaliação final das candidaturas para atribuição do selo é, de facto, algo de positivo e saudamos a Autarquia por isso. -----

----- Há outros aspetos que nos continuam, de facto, a trazer preocupação como o Projeto Saúde Porta a Porta, verificamos que pelo relatório que foram envolvidos apenas 21 idosos isolados e com carência médico e socioeconómicas, parece-nos um número insuficiente, porém gostaríamos de perceber se existe alguma limitação no âmbito do projeto, ou quais são os critérios de atribuição e inclusão nesta iniciativa para percebermos onde é que existem possibilidades de melhoria e alargamento à demais população. -----

----- Também em relação às pessoas em situação de sem-abrigo, o relatório refere-nos que foram feitas apenas o contacto por parte do gabinete de atendimento social com 9 pessoas e o encaminhamento de 5 situações, parece-nos um número muito diminuto. --

----- Gostaríamos por isso não só de alguns esclarecimentos em relação a esta questão como também de propor que fosse promovida uma visita da Comissão dos direitos sociais da Assembleia Municipal ao dito gabinete para melhor, podermos perceber como funciona esta iniciativa. -----

----- Em relação à Direção Municipal da Estrutura Verde e Ambiente e Energia desde logo em relação à Casa dos Animais de Lisboa há um aspeto que nos traz também aqui que gostaríamos de realçar que a ausência de dados relativamente à recusa de animais ou de recolha da via pública, parece-nos que era importante que passasse a estar aqui integrado este indicador não só deste logo para percebermos qual é que é a realidade efetiva dos animais que não temos capacidade para acolher na Cidade e também, porque, estando em vista um projeto de ampliação da Casa dos Animais de Lisboa, é importante perceber qual é a capacidade efetiva que necessitamos ou as soluções alternativas e também os prazos a que isso estará estabelecido. -----

----- Em relação ao arvoredo na Cidade importa referir que na Informação Escrita foram realizados o abate mais 85 árvores, desconhecemos qual foi a necessidade que levou a este abate, pelo que gostaríamos também de informação aclarada quanto a esta situação. -----

----- Um outro aspeto relatório de Informação Escrita do Senhor Presidente tem a ver com a política da gestão da população de pombos na cidade para o PAN esta é uma política obsoleta e ineficaz, há de facto uma captura compulsiva destes animais em apenas 36 dias, este Executivo capturou 992 pombos, cujo relatório refere que foram enviados para a avaliação do estado sanitário, não nos diz qual o destino dos animais se foi o abate ou encaminhamento para alimento vivo ou até mesmo a sua devolução ao meio ambiente, o que pensamos que não terá sido de facto essa o estado, o destino dos animais, pelo que a pergunta que se impõe por um lado, é saber qual o destino dos

animais capturados e também para quando efetivamente a implementação dos pombais contraceptivos, pois achamos que é tempo, de facto, a cidade de Lisboa assumir de uma vez uma política diferente a que, de facto à luz da ética dos nossos tempos possa ter uma consideração diferente pelos pombos da Cidade, deixando de abater compulsivamente estes animais. -----

----- Uma outra situação tem a ver com registou das ocorrências, congratulamos a Autarquia, de facto, pela taxa bem-sucedida dos 64 por cento, no entanto, o remanescente destas denúncias, estamos a falar de 5425 denúncias que ficaram sem ter resposta. Gostaríamos de saber se existem alguns indicadores relativamente à taxa de urgência ou de gravidade das denúncias que são reportadas para perceber se existe já que alguma oportunidade de melhoria na resposta ao município que possa de alguma forma colmatar estas situações. -----

----- Por fim, referir aqui a questão do Parque Verde da Feira Popular recordamos que o mesmo vai ser instalado junto ao corredor verde, periférico, que tem por missão e isto é o que consta, de facto, de próprio Plano da Autarquia em relação à biodiversidade, a salvaguarda do património ecológico, pelo que atendendo desde logo à natureza lúdica deste próprio projeto que é a Feira Popular que tem os seus aspetos positivos, não podemos deixar de referir, é necessário reiteramos que é necessário acautelar qual o impacto que vai ter não só em termos do ruído na biodiversidade existente nas áreas envolventes, a circulação automóvel, a afluência de pessoas que necessariamente vai ser maior e, portanto, se queremos proteger os eixos verdes da nossa Cidade não podemos deixar de ter isto em consideração. -----

----- Eram estes os aspetos que gostaríamos de ver esclarecidos pelo senhor Presidente e agradecemos, obviamente, não só pela informação prestada como também temos a certeza que todos estes aspetos serão apontados como uma melhoria contínua da Autarquia. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ A mesa informa que neste momento, para além do Senhor Deputado João Condeixa estão inscritos mais 2 Senhores Deputados e não temos mais inscrições.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores aqui presentes, Caros Deputados, Público também aqui presente. -----

----- Senhor Presidente é com agrado que registo a sua presença nesta Assembleia pela sua a sua assiduidade recente cheguei a temer que a Informação Escrita aqui hoje, não fosse a do Presidente, mas sim a do Vice-Presidente, vejo agora que assim não é e ainda bem, pois queríamos a sua atenção nalguns pontos.-----

----- Na sua Informação que nos deixa identifica as principais decisões neste período e por isso não posso deixar de ficar espantado que dedique apenas 4 linhas, 4 linhas a algo tão relevante como um orçamento que foi aprovado esta semana que passou, por

ser um instrumento que muito influencia a vida dos lisboetas, julgo que deveria ter já mais detalhe, não o fazendo permita-me que o faça eu.-----

----- Senhor Presidente a avaliar pela execução orçamental, segundo a informação que é apresentada pelos serviços a Câmara de Lisboa é um autêntico buraco negro fiscal só em impostos diretos e taxas foram parar aos cofres da Câmara até Outubro, mais de 440 milhões de euros. Valores que não são virtuais mas é dinheiro dos lisboetas que sendo pago à Câmara falta no bolso de cada um dos seus munícipes, há impostos diretos que em outubro registam execuções superiores a 527 por cento, sim, 527 por cento, é inacreditável face àquilo que estimavam arrecadar. A Derrama, por exemplo, tem uma execução de 172 por cento, ultrapassando já 95 milhões de euros de receita para a Autarquia e o IMT, o IMT roça os 200 milhões de euros em outubro, já muito acima do que seria a meta para o ano todo. Com uma Taxa de Proteção Civil que arrecadou 24 milhões de euros até ao momento, que se não fosse o Tribunal Constitucional, a Câmara não devolvia e o Bloco de Esquerda não conseguiria sequer vi fazer o malabarismo retórico com que nos brindou ainda há pouco. A verdade é que eu esperava que, perante tais execuções estratosféricas seria de supor um descanso aos lisboetas, mas não, segundo aquilo que nos apresentou e viu aprovado para o ano que vem prevê-se um aumento de receita nos impostos diretos de mais 73 milhões de euros, ou seja mais 21 por cento de impostos, junto com as taxas, chegam ao aumento previsto para 2018 de mais 87 milhões de euros neste ano. -----

----- Só na Derrama, por exemplo, serão mais 29 milhões de euros. Perante isto senhor Presidente não me espanta que dedique apenas 4 linhas do seu orçamento, só pode ser decoro, é que sabe que os lisboetas são os financiadores da Câmara de Lisboa. Os lisboetas são forçados, forçados a ser o Pai Natal da Câmara de Lisboa, mesmo que a Câmara nem sempre se tenha portado bem, lá está! Estão a deixar-lhe sempre este presente no sapatinho.-----

----- Senhor Presidente sejamos claros, esta é a sua opção, da qual discordamos e, por isso, o CDS apresentou 4 propostas alternativas em Reunião de Câmara e vimos, aliás, rejeitava a nossa proposta de aligeirar ou aliviar o IRS aos lisboetas, porque a sua estratégia é outra, é uma boa estratégia legítima, que fique claro, mas é a sua estratégia é aumentar impostos a pagar a despesa que cresce, podia servir perfeitamente para acomodar a Taxa de Proteção Civil que ainda há pouco falava que são 58 milhões de euros, mas não, podia até servir para pagar a dívida que custa regularmente 55 milhões de euros, mas não, prefere continuar a aumentar a despesa corrente e a tratar a dívida com paliativos, em vez de a amortizar expressivamente enquanto a conjuntura é favorável.-----

----- Se bem se lembram já todos vimos este erro cometido algures no passado, Senhor Presidente mais despesa obriga sempre a mais impostos e o Senhor sabe disso, dirá que é uma forma de gerir a Cidade, bem sei, aumentar a despesa com o dinheiro de todos para criar a ideia que a Autarquia está onde é preciso não me espanta, é uma formula que há muito que os Socialistas no Governo e nas Autarquias nos habituaram, mas não é uma verdade, porque essa despesa nunca se traduz em retorno na mesma proporção, senão vejamos, lá fora a esta hora está uma cidade parada, portanto a

receita arrecadada poderia certamente ajudar a resolver alguns dos problemas de tráfego, com que nos deparamos diariamente, podia servir para avançar com um conjunto de medidas estruturais de integração de transportes, podia traduzir-se na melhoria na qualidade dos atuais meios de transporte, podia até servir para adquirir mais viaturas, para definir melhores percursos e mais rotas, mas não, sobre a mobilidade, o que lhes traz a sua Informação Escrita são bicicletas! Com os impostos a níveis que ainda agora referi na Informação Escrita o que recebemos são bicicletas!--
----- É este o seu retorno, é este o retorno dos seus impostos, as bicicletas ajudam, Senhor Presidente, mas são insuficientes, Lisboa não se pode orgulhar do estado em que está o seu trânsito e o seu trânsito não é apenas tráfego, é um problema social é um problema económico, de que serve alguém sair a horas decentes do seu trabalho, se depois gasta em filas intermináveis o tempo que devia ser para a família? Não se educam filhos no carro, Senhor Presidente e as empresas, em vez de terem os seus trabalhadores a produzir veem-nos sistematicamente parados nos seus carros, a poluir para mal de todos, que impulsos económicos gerados assim? Que ambiente conseguimos? Lisboa não pode ser competitiva nem limpa, nem pode ser para as famílias enquanto este mal subsistir, mas este planeamento fiscal invertido não falha apenas na mobilidade, na área social regista-se a mesma lógica, como também encaixe financeiro, poderiam chegar a quem mais precisa, poderiam estar onde faz falta com o que faz falta, mas basta ver pela tão propalada medida dos manuais gratuitos que não é bem assim! Os manuais gratuitos é uma medida que, no 1º ciclo para os que têm menos pouco traz de novo, mas que representa uma simpática bonomia para quem tem mais, é que atualmente quem tem mais necessidades no 1º e no 2º ciclo já tem acesso a manuais escolares gratuitos, via ação social escolar, em média em cada escola 48 por cento a 50 por cento dos alunos já recebem os manuais por esta via, sejam suportados a 100 sejam suportados a 50 por cento e, por isso, para esses que menos têm esta medida nada ou pouco traz de novo, traz sim uma boa vantagem para quem mais tem. -----

----- O CDS no Orçamento de Estado propôs pagar 100 por cento exclusivamente a todos aqueles que têm carência e não pagar a quem tem capacidade para tal, isso sim, teria lógica! Com esta medida da Câmara de Lisboa não! Para dar a quem consegue pagar a Câmara vai ter de pedir mais impostos a todos, por isso, em vez de um Robin dos Bosques sai-nos um Robes dos Bosques que mais não é do que um Xerife de Nottingham! Mais uma prova que Lisboa é lesta a recolher impostos, mas lenta a chegar a quem mais precisa. Estamos em Lisboa, Senhor Vereador, mas esta medida... -----

----- Senhoras e Senhores Deputados parece-nos causar uma outra distorção igualmente grave, todos sabemos dos casos das moradas falsas para frequência escolar mas com a medida dos manuais gratuitos surge uma vantagem de Lisboa face aos concelhos limítrofes e com ela um apetite maior para colocar que cá crianças e jovens recorrendo a subterfúgios, aparentemente a Câmara nem pensou nisto, mas, neste momento está a porta aberta para que cada vez menos os alunos residentes em Lisboa fiquem descansados com a sua vaga próxima de casa. -----

----- É esta falta de reflexão que é sinal que o Partido Socialista e a Câmara ficaram reféns de um acordo com o Bloco de Esquerda! Sobre apoios à infância e às famílias pouco ou nada é dito, a prioridade foi para medidas que servem quem mais tem e que distorcem a realidade, a prioridade devia ter sido para a rede de creches BA-bá que continuam entregues a si mesmas depois da Câmara ter arrancado com a rede sem articular previamente com a Segurança Social. -----

----- Neste ponto, Senhor Presidente, a nossa dúvida subsiste, os protocolos de cooperação continuam sem chegar a estas creches não garantindo a sustentabilidade desses equipamentos e a capacidade para darem prioridade a quem tem menos recursos. Estes equipamentos, que tanta falta fazem à Cidade de Lisboa podem contar com as suas diligências junto do Ministério da Segurança Social? É que em tempos mais difíceis, no anterior Governo, foi possível avançar com os primeiros acordos de cooperação... Exato! Sim, 3 instituições e se quiser eu posso-lhe apresentar, tenho no meu computador, 3 os primeiros acordos de cooperação com estas creches, mas este Governo já vai no 3º Orçamento de Estado e até agora nada se sabe sobre os acordos que tantas famílias deles dependem, as prioridades em Lisboa estão, de facto, invertidas e prova disso é a ação em prol dos sem-abrigo” Nem investigados pelo Presidente da República, que convocou recentemente Lisboa e Porto para uma reunião sobre o tema, conseguimos ver alguma informação escrita na sua informação descrita Não é uma prioridade os conhecer o que pretendem fazer políticas pretendem seguir na sua Informação Escrita, não é uma prioridade? Urge conhecer o que pretendem fazer, que políticas pretendem seguir na integração de pessoas sem-abrigo, não é só no Inverno que a Câmara deve olhar para os sem-abrigo, porque não é uma questão de frio, é uma questão de dignidade humana! Mas lá está, o acordo entre o Bloco e o PS nada falávamos mais desprotegidos! -----

----- Mas falava, Senhor Presidente aproveito para referir outro tema que no acordo é tratado ao contrário, de habitação e alojamento local onde este é tido pelo Bloco, nomeadamente, como grande e nefasto mal que assola Lisboa! O acordo é claro sobre a necessidade de se imporem capacidades máximas, se criarem quotas, se dificultarem as autorizações para explorar um património que é dos próprios, pois bem, antes de impor quotas, temporadas de arrendamento, de proibições ou limitações há uma via de diálogo que devia ser trilhada, não há ninguém que queira ver Lisboa descaraterizada sobre o risco de perder o turismo que foi ainda agora reconhecida a nível mundial e que o galardão o Senhor Presidente nem destacou na sua Informação Escrita, e ainda há bocadinho dizia que nós não o tínhamos referido, mas na sua Informação Escrita também não surge! Podia ter tirado uma fotocópia, uma adenda mas ok! No acordo com o Bloco o alojamento local é tido como um ativo tóxico, mas segundo estudos recentes do ISCTE, livros de complexos ideológicos, é-nos dito que tem um impacto de 1.600 milhões de euros na economia lisboeta, que vale um por cento do PIB e criou mais de 5700 postos de trabalho em 2016. Além do mais foi a razão foi razão e meios para reabilitação urbana, onde havia taipais ou prédios devolutos há agora vida! -----

----- Segundo o mesmo estudo do ISCTE a maioria das unidades de alojamento local resultaram de imóveis desocupados, é este o fenómeno que querem aniquilar? É que

estamos perante novos modelos de negócio que guardam novos modelos economia, com enormes benefícios para Lisboa, claro que guardam também enormes desafios que só serão ultrapassados com sucesso para todos se privilegiarmos o diálogo e a cooperação entre agentes, por isso, valha-nos nesta Informação Escrita o primeiro registo de incumprimento do acordo com a extrema-esquerda, e felizmente, diremos nós, é que, pelos vistos e embora não conste na sua Informação Escrita, mas sim nos serviços, há um acordo de cooperação entre a Câmara e “Airbnb” que é descrito pelos serviços para tornar este modelo mais justo, mais transparente e regulado, sem o estragar ou limitar. Parece-nos uma boa via de futuro, estranho que nada refira na sua Informação Escrita, mas imaginamos que seja para não beliscar a sua nova amizade com o Bloco de Esquerda!-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado, dispõe de tempo do PPM, mas pode continuar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra prosseguiu com a seguinte intervenção:-----

----- “ Terminando em jeito de resumo, a Câmara é uma sanguessuga de dinheiro que não presta para retorno na mesma proporção e que se propõe a matar a galinha dos ovos de ouro para fazer um frete ideológico!-----

----- Posto isto, nada se augura de bom para os lisboetas! Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, para terminar não queria deixar de referir um aspeto que tem merecido a atenção deste órgão, nos últimos tempos temos assistido a situações que em nada beneficiam Lisboa!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado beba lá a sua água para terminar, vá lá!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra prosseguiu com a seguinte intervenção:-----

----- “ Isso aconteceu ao Jerónimo de Sousa, se bem se lembram! Sinto-me muito próximo do PCP!-----

----- Abreviando, quando dará execução à deliberação da Assembleia sobre o Conselho Municipal de Segurança? Sem voz lhe pergunto: esta é uma deliberação deste órgão e até agora o senhor Presidente não se pronunciou sobre ela. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, as melhoras da sua voz!”-----

----- Vamos dar a palavra agora ao Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.-----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura pede a palavra para? Desculpe Senhor Deputado Ricardo Moreira, só perceber qual é o problema aqui na bancada do CDS.---

----- Deve ser para dar voz ao colega, mas poderá não ser, o microfone ao Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não Senhora Presidente é sobre uma interpelação à Mesa sobre o decurso dos trabalhos, apenas para lembrar que seria bom, já que estamos início do mandato que não acontecesse o mesmo aconteceu no último, nós temos sempre impropérios vindos do Senhor Vereador das Finanças, se bem se lembram no último mandato, quem cá estava, a chamar os Deputados de estúpidos, de burros, hoje foi ignorantes, portanto, pedia à Senhora Presidente que chamasse a atenção ao Senhor Vereador...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu fiz isso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas ele nunca se contém! Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu agradeço mas a Mesa já tinha tido esse cuidado. Muito obrigada. -----

----- Agora sim o Senhor Deputado Ricardo Moreira, agradeço e dou-lhe a palavra. ----

----- A Praxis parlamentar permite apartes entre Deputados, não é normal que o Executivo faça apartes e, portanto, temos que nos conter. Vamos continuar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a tarde já vai alta, mas eu agradeço ao Senhor Deputado do CDS a intervenção que teve, foi muito interessante, foi entre a opção para o Bloco de Esquerda e a de um representante *airbnb* mas já sabe, nós respondemos aos lisboetas, não se engane aos lisboetas e é por isso que cá estamos!-----

----- E eu queria falar então de responder... Não ouviu? Então volto a dizer, então, a sua intervenção pareceu absolutamente central no Bloco de Esquerda, o que eu compreendo, é quem está a fazer a diferença na Cidade de Lisboa e depois teve a sua parte promoção no *airbnb*, mas nós respondemos é aos lisboetas, não é o ao Senhor Deputado, e eu agradeço-lhe então. -----

----- Sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil voltamos a ela, 7 de julho de 2015, 9 de maio de 2017, 14 no novembro de 2017, o Bloco de Esquerda esteve aqui nesta Câmara a defender que esta taxa não deveria ser, quando o processo se entrou no Tribunal Constitucional, nós pedimos a sua suspensão, porquê? E o PSD já nos deu razão sobre esta matéria, porque a posição era esta posição era a única que permitia que garantia que havia uma devolução desse dinheiro aos lisboetas, cá está Senhor Deputado, responder, responder aos lisboetas é para isso que cá estamos! 58 milhões de euros devolvidos aos lisboetas, porque o Bloco de Esquerda teve uma posição coerente sobre esta matéria! Exatamente Senhores Deputados, assinalamos isso, esta era a única maneira de haver restituição, nós comportámo-nos com respeito, dignidade

sobre esta matéria e os lisboetas sabem-no, por isso sobre esta matéria estamos conversados. -----

----- Mas eu queria-vos falar então da questão de Maria Matos que foi aqui que foi aqui trazida por alguns Deputados, em entrevista ao Público a Senhora Vereadora da Cultura afirmou a sua intenção de entregar a gestão do Maria Matos a privados, aliás, nesta entrevista, a Senhora Vereadora faz uma avaliação muito positiva do trabalho e da equipa de Maria Matos, diz que tem feito um excelente trabalho e diz que esse trabalho irá para o Teatro Luís de Camões e para o Teatro do Bairro, um deles recebe a programação infanto-juvenil e o outro as artes performativas, depois veremos de um concurso público. -----

----- Queremos ser claros, temos um projeto, a Câmara Municipal tem um projeto que funciona no Teatro Maria Matos, funciona no Teatro Maria Matos graças à equipa do Teatro Maria Matos e a decisão de partir essa equipa, de dividir esse trabalho é uma decisão errada da Câmara Municipal de Lisboa. Não é uma questão que se compreenda, não se pode aceitar e não se percebe, aliás, o argumento de que no Maria Matos se faz o mesmo que na Culturgest é desmentido pela própria pessoa que passou do Maria Matos para a Culturgest, por isso, esse argumento fica, cai por terra, mais não cabe à Senhora Vereadora alterar a missão do Maria Matos fazendo um novo Teatro Municipal comercial. Essa não é a sua missão, a missão da Câmara Municipal de Lisboa é garantir um Teatro para as pessoas não Teatro comercial, isso não está entre as suas e competências. -----

----- Faria sentido uma nova estratégia para os Teatros de Lisboa, faz sentido uma nova estratégia para o Teatro Luís de Camões, faz sentido concursos de direção artística para os teatros municipais, mas não faz sentido, privatizar um Teatro Municipal desfazendo o bem que está feito, por isso esperamos que este anúncio não se concretize e que o Teatro Maria Matos continue a poder fazer o seu excelente trabalho.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Bem Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara....-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, só para dizer-lhe que dispõe de tempo cedido pelo PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Certo. Senhor Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, é evidente que o tema de dia é a declaração de inconstitucionalidade da Taxa da Proteção Civil, talvez não fosse se em sede de Sessão de Câmara, o BE não se tivesse absterido, mas voltemos então a uma questão que foi falada há pouco e que também já foi afluída noutras intervenções e a propósito da entrevista da Senhora Vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, a um jornal sobre um novo ciclo de programação para os Teatros de Lisboa, é anunciado então a intenção de concessionar o Teatro Maria Matos aos privados. -----

----- Senhor Presidente, nós gostamos muito do Teatro Aberto, nós gostamos muito da Cornucópia, de que quando existia, nós gostamos muito da Comuna. A questão é outra questão, é uma questão de forma, porque essa proposta ou essa decisão não foi apresentada em nenhum dos órgãos municipais, essa decisão e esse assunto não tinha sequer sido afluído nem sequer repare, em sede de campanha eleitoral.-----

----- Essa ideia aparece sem qualquer tipo de contextualização não se insere num projeto de gestão cultural que sirva a população da Cidade de Lisboa ou os agentes culturais ou aos trabalhadores da área e nós tememos que o PS continue o processo de mercantilização que já adotou para outros espaços municipais e o exemplo pode ser o Capitólio novamente.-----

----- Portanto, nós consideramos que este processo é pouco cordial, parece assim uma coisa sacada da cartola não passe de ilusionismo pobre, um processo pouco transparente sem ter havido uma reflexão conjunta e prévia, sem ter havido uma justificação com base política, portanto, o Grupo Municipal do PCP não pode pactuar com atuações pouco democráticas, e que podem pôr em causa o interesse do Município e das suas populações. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Agora sim terminará a intervenção dos Senhores Deputados, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para encerrar o Debate, recorde que tem nove minutos.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

-----“Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- São vários os temas, eu começo talvez já por este último, de forma rápida, que a Senhora Deputada colocou sobre questão dos teatros, registo a sua intervenção sobre o ênfase colocado na forma e não na substância, porque e a forma é a forma que é, a forma é de quem tem responsabilidades com o pelouro, apresentou publicamente a sua pretensão, iremos fazer esse debate.-----

----- O que eu acho que fica seriamente comprometido com todo este debate é a argumentação do PCP que a troco de tudo e por nada, acena a privatização, a concessão, o desmantelamento do serviço público que não aconteceu em nenhuma área de funcionamento da Câmara desde que eu sou Presidente da Câmara e até antes, não encontrará uma autarquia no país ou uma entidade pública no país que mais tenha reforçado, que mais tenha feito para o reforço do serviço público com a admissão de pessoal, olhe, com a criação de mecanismos de financiamento adequados para o serviço público, com a valorização e dignificação dos trabalhadores que estão ao serviço do Estado, não encontrar nenhuma.-----

----- Lisboa foi um campo, foi um numa instituição de referência de proteção nos anos mais complexos da crise e em que a governação da Direita foi desmantelado direitos a torto e a direito, Lisboa manteve-se sempre firme na preservação do serviço público, são inúmeros os casos que eu podia aqui referir, mas talvez o título de exemplo, a batalha que fizemos relativamente às 35 horas que sempre se aplicou no Município da Cidade de Lisboa, mesmo com todas as pressões para a sua declaração de ilegalidade

e aquilo que nós defendemos sempre relativamente ao serviço de transporte público onde travamos, em conjunto com o PCP, uma batalha importante e depois divergimos na fase final dessa batalha política que o PCP manter-se a favor de uma manutenção na esfera do Estado Central, não acompanhando a vantagem da municipalização e, por isso, Senhora Deputada não aceito a lições relativamente à valorização do serviço público, nem que tudo seja adjetivado como “lá estão estes aqui que querem privatizar, mercantilizar e toda essa adjetivação”, não Senhora Deputada, o que há é algo simples, a Câmara de Lisboa vai ter mais 2 equipamentos, 2 que não tinha. Os Senhores Deputados, acham isto mal? Acham que isto não implica ajustamento? Acham que tudo isto se se deve fazer, independentemente das capacidades existentes? Não e o que nós propomos é que dada alteração que vai acontecer com a saída do Diretor Artístico para a Culturgest do Maria Matos, que se faça uma reorientação de utilização das equipas relativamente ao Teatro do Bairro e relativamente ao Teatrinho e que se possa ter um outro modelo relativamente o Teatro Maria Matos, até que nós não temos recursos internos para poder fazer essa mobilização! Chama-lhe a Senhora Deputada uma privatização e um respondo-lhe, o Teatro Aberto é uma privatização? Bom, se o é, é uma boa! A Comuna também o é? É uma boa, é um equipamento da Câmara que é gerido por uma, mas é que não há nenhum obstáculo para que a solução que resulte para o Maria Matos seja outro Teatro da Comuna, não há! E o PCP já está a rejeitar e já está a atacar sem admitir que daí pode resultar uma nova companhia que gira o Teatro. -----

----- A segunda questão, relativamente à questão da Taxa de Proteção Civil, oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado Fernando Correia. O Senhor Deputado, eu estava a ouvi-lo e quando o estava a ouvir falar, estava a ouvi-lo sobre esta questão de quantos municípios adotaram a taxa. Não foram muitos! Mas, se calhar, isso explica muito, como não foram muitos aqueles que avançaram para a constituição de Sapadores Municipais e, se calhar, isso explica muito, porque é que nós 10 anos depois dos incêndios de 2005, estamos a discutir o problema da profissionalização dos bombeiros e da constituição e do reforço dos Serviços de Proteção Civil Municipais é que isto, se calhar, explica muita coisa e faltou-lhe talvez um inciso na sua introdução, nas suas afirmações, que é que tributários disso, pelo menos em Lisboa posso afirmar que sim, esteve as políticas do Governo PSD/CDS que de destruição do serviço público e de limitações à contratação tiveram graves prejuízos no reforço do Regimento Sapadores em Lisboa. -----

----- Ora o que diz o modelo anterior definido em 2006 é que vamos reforçar a Proteção Civil e para a financiar é criada uma taxa, o que esta decisão hoje conhecida vem colocar em causa é que este possa ser um modelo a seguir. Agora Senhores Deputados, não há nada como enfrentar a realidade, é que se queremos sistema de Proteção Civil e o país de novo está a discutir o seu reforço, a sua profissionalização, infelizmente, em termos análogos em algumas partes do que discutiu em 2006, vai ter que encarar a questão do financiamento, e se fugirmos a este debate não estaremos à altura da responsabilidade. -----

----- Depois ao ouvir o Senhor Deputado confesso-lhe que sobre a questão da taxa de Setúbal, confesso- lhe que só me veio à cabeça aquele Presidente norte-americano, que uma vez quando lhe perguntaram se eu tinha consumido drogas na sua juventude ele respondeu meio atrapalhado “eu fumei, mas não inalei”, por isso, o Senhor relativamente à taxa de Setúbal é assim: a taxa existe, mas não fomos nós que a criámos, foi a má da Ministra Maria Luís Albuquerque, ela afinal, ela existe, mas não incide sobre os munícipes, incide só sobre uns grandes maus produtores, ela não é assim, uma taxa geral, porque só paga um camiãozinho! Senhor Deputado, a questão é muito simples, o PCP defendeu na campanha eleitoral, eu lembro-me bem do debate que tive, que o sistema de Proteção Civil deveria ser pago através de impostos e não através de taxas A minha pergunta é clara: o Senhor Deputado já falou com a sua colega de Setúbal e dizer-lhe que deve acabar com a taxa dela? É que essa é que é a questão, é que não vale a pena, perde autoridade política toda a fazer aqui uma crítica sobre o funcionamento e sobre o sistema e sobre as opções que tomámos e depois àquela bancada defender a Câmara Municipal de Setúbal, só que a da sua cor política!----- Não Senhor Deputado, não passa sem um reparo aqui, porque é importante ter coerência sobre o financiamento das funções e dos serviços que os municípios desempenham e que o Estado desempenha, aceito-o e nem tinha outra forma de o ser, mas aceito com gosto a diferença de opinião, não aceito é a diferença de tratamento e de conveniência face à orientação e a cor política, por isso o Senhor Deputado faça um favor, faça um favor à camarada Presidente da Câmara e entregue a declaração do acórdão de Setúbal e veja lá o que é que tem para lhe dar de conselho e de ouvir, mas façam-me o favor, não trate a equipa de Lisboa da forma da forma que a tratou.----- A segunda questão que o Senhor Deputado colocou relativamente à Carris, primeira precisão, a Carris é propriedade da Câmara Municipal de Lisboa acerca de 11 meses, 11 meses não são 2 anos, não são 2 anos, é que há um equívoco, convém é que eu também já vi as notícias de pessoas falam do balanço do ano da transição e eu olho para o balanço do ano, mas que não passou um ano, vou fazer a conta, vou ver e não tinham passado 8 ou 9 meses, agora já passaram 2 anos, não, não passaram 2 anos, passaram 11 meses desde que a Câmara de Lisboa é titular da Carris. Foi precisamente o dia 1 de fevereiro de 2017, não passou um ano ainda, não passámos de ano e gostava de lembrar o que é que nós, gostava de lhe lembrar o estado em que nós encontrámos a Carris e o estado em que nós encontramos a Carris era uma empresa que tinha perdido 30 por cento da sua operação. Tinha perdido 600 trabalhadores e tinha menos 100 autocarros do que 4 anos antes! Esta foi a Carris que nós encontrámos, uma Carris que foi conduzida por uma opção política do Governo PSD/ CDS, para a destruição do serviço público rodoviário! E o que é que nós fizemos? O que é que nós fizemos em poucos meses? Em primeiro lugar, fizemos uma coisinha, que o Senhor Deputado desvaloriza, mas eu quero colocá-la como central, é que nós fizemos uma fortíssima diminuição dos tarifários para as pessoas com mais necessidade, é que é que gostava de salientar este número, só fruto da diminuição tarifária que fizemos naqueles com 65 e mais anos e nos mais jovens, nós temos todos os meses mais de 500 mil viagens no transporte rodoviário na Cidade de Lisboa, 500

mil viagens de pessoas que não viariam nos autocarros da Carris, se não tivesse e da redução de preços que nós assumimos. -----

----- Segunda diferença, nós contratámos já 115 novos trabalhadores, 115 novos trabalhadores no que é um processo único face a todos os anos anteriores que a Carris teve, nós estamos a contratar efetivos e neste ano que agora se vai iniciar, nós vamos contratar 180 novos trabalhadores e nós já lançámos o concurso para aquisição dos autocarros e saiu há poucos dias o relatório da atribuição dos autocarros e nós estamos a caminho de vir a ter 180 novos autocarros. Dizem depois assim “Bom, mas há alguns que vão ser abatidos”, sim, haverá e nós vamos lançar outro concurso para a aquisição de novos autocarros e vamos lançar um concurso para aquisição de mais 30 elétricos e vamos continuar a política da abertura das linhas de bairro, que já abrimos 5 linhas novas de bairro continuando a expandi-las e vamos continuar a reparar os mostradores, como já estão a ser reparados e vamos continuar a fazer, a aproveitar a sinergia entre a Polícia Municipal, a EMEL e a Carris, isto é, entre a gestão da via pública e a Carris, para melhorarmos a velocidade comercial. -----

----- Senhor Deputado não tenho, o trabalho que tem sido feito na Carris é um esforço de uma enorme dificuldade e enorme complexidade, nós estivemos conscientemente assumimos responsabilidade de uma empresa que estava mais perto da destruição do que o mais perto de ser uma empresa de excelência, agora há uma diferença entre o PCP e o PS, é que o PCP desistiu da batalha de melhorar a Carris, nós não desistimos! Nós não temos o receio da crítica, não temos o receio da incompreensão, mas nós sabemos que as coisas demoram tempo, o que o Senhor Deputado faz é um exercício que sabe o que é de impossibilidade prática fazer por magia a recuperação daquilo que, durante muitos anos foi uma destruição objetiva do serviço público. -----

----- Eu gostava de terminar, gostava de terminar com uma intervenção particularmente, como hei de dizer, inspiradora que é a intervenção do Senhor Deputado João Condeixa, do CDS, João Condeixa que a voz não falte! Porque isto promete, neste mandato promete! Começo com um esclarecimento, Senhor Deputado faça um favor, nesta Câmara não volte a invocar o processo dos BA-bá com o Governo anterior, esse processo é uma vergonha para o Governo anterior, é uma vergonha para o Ministro que ocupou essa pasta durante anos não ter resolvido o problema dos acordos de cooperação na Cidade de Lisboa, alertado, avisado para o assunto procurando com que responsáveis da Segurança Social empurrassem para a Câmara de Lisboa a responsabilidade do financiamento do funcionamento, quando se andava a gabar de por todo o país andar a assinar acordos de cooperação, foi um momento triste, um momento negro de uma governação responsável em qualquer, independentemente da cor partidária! Senhor Deputado, eu sei do que falo sei do que falo sei do que falo e, aliás, custa-me ter que dizer isto pela pessoa em causa, é um mau momento da governação anterior! -----

----- Agora Senhor Deputado, vamos aos assuntos que interessam, o Senhor Deputado, percebi hoje que vai aí no CDS uma onda de perturbação com o acordo com o Bloco de Esquerda que é verdadeiramente surpreendente! Eu acho que é ciúme, só pode ser ciúme, mas talvez vamos resolver esta coisa, vamos resolver, mas talvez

possamos resolver isto no início do mandato, não Senhor Deputado, nós não vamos namorar com o CDS, não vamos namorar com o CDS e não vamos namorar com o CDS porque nós não gostamos das vossas políticas, porque nós não gostamos das vossas políticas, de facto, há muito pouco que se aproxima e uma parte importante do acordo que temos com o Bloco de Esquerda e que temos com as convergências com os partidos à esquerda fazem-se precisamente da necessidade de resposta e de corrigir as políticas que os senhores introduziram quando estavam no Governo! É isso que acontece na área da habitação, é isso que acontece também na área relativamente ao turismo, é isso que acontece em várias áreas da governação e, por isso Senhor Deputado um conselho: cure lá esse desgosto, eu percebo que queira ter connosco, mas, durante este mandato vai-me desculpar, com essa orientação, com essas políticas só mesmo distância e só mesmo confronto político, com amizade, claro, mas nada passará de uma amizade entre nós!-----

----- Sobre questões financeiras, oh Senhor Deputado, começando com um canal história, O Senhor Deputado não encontrará na história dos arquivos financeiros da Cidade de Lisboa, pelo menos do pós 25 de Abril nenhum ciclo de governação que tenha tido mais capacidade de reduzir o passivo e a dívida da Câmara de Lisboa como os anos de governação do PS desde 2007 até agora. -----

----- Desde 2009 até 2016, o passivo da Câmara de Lisboa reduziu-se em 863 milhões de euros ainda não estou a incluir aqui a redução de 2017 e relativamente à dívida entre 2007 e 2016, ela reduziu-se em 570 milhões de euros, isto é, diminuiu em metade. Dito de outra forma, com esta governação, temos menos 3 aeroportos no passivo e temos menos 2 aeroportos na dívida da Câmara Municipal de Lisboa, este é o resultado da nossa governação!-----

----- E ao ouvi-lo, aliás, percebo bem da sua dificuldade e do que é a dificuldade de uma governação da Direita sequer entender, a gestão financeira da Câmara de Lisboa, eu recomendava talvez que começássemos por uma leitura da Lei de Finanças Locais, porque diz o Senhor Deputado, mas a estratégia do Partido Socialista é crescer taxas e crescer impostos para que depois não se veja nada na cidade. Oh Senhor Deputado, nós temos os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa. Nós temos as taxas, as quintas taxas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, as quintas taxas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa... Senhor Vereador não me perturbe depois tiraremos lá o crédito que fica a quarta para o debate do orçamento!... As quintas taxas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa e faça um exercício, compare as taxas entre a Câmara de Lisboa e as câmaras em que o CDS participa na governação! Mas faça o exercício, faça-o aqui em Lisboa e faça-o no resto do país e depois venha aqui conversar e venha aqui dizer o que é que acontece.-----

----- Agora há algo que é difícil perceber, é que quem não percebe a diferença entre aumento de impostos e aumento de receita fiscal, quem não percebe que nós aumentamos a receita em áreas em que nós nem sequer temos qualquer autonomia para mexer na taxa de imposto, quem não percebe isso não percebe a gestão financeira de uma Câmara! E o que o Senhor Deputado refere é que nós nos impostos que temos margem para definir, temos a taxa mínima do IMI possível pela Lei, a mínima

possível pela Lei, que fique claro e somos o Município que mais faz a devolução do IRS, e o que é que nós temos tido? Nós temos tido um acréscimo muito significativo de impostos associados à atividade económica dos quais que o Município de Lisboa não determina a taxa, não determina a taxa, o Município de Lisboa não determina a taxa de IMT e o Município de Lisboa determina uma parte relativamente à Derrama. --

----- Oh Senhores Deputados, o que o Senhor Deputado diz mesmo, por isso, além disto ser o que é a Lei das Finanças Locais do país, o Senhor Deputado vai um ponto, é que o Senhor Deputado acha, é capaz de ao mesmo tempo dizer, os Senhores não fazem nada para a redução da dívida, o que é falso, factualmente falso, os senhores não fazem nada para a redução do passivo, o que é factualmente falso e a primeira coisa que o Senhor Deputado se lembra quando temos receitas que são extraordinárias face ao momento que vivemos, o que é que o Senhor Deputado faz? É gastá-las! É gastá-las, é propor exatamente a diminuição da base da receita estrutural da Câmara Municipal de Lisboa e é capaz de fazer isso dizendo, ao mesmo tempo, não, mas eu sou fiscalmente responsável, não o Senhor não tem que fiscalmente responsabilidade nenhuma, a única coisa que os orienta é tentar os ganhos políticos de curto prazo, sem nenhuma visão estratégica sobre o que é as Finanças da Cidade de Lisboa e sem, aliás, uma questão básica, que é o ser capaz de identificar os aspetos que a Câmara Municipal de Lisboa não tem a possibilidade de ela própria determinar, mas quero-lhe ir com franqueza ao argumento, é um erro do ponto de vista da gestão financeira confiarmos numa conjuntura extraordinária do ponto de vista das receitas da Derrama e do IMT para fazer a diminuição de receitas estruturais, como também é um erro fazemos para aumento da despesa estrutural, claro que é um erro, é um erro, é por isso que a despesa estrutural da Câmara não aumenta, aumenta na admissão dos novos polícias, aumenta na admissão dos novos bombeiros, não aumenta relativamente às áreas de competência nuclear da Câmara de Lisboa!-----

----- Senhor Deputado sei que teremos muito tempo, vamos fazer um grande debate a propósito do orçamento, não se preocupe com isso, gostava também já agora de clarificar seguinte: por regra, o Presidente da Câmara está... Senhor Deputado, sobre as questões de percebi que também estava a sentir a minha falta até esta reunião, gostava de lhe dizer que eu por regra, seguindo aliás o que é o procedimento que o meu antecessor já aqui tinha, eu estarei sempre presente em todas as Informações Escritas, em todas as Sessões das Perguntas à Câmara, em todos os Debates Orçamentais, não estou presente, naturalmente, quando as matérias em apreço são da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal onde a Câmara e o Presidente da Câmara não têm que ter essa intervenção. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que o Senhor Deputado Modesto Navarro pediu a palavra para? Um protesto, eu não ouvi Senhor Deputado. Faça o favor.-----

----- O Senhor Deputado quer a palavra para? Para se inscrever não pode inscrever-se, pode fazer um protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “O que eu queria dizer Senhora Presidente e também ao Senhor Presidente da Câmara, aliás, tive ocasião de falar com ele sobre esse assunto em termos de comportamentos aqui na Assembleia, que devem ser de respeito e nomeadamente pelos outros Municípios, porque dizer “diga lá à sua camarada”, isso não é expressão e a Senhora Presidente aí obviamente deve intervir para regularizar, digamos, esta situação. -----

---- Senhor Presidente, o Senhor não respondeu no PAOD e tinha 15 minutos às questões que eu tratei sobre o encerramento de 6 hospitais, podia ter respondido, veio responder na Informação do Presidente onde eu não tinha falado desse assunto e veio-me responder a mim. Portanto, há aqui alguma dislexia ou enfim, dificuldade em perceber as situações reais e os pontos em que estamos a trabalhar. -----

----- A Deputada Ana Margarida de Carvalho disse claramente que o que nos custa a nós, obviamente, e não aceitamos é saber das questões como o caso dos Teatros Municipais pelos jornais, e foi numa entrevista que o vi também ou até noutra entrevista ainda mais pormenorizada que a Senhora Vereadora vem explicitar o programa, que no fundo é o esvaziamento do Programa Cultural da Câmara Municipal passando para aqui e, para além, etc., etc., e não fazendo rigorosamente nada daquilo que é necessário, portanto, entendamo-nos! Saudamos muito, obviamente, sabemos, obviamente, que teve algum desgosto nestes últimos tempos, desde a eleição e, portanto, teve alguma dificuldade até de vir aqui, se calhar, mas tudo bem, estaremos aqui, estaremos aqui para tratar das coisas a sério e já sabe connosco, connosco, não há piruetas, connosco não há piruetas! Sabe muito bem e, portanto, estaremos aqui de forma séria e com respeito pelos eleitos desta Assembleia, da Câmara Municipal e dos outros Municípios e, portanto, chamamos também a atenção da Mesa para estar atenta de facto, a expressões que não são não são boas, quer dizer, não ajudam ao trabalho e ao aprofundamento das questões. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos prosseguir, o Senhor Deputado também tinha pedido a palavra para defesa da honra, tem 3 minutos para a defesa da honra. Antes disso pergunto se a Câmara quer responder ao protesto do Senhor Deputado do PCP, porque tem que ser logo a seguir. Sim, faça o favor Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, quero responder sim. Em primeiro lugar não faltei ao respeito a nenhum eleito de outro Município, pelo contrário, pelo contrário, tenho o maior respeito pela Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, por todos os eleitos, aliás, nas minhas funções reforçado esse respeito, aliás, nas novas funções que ocupo. -

----- O que eu me limitei a salientar e reafirmo é que o Senhor Deputado Fernando Correia, o que fez aqui foi algo que não pode passar sem denúncia, é que foi fazer a defesa, foi fazer, o PCP faz na Câmara de Lisboa uma crítica que diz que é de princípio à Taxa de Proteção Civil dizendo que a função da Proteção Civil não deve

ser financiada por taxas mas por impostos, é capaz da crítica mais forte, mais assertiva e é capaz de ir ali acima desvalorizar a existência de uma outra taxa no município vizinho! Foi só isso que eu me limitei a assinalar e a palavra camarada, aliás, teve este sentido, é de expressar que o que estava a ser feito era uma defesa de natureza partidária e não de defesa institucional, porque senão admito que o PCP nessas matérias já nos habituou a bastante rigor, que é ter uma política bem definida e um pensamento próprio relativamente a um conjunto de matérias. -----

---- Neste caso, o que o Senhor Deputado Fernando Correia ali expressou não é um pensamento coerente em matéria de financiamento da Proteção Civil, não é porque se o fosse coerente, tinha que levar a outra consequência que não àquela declaração ali dentro. -----

----- Segunda questão relativamente à questão dos teatros, oh Senhor Deputado, aceito a questão do saber pelos jornais, aceito perfeitamente que podemos melhorar, podemos e devemos melhorar a comunicação entre nós, podemos, aceito essa crítica. -

---- Não aceito a crítica do desmantelamento do Programa Cultural da Câmara, não aceito, não sei porque ela não é factualmente correta, o que nós estamos a fazer é integrar 2 novos teatros na esfera da Câmara Municipal de Lisboa, como é que o Deputado do PCP, como é que o PCP desvaloriza isto numa lógica de um serviço público de cultura que é oferecido às populações é algo que para mim me deixa perfeitamente surpreso! -----

----- Nós integramos 2 teatros, um que estamos a reconstruir, o outro que podíamos não ter integrado, vamos ser claros, nós estamos a integrar o Teatro que era da Cornucópia podendo não o integrar, não é Património da Câmara, vamos alugá-lo, vamos lá a ser claros sobre esta matéria e nós estamos a proteger um património afetivo, cultural, histórico da Cidade de Lisboa, pôr para dentro património da Câmara, nós podemos não o fazer e daqui a uns tempos não sabemos que o destino era dado ao espaço, mas o Senhor Deputado não valoriza isso? Não valoriza que aquele património esteja na esfera da Câmara? Não valoriza que aqui seja um património que o Município proteja e identifique? Oh Senhor Deputado, o mais importante é que nós estamos a fazê-lo e o que me custa, aliás, ver e quando nós estamos com uma política de defesa da promoção do serviço público de cultura ser atacado dessa forma, como se nós tivéssemos a privatizar, a concessionar tal qual senhor Berlusconi, em Itália, quando privatizava os museus e as estátuas. -----

----- Oh Senhor Deputado, não! Nós estamos a valorizar o serviço público de cultura e o que é que estamos a fazer por isso? Estamos a colocar, a reorganizar que os recursos que temos, em particular a situação que se gerou também com reorganização para a Culturgest do diretor artístico para podermos utilizar melhor os recursos para melhor servir todos os teatros, sem medo, com coragem, com decisões... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu peço desculpa mas não se pode ultrapassar os 3 minutos em matéria de protestos e contra protestos, peço-lhe desculpa.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção:-----
-----“Senhora Presidente, então termino aqui. Sobre os hospitais já referi a questão de substância. Muito obrigado.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “O Senhor Deputado do CDS pediu a palavra para uma defesa da honra, faça o favor.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----
----- “Muito obrigado. Senhor Presidente, agora com voz.-----
----- Senhor Presidente, terá visto ou terá reparado, com o devido respeito que sempre tive mesmo na minha intervenção, que eu nunca falei em desperdiçar receita fiscal! O que eu falei várias vezes e reforço que é que é um entendimento que é, ou se sente retorno dos impostos ou não sentindo esse retorno, nem social, etc., então os impostos não estão a funcionar, não servem o seu propósito e é isso que eu contestei.-----
----- Relativamente ao tema das creches BA-bá permita-me também, com o devido respeito que clarifique uma questão: como sabe, o Senhor Presidente...”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Oh Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas o Senhor Deputado está a fazer uma intervenção em defesa da honra e o Senhor Deputado tem que explicitar que se sentiu ofendido e esclarecer porquê e não disse ainda em que é que foi a ofensa!”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção em Defesa da Honra:-----
----- “E esclareço com certeza. Fui um dos envolvidos no processo de atribuição dos acordos de cooperação às creches BA-bá, tive esse responsabilidade e, por isso, clarifico! Como o Senhor Presidente sabe...”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----
----- “Oh Senhor Deputado, mas isso se não houve nenhuma ofensa a ninguém! Houve apenas uma crítica!”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção em Defesa da Honra:-----
----- “Não, mas há uma clarificação que tenho que fazer...”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----
----- “Mas não pode fazer Senhor Deputado, peço desculpa, o Senhor Deputado já usou o seu tempo, há processos regimentais que são claros, nós estamos com uma Ordem de Trabalhos sobrecarregada, são as 19 horas e 42 minutos e temos que apreciarem ainda a matéria fiscal, portanto, a Mesa aqui tem que cumprir o Regimento. Senhor Deputado peço desculpa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção em Defesa da Honra: -----

----- “Era só para clarificar que se o Presidente achou que havia má-fé e eu depois posso-lhe explicar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Muito bem, muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir Senhores Deputados e vamos entrar agora na parte deliberativa relacionada com as propostas em matéria fiscal...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhora Presidente, eu peço desculpa, com a mesma latitude que foi atribuída ao Senhor Deputado para responder a esta questão.-----

-----Que fique muito bem claro, eu nunca falei de má-fé, eu falei de uma opção política de não resolução de um problema, e esta é a verdade dos factos, a Assembleia Municipal acompanhou muito bem durante o mandato anterior como é que durante anos a Câmara que investiu a fazer creches não teve acordos de cooperação quando eles eram abertos noutros locais, sobre a questão de não sentir o retorno dos impostos, naturalmente, devem ser os pontos de vista do CDS e não os do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa, mas creio que os pontos ficaram claros, o Senhor Deputado reagiu, o Senhor Presidente esclareceu, a palavra de má-fé não existiu e vamos prosseguir. -----

----- Senhores Deputados, eu precisava de saber, a Câmara certamente quer apresentar, ou não, pergunto eu, quer as conjunto de propostas de política fiscal que temos à nossa consideração a 672, 673, 674 e 675 sobre respetivamente IMI e IMT, sobre IRS, Derrama e sobre Taxas Municipal dos Direitos de Passagem. -----

----- Pergunto se algum Senhor da Câmara quer apresentar respostas? O Senhor Presidente faça o favor.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS, RELATIVAS À POLÍTICA FISCAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA 2018 (2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS):**-----

----- **PONTO 2.1. - PROPOSTA 672/CM/2017 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) E IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT), SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO PELA CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E B) DO ART.º 14º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, DA ALÍNEA D) DO N.º 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DA ALÍNEA C), DO N.º 1, E N.º 3, 5, 7, 8 E 12, TODOS DO ART.º 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI) E DOS N.ºS 1, 2 E 7 DO ART.º 44.º-B E N.º 20 DO**-----

ART.º 71.º, AMBOS DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS, NA SUA REDACÇÃO ATUAL.-----

----- (A Proposta nº 672/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 2.2. - PROPOSTA 673/CM/2017 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO PELA CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1, DO ART.º 25º DA DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 25º E DOS N.ºS 1 E 2 DO ART.º 26.º DA LEI N.º. 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 673/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXV dela faz parte integrante).-----

----- **PROPOSTA 673-A/CM/ 2017- ELABORAÇÃO DO ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA DEVOLUÇÃO DA TAXA DE IRS;**-----

----- (A Proposta nº 673/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVI dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 2.3. - PROPOSTA 674/CM/2017 - DERRAMA, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO PELA CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º. 1, DO ARTIGO 25º, DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º, DO N.º 2 DO ARTIGO 16.º E DO ARTIGO 18.º, TODOS DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 674/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 2.4. - PROPOSTA 675/CM/2017 - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO PELA CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA N) DO ART.º 14º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 106.º, DA LEI 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NO N.º 1 DO ART.º 12.º DO DECRETO-LEI N.º 123/2009, DE 21 DE MAIO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E NO N.º 3 DO ART.º 17.º DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO.**-----

----- (A Proposta nº 675/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “ Senhora Presidente, eu proveito e apresento-as todas de forma muito telegráfica e em conjunto se me é permitido.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Claro que sim, que é permitido, o debate é em conjunto e a Câmara tem 6 minutos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “ É de forma muito rápida. Estas Propostas mantêm o quadro de estabilidade fiscal que foi aprovado no Município desde 2012, relativamente ao IMI, relativamente ao IRS, relativamente à taxa Municipal de Direitos de Passagem e é por isso que nós fazemos é reafirmar os nossos compromissos. -----

----- Houve no debate em Câmara propostas feitas pelo Bloco de Esquerda relativamente a alguns elementos da alteração a estas propostas fiscais, alguns dos quais mereciam, em princípio, a nossa concordância, não o podem merecer na medida em que não têm cabimento legal, porque a Lei não nos permite e não nos faculta a modelação de impostos, como eu acho, aliás, que deveria facultar e é só essa a razão. --

----- Por isso o quadro que apresentamos é exatamente o mesmo quadro que era o quadro que tínhamos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente. Feita a apresentação das propostas pergunto à Senhora Presidente da 1ª. Comissão se quer apresentar o seu Parecer? A Senhora Presidente da 1ª. Comissão dispensa a apresentação do Parecer. -----

----- O Parecer foi distribuído e colocado no *site*, foi aprovado ontem, mas foi distribuído e colocado no *site* e, portanto, agora estamos em condições de entrar nas intervenções. -----

----- Antes de qualquer outra coisa eu preciso saber de inscrições na Mesa para esta matéria, portanto, a apreciação é conjunta das quatro Propostas e, portanto, quem é que se inscreveu? Eu penso que o Senhor Deputado Sobreda Antunes já se inscrito e, portanto, eu dou a palavra ao Senhor Deputado Sobreda Antunes enquanto aqui as Secretárias estão a ver, estamos com esta dificuldade do Primeiro-Secretário estar ausente, que costumava dar aqui uma apreciação de uma ajuda a mais. -----

----- A nossa 1ª Secretária hoje suponho que é a primeira ou segunda vez que aqui está e tem sido muitíssimo diligente. A nossa 2ª Secretária ainda está a fixar os nomes toda a gente e, portanto, deem-nos alguma tolerância para conseguirmos gerir todas as intervenções. -----

----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes é quem vai falar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa noite aos restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas e funcionárias. -----

----- Analisamos hoje o conjunto de Propostas n.ºs 672, 673, 674 e 675/2017 referentes à política fiscal do Município de Lisboa para 2018. Trata-se de um conjunto de propostas cujas versões preliminares eram ainda hoje de manhã, e muito estranhamente, as únicas disponibilizadas aos Grupos Municipais.-----

----- Para nos apercebermos da importância deste pacote de política fiscal, para um orçamento municipal estimado em 833,4 milhões €, ou seja, mais 58,3 milhões € do que o de 2017, existe uma previsão de receitas que poderá atingir um valor de 415 milhões € com os impostos locais, ou seja, mais 73 milhões € do que para o ano em curso. -----

----- E de acordo com uma apresentação efetuada pela Senhora Diretora Municipal de Finanças, mesmo partindo de estimativas conservadoras, apenas relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) existe uma previsão orçamental de 116 milhões €, para o Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) calcula-se um valor de 196 milhões € e para a Derrama 84 milhões €, para uma previsão total nestes *items* de 396 milhões € em 2018.-----

----- Quanto à Proposta n.º 672/2017 (IMI e IMT), merece, genericamente, a nossa concordância, por permitir manter um aligeiramento fiscal, o que será sem dúvida positivo. -----

----- Dela destacamos, a bonificação para os prédios urbanos com eficiência energética, que passa de 10% para 15% até 5 anos, nos incentivos à reabilitação urbana, e a isenção de IMT para as aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria, por se enquadrarem naqueles princípios.-----

----- No caso da fixação da taxa de IMI, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, a Câmara mantém o anterior valor de 0,3%. Quer quanto à redução de 20% da taxa de IMI para prédios arrendados para habitação, como quanto à majoração de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos degradados, como quanto à redução de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, concordamos com a sua pertinência, bem como para a elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas. -----

----- No entanto, já quanto à redução da taxa de IMI em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, introduzida ainda em 2016, persiste a nossa reserva. Trata-se de um benefício que mantém a redução de 20 € para 1 dependente a cargo, 40 € para 2 dependentes a cargo e de 70 € para 3 ou mais dependentes a cargo, mas que não se nos afigura como uma real medida de justiça social. -----

----- Já aqui anteriormente havíamos sustentado que a medida nos parece exclusiva para parte da população menos favorecida, beneficiando dela as famílias de maiores proventos. De facto, muitas das famílias que têm rendimentos mais baixos nem sequer têm casa própria, logo, nem pagam IMI, pelo que este argumento deveria ter sido em conta e revisto pelo executivo. -----

----- Em alternativa, poder-se-ia ter optado, por exemplo, por grupos menos favorecidos ou até por famílias com idosos a cargo. Ou mesmo serem tidos em

consideração os escalões de rendimento, em lugar do aleatório número de filhos. Julgamos que o executivo mantém um princípio discriminatório que não promove qualquer justiça social, porquanto trata de forma diferente cidadãos apenas em razão de terem ou não condições para procriarem e sustentarem filhos. Neste contexto, Senhora Presidente, “Os Verdes” expressam a sua discordância com este Ponto 4, solicitando a sua votação em separado.-----

----- Para a Proposta nº 673/2017 (IRS), que se reporta ao valor a devolver aos municípios sobre o IRS, trata-se de uma participação de 2,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2018.-----

----- A autarquia volta a propor prescindir de metade da sua participação variável neste imposto, devolvendo-o aos municípios, mas para o PEV esta medida continua a configurar uma distorção na progressividade deste imposto, pois beneficiará apenas quem tiver os escalões mais elevados, ferindo, assim, o princípio de equidade na capacidade contributiva.-----

----- “Os Verdes” consideram, ainda, que esta devolução não virá beneficiar a maioria dos cidadãos lisboetas, mas apenas uma pequena parte, ou seja, aqueles que maiores descontos fizeram em termos de IRS, que são, como é óbvio, os contribuintes que possuem rendimentos mais elevados. Para reavaliar estes considerandos, faria por isso todo o sentido que fosse conduzido um estudo sobre a devolução da taxa de IRS e os seus efeitos reais para os municípios.-----

----- Com a Proposta nº 674/2017 é lançada uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Mas consideramos supérflua a isenção por um período de 3 anos para as empresas que se tenham instalado ou venham a apenas localizar a sua sede social no concelho, sem criar mais emprego na capital.-----

----- Na Proposta nº 675/2017, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), é mantido um percentual de 0,25% para vigorar no ano de 2018.-----

----- “Os Verdes” já anteriormente consideravam que esta taxa, tanto pela forma de cálculo, como pela sua aplicação, constituía não apenas um imposto de duvidosa constitucionalidade, como sendo desfavorável aos interesses dos cidadãos e do Município de Lisboa.-----

----- A sua reversão permite alguns mecanismos destinados a proteger os utentes de serviços públicos considerados essenciais, devendo o valor desta percentagem ser efetivamente pago pelas empresas operadoras de infraestruturas, e não podendo ser repercutidas nas faturas dos consumidores. Neste novo contexto, gostaríamos, finalmente, de perceber se prevê proceder à sua correção, com a eventual emissão de créditos aos clientes finais. Obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado, a Mesa não o interrompeu porque costuma ser sempre muito cumpridor do tempo, não são uns segundinhos a mais que fazem a diferença e, portanto, vamos prosseguir.-----

----- Nós temos mais quatro Senhores Deputados inscritos, a eu chamo a atenção dos Senhores Deputados que nós, o Regimento só nos permite ter períodos consecutivos de Sessão de 5 horas e 20 minutos, nós começámos às 3 e meia, portanto, às 20 e 50, haja o que houver, eu terei que suspender e acabar a Sessão, portanto, vou pedir um esforço de todos para conseguirmos votar, porque senão terei que convocar uma Reunião mesmo em cima do Natal, porque temos que aprovar esta matéria até ao dia 31 de Dezembro. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----

----- Antes de mais gostaria, enfim, congratular o que já foi aqui referido, o Tribunal Constitucional pela decisão que tomou hoje relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil, tendo-a considerado inconstitucional, e não me vou prenunciar mais sobre isto, porque isto já foi aqui amplamente debatido. -----

----- Gostaria sim, de passar agora ao debate sobre as Propostas de Política Fiscal do Município de Lisboa para 2018, e sobre a qual o Partido da Terra gostaria de tecer algumas considerações. -----

----- Assim, em termos globais, os documentos em apreciação não apresentam qualquer novidade face ao ano transato, sendo praticamente um *copy paste*. Mantêm a ilusão de uma política atrativa de valores baixos para o IMI, IRS e isenções de Derrama, sobre os quais o Partido da Terra tem sérias dúvidas. -----

----- A exceção ao *copy paste*, vai para a redução de 15 % da taxa de IMI aplicável, por cinco anos, aos prédios urbanos com eficiência energética, que passou agora de uma redução de 10% para 15%. -----

----- Importa salientar que as metas europeias para cumprir 20% de eficiência energética até 2020, falharam, levando Bruxelas a apresentar um novo Plano de Ação para a Eficiência Energética, com medidas que remetem para a possibilidade de introdução de metas nacionais obrigatórias. -----

----- Considerando que um dos muitos obstáculos à eficiência energética dos edifícios passa pelo “incentivo dividido”, que ocorre entre os senhorios e os inquilinos, visto que perante situações de reabilitação dos edifícios, sob o ponto de vista energético, os investimentos são feitos por um e os benefícios aproveitados pelo outro, o Partido da Terra defende que só com incentivos fiscais mais apelativos, no caso em concreto, uma redução da taxa de IMI ainda maior que a proposta, é que se conseguirá promover processos de renovação nos edifícios e conseqüentemente a melhoria do desempenho energético. -----

----- Ainda relativamente ao IMI e pese embora a Câmara Municipal tenha fixado para os prédios urbanos a taxa mínima de 0.3%, representando, segundo a Autarquia, uma poupança anual de cerca de 61.7M €, o Partido da Terra julga que esta política apenas servirá para aumentar ainda mais a especulação imobiliária que se vive atualmente na cidade de Lisboa. -----

----- No que concerne à despesa de mais de 1M €, correspondente à isenção em função do número de dependentes ao abrigo do IMI familiar, o Partido da Terra considera que os valores fixos calculados com base nos dependentes na habitação, mesmo sendo uma imposição legal, não faz diferenciação por rendimento mas sim por valor patrimonial, o que obviamente favorecerá as famílias mais numerosas, e consequentemente as que têm maior poder de compra, e não o que se pretenderia com uma medida desta natureza, isto é uma repartição equitativa do benefício.-----

----- Em relação ao IRS, o Município recebe do Estado um total de 5% do valor do IRS. Porém, é livre de abdicar a favor dos contribuintes parte desse valor. A Câmara tem optado por ter uma política agressiva de impostos baixos, preferindo devolver apenas metade do valor arrecadado, ou seja 2,5%, no que no Orçamento para 2018 corresponde a cerca de 31.5M €, em vez de valores mais elevados que o MPT gostaria de ver implementado.-----

----- No entender do Partido da Terra, esta metade da devolução do IRS não é tão clara e justa como se quer fazer transparecer, pois ao ser calculada com base nos rendimentos dos agregados familiares, beneficia obviamente, quem maiores rendimentos têm. Portanto, não passa de um benefício fiscal “mascarado” no entender do Partido da Terra.-----

----- No que diz respeito à Proposta 674, e considerando que as empresas podem escolher a sua sede de acordo com a taxa fixada pelos municípios, constata-se que as isenções de Derrama previstas para 2018, permite por uma lado à Câmara Municipal arrecadar 28.4M €, e às empresas poupar 3.4M €.-----

----- Neste contexto, e à semelhança do ano passado, as isenções apresentadas nas propostas parecem ser equilibradas e adequadas para captar e incentivar mais investimento para a cidade, na medida em que isentam as atividades económicas de restauração e de pequeno comércio com volume inferior a 1M €, criando assim novas sinergias e oportunidades de negócio, e consequentemente incentivo à criação de emprego.-----

----- Dessa forma, numa altura em que Lisboa ganhou o prémio de melhor destino mundial, como aqui o Senhor Presidente já referiu, para *City Break* e se tornou numa das capitais europeias mais destacadas, colocando-se nas rotas do Mundo, estas isenções constituem-se como os instrumentos ideais que servirão de alavanca para os processos de fixação e constituição de empresas na cidade.-----

----- Por fim, em relação à Taxa Municipal De Direitos De Passagem (TMDP), e pese embora tenha sido aprovada por unanimidade a recomendação 12/125 da Primeira Comissão sobre a Proposta 604/CM/2016 que solicita à câmara que “elabore um estudo da aplicação/cobrança desta taxa e que crie mecanismos para um maior controlo na aplicação desta aos operadores, para a garantia que os valores pagos são os devidos”, nada foi feito.-----

----- Esta dita taxa, não é mais do que um imposto que penaliza o contribuinte na medida em que as empresas de telecomunicações o fazem repercutir na fatura dos consumidores, neste caso na fatura da eletricidade, sem que haja uma contrapartida direta para os consumidores pelo pagamento deste valor.-----

----- Por isso, o Partido da Terra entende que a TMDP não é um serviço prestado, mas sim um verdadeiro imposto lançado pelo Município, conforme o disposto no n.º 2 do Artigo 12º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio – na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 92/2017 de 31 de Julho, que me abstenho de aqui repetir. -----

----- E repetiria, que as autarquias locais podem optar por não cobrar a TMDP. Todavia o Município de Lisboa, optou, não só por cobrar o referido imposto, como também aplicar o valor mais elevado de 0.25%, dando assim razão ao Partido da Terra, quando afirma que a TMDP, é um verdadeiro imposto lançado pelo Município, tal como acontecia até hoje na Taxa Municipal de Proteção Civil.-----

----- Meus Senhores e minhas senhoras, termino dizendo que a política fiscal do município deve ser clara, justa e compreensível para todos os munícipes. Assim sendo, o Partido da Terra recusa a ideia de que este sistema de impostos é amigo das famílias e das empresas, exigindo, que a receita arrecada por via “desta carteira de impostos” seja aplicada na execução de um serviço de qualidade à população. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda...-----

----- Peço desculpa qual foi o problema? Peço desculpa, mas é a ordem que eu tenho aqui!-----

----- Eu peço desculpa mas os Senhores Deputados não estão a ver a ordem que eu tenho aqui, a ordem que nós estamos a receber dos telefones, com todas as inscrições de todos os Senhores Deputados, eu lamento! A Mesa nunca faz alterações de ordens, por favor! Vamos lá prosseguir e não levantar incidentes! -----

----- Senhores Deputados, nós temos que votar esta matéria hoje se queremos ser responsáveis em nome do Município de Lisboa!-----

----- Senhor Deputado faça o favor, a Mesa deu-lhe a palavra a si e a Mesa sabe gerir intervenções, por favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vereador do pelouro das Finanças, visto já não termos entre nós o Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- O Bloco de Esquerda independentemente da questão da Taxa Municipal de Proteção Civil levantada hoje, trazia propostas de alteração às propostas que a Câmara fez em matéria fiscal.-----

----- E trazia-as e traz por razões essencialmente justiça fiscal. Vamos à questão do IMI nos prédios arrendados, no IMI dos prédios arrendados é proposta indiscriminadamente uma redução de 20 por cento do IMI desses prédios, sem se atender ao prazo pelo qual os prédios são arrendados, sem se atender ao valor das rendas praticadas, quando a Câmara já fez inscrever nas Grandes Opções do Plano,

entretanto aprovadas, o privilegiamento de arrendamento a custos controlados e, por outro lado de uma duração de contrato de arrendamento mais estável.-----

----- Mais, esta redução de 20 por cento resultará na maioria dos casos, num maior desconto fiscal aos imóveis destinados a arrendamento do que aos impostos destinados a habitação própria e permanente, para além disso, é um mecanismo que fundamentalmente, trará um acréscimo de receita ao Estado, à Administração Central na medida em que o IMI é dedutível nos impostos dos senhorios e nessa medida como deduzem menos a Câmara recebe menos e o Estado receberá mais do que aquilo que receberia se pagassem o IMI à escala normal e parece-me ridículo estar o Município de Lisboa, por mais solidariedade política que tenha com o Governo da República, a financiar o Orçamento de Estado. -----

----- Quanto ao IMT parece-me por demais evidente que a isenção proposta para aquisição de habitação própria e permanente, sem teto nem limite, representa uma clamorosa injustiça fiscal! -----

----- Senhoras e Senhores Deputados ao aprovarem a Proposta da Câmara sem aprovarem ali uma limitação de valor e no caso o Bloco propõe uma limitação 300 mil euros, estão a isentar ainda que no âmbito de prédios objeto de reabilitação, estão a isentar a aquisição de edifícios de luxo, muito provavelmente quem anda a comprar nas zonas caríssimas de Lisboa agradecerá a atenção dos Senhores Deputados se aprovarem estas medidas, mas num quadro em que temos de arrecadar receita para financiar as Políticas Sociais do Município, parece-me ser um mau exemplo, para além naturalmente da questão da moralidade fiscal associada a estes benefícios. -----

----- Quanto à Derrama propomos duas emendas, uma de eliminação da isenção da Derrama em relação às empresas com volume de negócios até 1 milhão de euros, nos QA identificados, foi uma medida que foi tomada por esta Assembleia, no momento de crise da restauração e hoje não se verifica tanto mais que não só Lisboa, felizmente, tem o turismo fulgurante e isso alimenta os agentes económicos do concelho como, por outro lado, por outro lado, um IVA na restauração foi o que motivou esta medida no seu início foi reposto num valor ou foi baixa a taxa para o valor dos 13 por cento, melhor dizendo. -----

----- Por fim não aceitamos que seja concedida a Derrama a quem muda a sua sede para Lisboa e criem-se impostos de trabalho sem que se verifiquem obrigatoriamente duas condições: que esses postos de trabalho sejam criados em Lisboa e que esses postos de trabalho sejam com contratos sem termo. De outra forma estamos a beneficiar a precariedade na contratação, e para a Derrama entendemos que é fundamental para a concessão do benefício fiscal que as empresas tenham uma política laboral e de contratação laboral responsável. -----

----- São estas as nossas propostas Senhoras e Senhores Deputados e posso dizer com orgulho que são propostas que não diminuem a receita da Câmara Municipal introduzindo, no entanto, uma tônica de justiça fiscal na política da Câmara.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal há pouco adiantou-se dizendo que achava que estas propostas eram ilegais, escolheu mal o dia para dizer isto, é que a propósito legalidade e do confronto das posições do Bloco de Esquerda com o Senhor

Presidente da Câmara Municipal Fernando Medina vimos bem hoje o resultado claro por 13 a 0 no Tribunal Constitucional e, portanto, confiamos inteiramente na legalidade destas medidas, aliás, devidamente fundamentadas. -----

----- Quanto às propostas de emenda propostas pelo CDS vão exatamente no sentido oposto, vão no sentido de criar isenções fiscais por dá cá a aquela palha, alargam a todo o pequeno comércio, sem ter o cuidado com a precariedade e com a responsabilidade social das empresas e criam uma nova que aquele velho fétiche do CDS, a propósito namoros, que é a questão da economia do mar onde queriam uma isenção para volume de negócios até 5 milhões de euros. -----

----- Por último para vos dizer uma coisa, em matéria e fiscal nós quando devemos devolver aos lisboetas devolvemos e, por isso é que todas as propostas do Bloco em matéria de revogação da Taxa previam a devolução do dinheiro aos lisboetas, coisa que as propostas do PCP, do PSD e já agora que o CDS, não previam com a revogação da Taxa, continuavam os lisboetas a não ser reembolsados pelos valores indevidamente pagos, mas isso é só consultar as propostas e resulta muito claro. -----

----- Por fim, a responsabilidade da aprovação ou do chumbo destas medidas fica inteiramente do partido maioritário nesta Assembleia, que é o PS, o PS haverá de dizer que quer ou não políticas de inteira justiça fiscal. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos continuar a dar a palavra. -----

----- A Mesa informa que para além do Senhor Deputado Francisco Pires está inscrito o senhor Deputado Fábio Sousa do PCP e não temos mais inscrições, portanto, se alguém quer ainda falar agradeço que alerte para podermos gerir bem o nosso tempo.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Pires (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vereador das Finanças, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- O CDS apresenta duas propostas de emenda no quadro dos pacotes fiscais apresentados pelo Senhor Presidente de Câmara e no que concerne ao número 673 de 2017, entendemos que, em face e considerando o aumento da receita prevista de impostos indiretos, cerca de 58 por cento, durante o hiato de tempo compreendido entre 2014 e também 2018, considerando igualmente que o clima tal qual é proclamado pelo Senhor Presidente de Câmara, é financeiramente sadio e folgado julgamos ser a altura oportuna para se virar esta página que procura cada vez mais sustentar-se do dinheiro dos contribuintes para poder recriar o programa de ação política do Executivo Municipal. -----

----- Nessa mesma medida, achamos que os destinos das pessoas não devem estar consagrados apenas ao pagamento dos impostos e que é fundamental que haja nesta altura, um desagramento fiscal, um alívio no confisco dos rendimentos, porque acreditamos que as pessoas têm o direito e os lisboetas em concreto de viver tranquilamente, serem donas do seu rendimento e poderem escolher em liberdade. -----

----- Nesta medida, a posição do CDS é muito clara, nós acreditamos mais nas pessoas e no seu projeto de vida do que na Administração Tributária e na sua autoridade e este é um fundamento essencial, para considerarmos a qualidade de vida, o crescimento económico e o desenvolvimento como prioritários no escopo da atuação política. -----

----- Assim no quadro da participação variável em sede de IRS propomos uma participação de 2 por cento ao invés de 2,5, tal qual é avançado pelo Executivo Municipal.-----

----- No que consubstancia ao projeto 674 de 2017, nós temos também a fazer alguns considerandos. O aumento da receita fiscal prevista na Derrama nos anos de 2017 e 2018 está previsto um aumento de 53 por cento, qualquer coisa com 29 milhões de euros, ora, achamos fundamental criar condições para a economia lisboeta não estar excessivamente dependente do turismo e encontramos aqui fundamentos para dinamizar e fomentar o tecido empresarial próprio da cidade, diversificando também o número de atividades económicas para que haja uma maior empregabilidade, que é fundamental para todos os jovens que aqui estudam, quer no ensino secundário, profissional ou superior e que também consigam cá, dentro dos muros do nosso Concelho, encontrar um emprego e uma saída profissional de encontro àquelas que são as suas legítimas ambições e sonhos. -----

----- Fundamental também que Lisboa se torne, porque isto não é um fetiche mas sim uma medida estruturante para o nosso próprio desenvolvimento, porque apresenta um conjunto de virtualidades e benefícios sociais económicos e culturais, de resto, como já sucede em muitos países com condições geográficas análogas às portuguesas transformar Lisboa num pólo central para a economia do mar. -----

----- Assim, apresentamos um conjunto de isenções fiscais que visam, em princípio alargar o âmbito daquelas que são transcritas no pacote de impostos propostos pela Câmara Municipal. -----

----- No âmbito da Derrama entendemos que ela deve ser, a isenção também abrangida para todas as pessoas e sujeitos passivos que tenham um volume de negócios até 1 milhão de euros, também achamos fundamental que todos os sujeitos passivos que desenvolvam atividades relacionadas ou conexas com a economia do mar, com um volume de negócios até 50 milhões de euros também possam lograr e beneficiar desta mesma isenção e, por último, uma isenção da Derrama por um período de 4 anos para todas aquelas empresas que se venham a instalar no Concelho de Lisboa, desde que tenham criado ou criem 10 postos de trabalho novos. -----

----- Estas são as Propostas do CDS que merecerão vosso melhor parecer e aproveitamento, porque esta é a última intervenção do meu grupo político nesta Assembleia neste ano civil para desejar a todos um Santo e Feliz Natal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa. -----

----- Antes que o Senhor Deputado Fábio Sousa se dirija ao palco eu quero só lembrar aos Senhores Deputados e às pessoas presentes que os serviços Assembleia

prepararam um pequeno lanche de convívio com todos os trabalhadores desta casa a seguir à Sessão, é um lanche que é um jantar, mas é só para lembrar que foi tudo preparado com carinho e ternura para todos e, portanto, pelo menos não deixem de passar ali para dar um abraço a todos. -----

----- Vamos continuar a Sessão e levar isto até ao fim, vamos embora.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos também cantar um bocadinho. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Executivo Camarário, Caro Público presente, trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Apreciamos hoje as Propostas relativas à política fiscal do Município para 2018. No que concerne ao IRS a atual lei de Finanças locais passou a atribuir aos Municípios em cada ano, uma participação variável até 5 por cento no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cabendo à Câmara Municipal a faculdade de prescindir de tal participação, revertendo nesse caso tal benefício para os contribuintes. -----

----- Perante uma Lei que continuamos a considerar fortemente penalizadora para as Autarquias, consideramos que esta possibilidade em concreto constitui uma mera operação de cosmética importando às Câmaras o ónus da incapacidade do Governo em solucionar os problemas mais básicos da população. -----

----- É para nós uma certeza que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida e que o Governo e a Assembleia da República têm que dar resposta, seja para revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta, o que não faz qualquer sentido é que quanto a este imposto em concreto, o desagravamento se possa fazer desigualmente de Concelho para Concelho, ao sabor das necessidades financeiras, da vontade política ou de meras opções de cada Município.-----

----- Os beneficiados com esta medida, as camadas de maiores rendimentos, podem mais facilmente ter alternativas ao uso dos serviços públicos que, em virtude da perda de receitas poderão, eventualmente, deixar de ser prestados, piorar na qualidade resposta ou até ser privatizados. Assim baixar esta participação é beneficiar as famílias que têm mais rendimentos em detrimento de todos os outros.-----

----- No que diz respeito ao IMI que aqui também hoje apreciamos solicitamos a votação em separado, sendo que votaremos favoravelmente, exceto o ponto 4, que não viabilizaremos e votaremos contra. -----

----- No que concerne à Derrama também solicitamos votação em separado para que seja possível votar favoravelmente, exceto o ponto 3, que votaremos contra. -----

----- O PCP não pode deixar de recordar que a receita da Derrama apresenta uma dimensão particularmente relevante no orçamento desta Câmara, sem paralelo nos municípios da região metropolitana, a Derrama vem atingindo nos últimos anos os 10 por cento do total da receita Municipal, para o ano 2018 estima-se uma receita de Derrama que atingirá os 84 milhões de euros, a dimensão que a Derrama atinge em

Lisboa permite que este instrumento seja assumido como um instrumento que suporta uma política local de promoção da base económica da Cidade dirigida particularmente ao apoio e fomento das suas micro e pequenas empresas. -----

----- A Proposta apresentada pelos Vereadores do PCP na Reunião de Câmara de alteração dos critérios de isenção da Derrama tinha como objetivo principal apoiar e fomentar este extrato do tecido empresarial da Cidade. Neste sentido, a Proposta alargaria os apoios, por um lado à componente das oficinas, industriais e de construção civil, de base económica local, com a expressão a nível de alguns Bairros e Freguesias mais periféricas da Cidade e, por outro ao setor das microempresas na área da cultura, do desporto e do recreio. Infelizmente, a Proposta foi rejeitada e foi rejeitada pelo Partido Socialista, pelos Independentes e pelo Bloco de Esquerda, ficando expresso o entendimento da maioria dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à necessidade de valorizar o comércio local e as micro e pequenas empresas, que não poderão beneficiar das medidas propostas pelos Vereadores do PCP para isenção da Derrama, nomeadamente para empresas do setor do pequeno comércio a retalho e da restauração, microempresas da indústria transformadora e de construção, bem como dos setores das atividades artísticas, de espetáculos, de comunicação, das atividades desportivas e recreativas, micro e pequenas empresas criadas no Município nos 3 primeiros anos de atividade. -----

----- Para o PCP, o direito à Cidade passa também e muito pela valorização e dinamização do comércio local e das microempresas, porque Lisboa precisa de todos e não precisa de todos só quando dá jeito! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado. -----

----- Penso que o Senhor Vereador queria fazer uma curta intervenção, peço-lhe mesmo para ser muito breve, para termos tempo para fazer as votações.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos, sim, eu gostaria, como é evidente, depois de tudo o que foi dito, foi dita muita coisa, mas vou deixar isto por altura do Orçamento, onde teremos eventualmente mais tempo.-----

----- Só para dizer que não podemos acompanhar as Propostas de alteração do CDS por razões óbvias, não é? Porque o CDS defende um Estado mínimo, nós não temos essa visão da sociedade e, portanto, não é possível acompanharmos essas Propostas. ---

----- Quanto às do Bloco de Esquerda, algumas são próximas e identificamos com elas, mas à luz daquilo que é a informação dos serviços do Município, elas não tem sustentabilidade legal. -----

----- Também gostava aqui e para terminar de vos... Não é legalmente sustentável o que, aquilo que foi proposto e, portanto, o que eu gostava de aqui deixar também claro, é que é nossa intenção até à luz daquilo que foi dito durante toda a esta Sessão de fazer um debate sobre a nossa Política Fiscal nos próximos meses e, portanto, todas estas questões hão de ser debatidas e algumas, eventualmente, que que não sejam, que

não tenham acolhimento legal, teremos que certamente interagir junto do Governo e da Assembleia da República para que elas possam vir a tê-lo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, eu agora pedia a vossa atenção que tivessem os documentos preparados, vamos entrar em fase de votações, há muitas propostas de alteração e, portanto, agora aqui, aqui peço mesmo a concentração dos Senhores Deputados para não falharmos nas votações.-----

----- Em primeiro lugar, nós temos a força 672 apresentada pela Câmara acionada que o IMI e do IMT, mas se há propostas de alteração do Bloco de Esquerda relativamente à Proposta, 672 e a tem 2 propostas de alteração, a primeira é uma eliminação da alínea a) do nº. 2 da Proposta 672/CM/2017. O Bloco de Esquerda propõe a eliminação da alínea a) do nº. 2 e propõe uma alteração depois da alínea b) do ponto 6.-----

----- Dizer ainda que nesta Proposta havia um erro no ponto 7, era um erro material e que foi retificado e eu quero chamar a atenção a lembrar isso, havia aqui uma repetição de frase, o último ponto falava a meio do ponto “determina a não atribuição de benefício fiscal previsto na alínea a) do ponto 2 da presente Deliberação”, tinha um ponto, depois aparecia “ Benefícios fiscais objeto da presente Deliberação”, esta frase toda “dos benefícios fiscais objeto da presente Deliberação” é para eliminar, era uma repetição e, portanto, essa correção já foi feita. -----

----- A ordem das votações: em primeiro lugar temos que votar a Proposta de eliminação da alínea a) do número 2. Depois iremos votar a Proposta da de alteração da alínea b) do ponto 6, mas antes disso e penso que é melhor fazemos assim, fazemos primeiro as propostas de alteração, depois pomos a Proposta à votação ela própria, com ou sem as alterações, consoante o que for aprovado e há aqui um pedido para desagregar o ponto 4, quando formos votar a Proposta, portanto, desagregaremos o ponto 4 antes da votação. -----

----- Portanto, a ordem, eu repito que em primeiro lugar a Proposta de eliminação da alínea a) do ponto 2 depois, vamos votar a proposta do Bloco de Esquerda, de alteração da alínea b) do ponto 6. -----

----- Depois votaremos a Proposta da Câmara, sendo que na Proposta da Câmara o ponto 4 tem que ser votado separadamente... Serão destacados o 2-A e a vossa proposta de alteração para a alínea b) do número 6, muito bem. -----

----- Então em primeiro lugar vamos votar as propostas de alteração, portanto, eu vou para à vossa consideração a Proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para eliminar a alínea a) do número 2 da Proposta 672/CM/2017. -----

----- **Voto de eliminação da Alínea a) do Ponto 2, da Proposta nº 672/CM/2017 foi rejeitado**, com os votos contra do PS, IND, PSD, PAN, PPM, PEV, PCP e CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do BE. -----

----- Vamos passar agora à segunda proposta do Bloco de Esquerda de alteração que é, no fundo, acrescentarem, é um aditamento na alínea b) alterando a alínea b) do

número 6, acrescentar no final da alínea b) na parte do preço de aquisição “que não chega 300 mil euros”, portanto, limita o que aqui está o valor de 300 mil euros. Está compreendido e claro? A Mesa vai pôr à vossa consideração a proposta do Bloco de Esquerda. -----

----- **Aditamento à Alínea b) do nº 6, referente à Proposta 672/CM/2017 foi rejeitado**, votos contra do PS, PCP, PEV, IND, PSD, PAN, PPM, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do BE. -----

----- Sendo assim agora vou pôr à votação a proposta da Câmara, temos que destacar os pontos que foram pedidos para ser destacados. -----

----- Em primeiro lugar vamos pôr à votação o Ponto 1 que é a fixação da taxa mínima para o IMI. -----

----- **Voto do Ponto 1 da Proposta nº 672/CM/2017.** O Ponto 1 da Proposta 672/CM/2017 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Votação da Alínea a) do nº. 2 da Proposta nº 672/CM/2017.** A Alínea a) do nº. 2 da Proposta nº 672/CM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra BE, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM, 8IND. -

----- **Voto dos Pontos 2 e 3 da Proposta nº 672/CM/2017.** Os Pontos 2 e 3 da Proposta 672/CM/2017 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8IND. -----

----- **Voto do Ponto 4 da Proposta nº 672/CM/2017.** O Ponto 4 da Proposta 672/CM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra PCP e PEV, abstenções MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PPM, 8IND. -----

----- **Voto dos Pontos 5 e 6- A da Proposta nº 672/CM/2017.** Os Pontos 5 e 6 -A da Proposta 672/CM/2017 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8IND. -----

----- **Voto do Ponto 6-A da Proposta nº 672/CM/2017.** O Ponto 6-A da Proposta 672/CM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra BE, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, PEV, PAN, MPT, PPM, 8IND. -----

----- **Voto do Ponto 7 da Proposta nº 672/CM/2017.** O Ponto 7 da Proposta 672/CM/2017 foi **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8IND. -----

----- Sendo assim, a **Proposta nº. 672/CM/2017 está aprovada.**-----

----- Passamos agora à Proposta 673/CM/2017 que tem a ver com o IRS, Temos uma proposta de alteração do CDS/PP que propõe que o valor percentual que a proposta da Câmara fixa em 2,5% não seja 2,5 mas sim 2%, uma participação de 2% no IRS, era esta a proposta do CDS/PP e é o que vamos pôr à votação em primeiro lugar. -----

----- **Voto das Proposta de alteração do CDS/PP relativa à Proposta 673/CM/2017.** Proposta de alteração do CDS/PP relativa à Proposta 673/CM/2017 foi

rejeitada com votos contra do PS, BE, PEV, PCP e IND, votos de abstenção do PAN e MPT, votos a favor do CDS-PP, PPM e PSD.-----

----- Sendo assim podemos pôr à votação a Proposta da Câmara, não há pedidos de destaque, aliás é só um Ponto. -----

----- **Voto da Proposta nº 673/CM/2017-** “Participação de 2,5% no IRS”. A Proposta 673/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP e PEV, abstenções do PSD, PPM, MPT, BE e CDS-PP, votos a favor do PS, IND e PAN.-----

----- Agora há uma proposta 673-A/CM/2017, aprovada em Câmara, apresentada pelo PCP, que não altera o que já estivemos a votar mas que pede a realização de um estudo pelos Serviços do Município sobre as mais-valias resultantes deste percentual de 2,5 sobre o IRS. Esta proposta veio como sendo destinada à deliberação da Assembleia Municipal, embora ela já esteja aprovada em Câmara, em qualquer caso como ela vem pedindo para a Assembleia Municipal se pronunciar a Mesa vai pô-la à consideração, é a Proposta 673-A apresentada pelo PCP. -----

----- **Voto da Proposta nº 673-A/CM/2017 (PCP)** - A Proposta nº 673-A/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Foi aprovada por unanimidade como aliás sucedeu em sede de Câmara, salvo erro. -----

----- Vamos passar agora a **Proposta 674/CM/2017** sobre a Derrama. Temos várias alterações, temos no Ponto 2 a alínea a) há uma proposta de eliminação tem que ser estar em primeiro lugar, há uma Proposta de eliminação desta isenção da Derrama para os sujeitos com um volume de negócios que não ultrapasse 150 mil euros, é uma aposta de eliminação do Bloco de Esquerda. -----

----- Temos uma Proposta de alteração do Ponto 2 apresentada pelo CDS-PP, atenção há uma proposta de alteração do CDS-PP na alínea a) do Ponto 2 com um valor diferente do que está na Proposta da Câmara. -----

----- Temos ainda uma Proposta de aditamento CDS-PP relativamente a uma nova alínea no Ponto 2 e temos alterações também no Pontos 3, quer apresentadas pelo Bloco quer apresentadas pelo CDS-PP, vamos ver uma coisa de cada para não haver... Sim?... Então eu terei feito confusão, mas vamos corrigir, naturalmente o lapso.-----

----- A Proposta dizia outra coisa, mas tem um lapso, a Proposta efetivamente dizia alínea a), mas o Senhor Deputado está tarde a fazer uma correção.-----

----- Senhor Deputado, eu tenho aqui outra indicação, mas não importa, os Senhores Deputados têm que saber exatamente o que é que estão a votar e o que é que os Senhores Deputados pretendem apresentar. O que os Senhores Deputados pretendem apresentar não é a eliminação da alínea a), mas sim a eliminação da alínea b), certo? Muito bem, então é isso que será votado! Será corrigida a Proposta e é isso que será votado, não vamos estar coisas que não estão assumidas, então para a alínea a) do número 2 temos uma Proposta do CDS-PP no sentido de aumentar este limite de 150 mil euros para 1 milhão de euros, estou a dizer bem? É esta proposta que eu vou pôr à vossa consideração.-----

----- Estamos em condições de votar, eu vejo umas pessoas aqui à frente dos Senhores Deputados, não podem estar neste lugar, peço desculpa. -----

----- Vamos pôr à vossa consideração a votação da Proposta de alteração da alínea a) do número 2 da Proposta 674 apresentado por CDS, que pretende é que onde está cá um limite de 150 mil euros, esse limite passa para 1 milhão de euros. É esta a Proposta do CDS-PP que vou pôr à votação. -----

----- **Voto da Proposta de alteração da alínea A) - (CDS-PP) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘Derrama’.** Proposta de alteração da alínea A) (CDS-PP) da Proposta 674/CM/2017 foi **rejeitada**, votos contra do BE, IND, PEV, PCP, PS e PSD, abstenções do PAN e do MPT, votos a favor do CDS-PP e PPM. -----

----- Agora sim para a alínea b), há uma proposta de eliminação do Bloco de Esquerda da alínea b), a alínea b) que faz referência à isenção da Derrama para os sujeitos passivos de restauração e pequeno comércio, de acordo com esta listagem que aqui está com volume de negócios inferior a 1 milhão de euros, o Bloco de Esquerda propõe a eliminação desta alínea.-----

----- **Voto da Proposta de eliminação da alínea B) - (BE) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘Derrama’.** Proposta de eliminação da alínea B) (BE) da Proposta 674/CM/2017 foi **rejeitada**, votos contra dos IND, PCP, PS, PSD, PPM, MPT e CDS-PP, abstenções do PAN, votos a favor do BE. -----

----- **Voto da Proposta de aditamento à alínea C) no nº. 2 - (CDS-PP) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘Derrama’.** Proposta de aditamento à alínea c) nº. 2 (CDS-PP) da Proposta 674/CM/2017 foi **rejeitada**, votos contra dos BE, IND, PEV, PCP, PS e PSD, votos de abstenção do MPT e PAN, votos a favor do CDS-PP e PPM. -----

----- Agora vamos passar ao Ponto 3 em que também há duas Propostas, uma alteração pelo Bloco de Esquerda e outra alteração pelo CDS- PP. -----

----- A alteração do Bloco de Esquerda é onde está a expressão “ e que tenham criado ou criem e mantenham o período da isenção no mínimo 5 novos postos de trabalho” onde está isto passa a estar “e que criem e mantenham no período de isenção, 5 novos postos de trabalho no Concelho de Lisboa por cada 2 milhões de euros de faturação anual, durante o mesmo período, excluídos os contratos de trabalho a Termo. “É esta a redação que eu vou pôr à votação.-----

----- **Voto da Proposta de alteração do ponto 3 - (BE) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘Derrama’.** Proposta de alteração do Ponto 3 (BE) da Proposta 674/CM/2017 foi **rejeitado**, votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM e IND, não há abstenções, votos a favor do BE. -----

----- Agora vamos pôr à consideração a Proposta que o CDS-PP faz para alteração deste número 3 que eu vou ler, porque é mais extensa e diz o seguinte: “a Proposta do CDS-PP para alteração deste ponto 3 diz o seguinte: é isenção da Derrama por um período de 4 anos e não de 3 para as empresas que tenham instalado ou instalem a sua sede social do concelho de Lisboa nos anos de, em vez de ser 2016/2017 ou 2018” passa a ser “2018 a 2021”. E onde está “que tenham criado ou criem, mantenham na privatização mínimos 5 postos trabalho” passa a ser “tenham criado ou criem mantenham no período de isenção o mínimo de 10 novos postos de trabalho”,

portanto, são várias alterações, penso que o teor da Proposta está claro para todos e vou pô-la à votação. -----

----- **Voto da Proposta de alterações no Ponto 3 - (CDS-PP) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘Derrama’.** Proposta de alterações do Ponto 3 (CDS-PP) da Proposta 674/CM/2017 foi **rejeitado**, votos contra do IND, PS, PCP, PEV e BE, abstenções MPT e PAN, votos a favor do CDS-PP, PSD e PPM.-----

----- A Proposta não teve acolhimento e, portanto, sendo assim resta-nos agora, não sei se alguém pede a separação de Pontos, os destaques por pontos. Eu vou votar tudo por Pontos porque como aqui há várias Propostas e porque há vários Partidos que querem votar com coerência com as propostas que apresentaram, vamos votar isto tudo por pontos. -----

----- Portanto, ponho em primeiro lugar a votação do Ponto número 1 da Proposta, o corpo da Proposta e o número 1 da Proposta que é a Derrama de 1,5%, que é o Ponto genérico.-----

----- **Voto do Ponto 1 da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘O Ponto 1 da Proposta 674/CM/2017 foi aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Voto do Ponto 2, alínea a) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘O Ponto 2, alínea a) da Proposta 674/CM/2017 foi aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Voto do Ponto 2, alínea b) da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘O Ponto 2, alínea b) da Proposta 674/CM/2017 foi aprovado por maioria**, votos contra do BE, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -

----- **Voto do Ponto 3 da Proposta nº 674/CM/2017 – ‘O Ponto 3 da Proposta 674/CM/2017 foi aprovado por maioria**, votos contra do BE, PCP, PEV, abstenções CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PSD, MPT, PAN e IND. -----

----- Vamos passar agora à última Proposta, que é a Proposta 675/CM/2018 sobre a taxa municipal dos direitos de passagem, sobre esta não tenho alterações e ela tem apenas um parágrafo e é isso que vamos para a vossa consideração. -----

----- **Voto da Proposta nº 675/CM/2017 – ‘Taxa Municipal dos Direitos de Passagem’.** A Proposta 675/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra do PCP e PEV, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM e PSD, votos a favor do PS, BE, PAN e 8IND. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos Trabalhos. Boas Festas a todos os Senhores Deputados, tenham um excelente Natal e um excelente Ano Novo.-----

----- Senhores Deputados, estão convidados para conviver com os trabalhadores desta Assembleia Municipal e entre nós todos no foyer grande, onde todos se vamos ter um pequeno convívio rápido, certamente, mas um pequeno convívio de Natal.-----

----- Obrigada a todos pela colaboração nesta Sessão. -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quarenta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2018 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2018.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----A PRESIDENTE-----